

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**‘CALABAR ESTÁ ONDE NÃO ESTÁ’:
HISTÓRIA, MEMÓRIA E MITO (1869 – 2017)**

Marília Teles Cavalcante

SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE – BRASIL

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C376c Cavalcante, Marília Teles
‘Calabar está onde não está’: história, memória e mito
(1869-2017) / Marília Teles Cavalcante; orientador Carlos de
Oliveira Malaquias. – São Cristóvão, 2018.
147 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
de Sergipe, 2018.

1. História - Alagoas. 2. Calabar, Domingos Fernandes,
1600?-1635. 3. Memória. 4. Mito. 5. Comemoração. 6. Porto
Calvo (AL) I. Malaquias, Carlos de Oliveira, orient. II. Título.

CDU: 94(813.5)

MARÍLIA TELES CAVALCANTE

**‘CALABAR ESTÁ ONDE NÃO ESTÁ’:
HISTÓRIA, MEMÓRIA E MITO (1869 – 2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em História, na Área de Concentração Cultura, Memória e Identidade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias

SÃO CRISTÓVÃO

SERGIPE – BRASIL

2018

MARÍLIA TELES CAVALCANTE

**‘CALABAR ESTÁ ONDE NÃO ESTÁ’:
HISTÓRIA, MEMÓRIA E MITO (1869 – 2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em História, na Área de Concentração Cultura, Memória e Identidade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias

Aprovada em 6 de abril de 2018.

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias
(UFS)

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá
(UFS)

Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel
(UFAL)

Dedico a meu avô, seu Zé,

a minha avó, dona Maria (*in memoriam*)

e aos meus pais, Moisés e Marize.

AGRADECIMENTOS

O que eu sou

Eu sou em par

Não cheguei, não cheguei sozinho

(Castanho – Lenine)

Qualquer parte do trabalho de elaboração de uma dissertação é complexa, até a escrita dos agradecimentos. Apesar de solitário, em muitas de suas etapas, uma dissertação só se faz possível com a ajuda de muitas mãos. Essa não foi diferente! Foi também por meio de muitas experiências. O mestrado me permitiu conhecer e escrever sobre um lugar que não era meu (Alagoas), em cidades que não eram minhas (Maceió, Aracaju). Me permitiu rodar o Nordeste, reatar relações perdidas, fazer novas, morar em distintos lugares e casas, desenvolver a capacidade de viver em qualquer espaço e me descobrir. Essa experiência permitiu eu me entender enquanto mulher, pessoa adulta, independente e responsável pelo que produzo, por minha vida e opiniões. Mais do que um trabalho científico, foi aprendizado sobre mim e sobre o mundo. Não saberia explicar de outro jeito, por tudo que vivi, há muita gente para agradecer.

Agradeço, inicialmente, a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes) que sustentou a mim e a pesquisa ao longo desses dois anos. Como também ao professor Bruno Alvaro que contribuiu para que, entre os cortes de bolsas no início de 2016, a minha continuasse garantida. Sem esse auxílio o trabalho teria sido muito mais difícil.

Agradeço aos professores que contribuíram com meu trabalho direta e indiretamente. A Ângelo Emílio da Silva Pessoa que acreditou na minha capacidade, me ajudou a pensar na possibilidade do mestrado e com quem pude trocar ainda algumas ideias sobre a pesquisa. Ao professor Carlos de Oliveira Malaquias que, além das orientações, sempre se demonstrou preocupado com a minha vida. Obrigada por ter se preocupado comigo enquanto pessoa e não só com a minha produção, pelas conversas, pela disponibilidade, pelas críticas e pela humildade. Sou muito grata de poder ter desenvolvido esse trabalho sob sua orientação, também pela ‘fé’ que você depositou nele e por confiar que seria capaz de desenvolvê-lo. Obrigada por demonstrar empatia, nesse universo de tanta (o)pressão. Aos professores Antônio Fernando de Araújo Sá e Osvaldo

Batista Acioly Maciel pelas conversas extra banca, pela disposição em contribuir com minha pesquisa, pelos livros, textos e indicações. Também a professora Edna Matos pela participação contundente na banca de qualificação. Agradeço aos três pelas conversas, críticas e direcionamentos que me permitiram concluir essa etapa de escrita. Ao professor Petrônio Domingues pela primeira aula da disciplina de História Social em 2015.2 que contribuiu bastante na elaboração do meu projeto. Ao professor Alberto Vivar Flores, pela disposição em conversar sobre o tema e pelo livro *Calabar*, de Lêdo Ivo (2017). A professora Maria de Lourdes Lima pelo interesse no meu trabalho, contribuições e indicações nos Simpósio Temáticos do Encontro Nacional de História (UFAL), nos dois anos seguidos que apresentei sobre a pesquisa, como também pelo incentivo pessoal. Também ao professor Jurandir Malerba pela disponibilidade em me ajudar e indicações de leituras. Sou muitíssimo grata a cada um de vocês!

Agradeço também as moças que trabalham no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas que me apontaram muitos documentos e livros sobre Calabar, essenciais para essa pesquisa. Agradeço a todos os entrevistados em Porto Calvo, a disponibilidade em me atender, me mostrar a cidade, me passar documentos, como o interesse e apoio na pesquisa. Também a Bau, dono de barbearia naquela cidade, que me concedeu uma cópia do livro de Valdomiro Rodrigues, uma das principais fontes do trabalho. Agradeço as diversas instituições que disponibilizam seu acervo online, também a estrutura dos repositórios acadêmicos, que essa acessibilidade seja sempre crescente e o conhecimento cada vez mais democrático. Também a Regina de Carvalho Ribeiro, por sua disponibilidade e pelo fornecimento de sua dissertação, referência utilizada na pesquisa. Agradeço a Thyago de Souza pelas indicações e conversas depois do Simpósio do Encontro Nacional de História (UFAL), em 2017.

No vai e vem pelo Nordeste, do Rio Grande do Norte a Sergipe, algumas vezes Bahia. Há muita gente para se agradecer. Quero começar agradecendo a Luiza Damasceno e sua família (Nossa Senhora do Socorro), a Rouseanny Luiza (Aracaju) e a Priscilla e sua família (São Cristóvão) por terem me acolhido em suas casas durante alguns meses em 2015. Também a Viviane, Kawanny e Juliana por terem compartilhado mais de um ano de casa, apanhados, tristezas e alegrias. Apesar de todas as diferenças, o mestrado permitiu que a gente se ajudasse mutuamente, em muitos momentos. Obrigada por terem me aceitado na casa, sem nem me conhecer direito. Foi muito importante também para a pesquisa esse primeiro contato com Alagoas. Agradeço a Ana Luiza

Trancoso por ter me ajudado sempre em Maceió, e sua família por ter me proporcionado lugar para morar por um tempo. Agradeço a Caio Cabral por atender os meus pedidos em ir ao Instituto Histórico atrás de fontes ou páginas faltosas entre meus arquivos, também por ter me permitido dormir em sua casa um dia. Agradeço a Mário e a casa de sua avó por me receberem durante uns dias em Matriz de Camaragibe para que pudesse fazer as entrevistas em Porto Calvo. Também a Larissa Vanessa, em Maceió, que cedeu espaço em seu apartamento para que conseguisse escrever e revisar a dissertação durante algum tempo. Agradeço as pessoas que contribuíram para que eu conseguisse me localizar em Porto Calvo.

Sou grata a América Diamanso e Alcimar, por lerem comigo parte do trabalho. A Viviane por compartilhar as agonias e pressão da revisão e entrega do trabalho final. A Anicleide e Josilene, pelas amizades desde a graduação, por poder compartilhar além de experiências da vida, normas da ABNT, prazos e discussões afins, não tão constantes, porém preciosas para mim. A Gabriel pelas palavras de incentivo e por poder compartilhar os apereios de cá e de lá com a dissertação e com a vida. A André pelas palavras de incentivo e pela amizade. Também Paulinha, Vanessa, Larissa, Brisa, Jequélie, Raquel, Danilo, Rithiane, Arianne, Raphaela, Luana, Jessé, Ravena, Felipe, Agnaldo, Rebecca e Amanda (Borges e Souza) pessoas que tem sempre perguntado ou/e me acompanhado em momentos específicos esses anos, contribuindo de forma direta e indireta para o meu trabalho e para minha vida. Agradeço muito a preocupação e o cuidado que demonstram. Louvado seja Deus!

Agradeço o apoio de ainda outros amigos e amigas, e familiares, além dos acima citados, que seria incapaz de mencionar todos, pessoas que durante esses mais de dois anos contribuíram para minha existência, em consequência, para a elaboração desse trabalho. Agradeço aos que oraram por mim, me ouviram, me ajudaram, estiveram comigo e aos quais pude me aproximar durante esse tempo tanto em Aracaju, quanto em Maceió, quanto em Natal. Muito obrigada por todas as formas de auxílio! Também a Aliança Bíblica Universitária do Brasil por ter contribuído, na forma de pessoas, em muito do que sou e do que é esse trabalho.

Agradeço especialmente a Lucas Barbosa, pelo amigo e namorado que é, pela paciência e companhia, pela presença, por ouvir sobre as minhas leituras, como sobre as minhas angústias e partilhar delas e das minhas alegrias. Crescemos muito juntos ao longo desse tempo! Também a sua família em Natal e Recife que sempre me receberam com

alegria e carinho. Meu coração é muito grato por conhecê-los e tê-los na minha vida. Agradeço muito a minha família (Mainha, painho e Matheus) por todo apoio, incentivo, cuidado e por compartilharem comigo desse processo, entendendo, ao longo das minhas ausências, a importância das minhas decisões. Meu coração será sempre saudosos e muitíssimo grato!

Agradeço a Deus, pois em sua infinita bondade e conhecimento permitiu que eu vivesse todas essas experiências. Por ouvir as minhas orações por condições físicas e psicológicas de existir e escrever esse trabalho. E por me responder com muito mais: com o chamado a um caminho de sanidade e equilíbrio, com aprendizados profundos, com gente que cuidou e cuida de mim, das mais diversas maneiras. Meu mais profundo sentimento e devoção!

Toda lembrança é seletiva [...]. A memória do grupo, afinal, nada mais é do que a transmissão para muitas pessoas das lembranças de um homem, ou de alguns homens, repetida muitas e muitas vezes; e o ato da transmissão da comunicação e, portanto, da preservação da lembrança, não é espontâneo e inconsciente, e sim deliberado, com a intenção de servir a um fim conhecido pelo homem que o executa.

Moses Finley

RESUMO

‘Calabar está onde não está’ é uma condição simbólica, refletida em sua ‘presença ausente’ nas discussões a respeito de sua deserção ser ou não traição, uma controvérsia histórica de séculos. Em busca de respondê-la foram elaboradas produções de história, rememorações e comemorações, que são nossas fontes para desenvolvimento dessa pesquisa. Partindo inicialmente do pressuposto de Calabar como mito, o que pretendemos é indicar quais os interesses em cada contexto e o que essa figura mítica nos permite compreender sobre cada um deles. A trama nos permite observar as relações entre história, memória e mito, desde o fim do século XIX até 2017, num esforço de apresentar fontes e conclusões, nos diversos contextos, e, através da história da memória, acompanhar os processos de evocação da figura mítica de Calabar. Dividida em três partes, analisamos a produção do Instituto Histórico Alagoano ao seu respeito, as ‘novas fontes apresentadas’, os revisionismos e disputas sobre sua atitude, percebendo como na *história* vai sendo construída sua imagem; em seguida, acompanhamos a construção de sua *memória* em Porto Calvo, AL, sua cidade ‘natal’, observando como se apropriam da história dele, visando o ‘turismo cultural’, e como procuram gerar entre a população um sentimento de identificação com Calabar. Por fim, observamos a importante *comemoração* do ‘Bicentenário da Emancipação de Alagoas’ ocorrida em 2017, focando nas atividades desenvolvidas que retomaram Calabar, nas cidades de Porto Calvo e Maceió. Concluindo a permanência de Calabar como *mito*, apresentando em que ponto da querela (traidor ou herói) estamos e o que, também ela, nos permite refletir sobre a construção da identidade alagoana hoje.

Palavras-chave: Calabar. História. Memória. Mito. Comemoração.

ABSTRACT

‘Calabar is where he is not’ is a symbolic condition reflected in his "absent presence" in the discussions about his desertion be deemed as betrayal or not, a historical controversy of centuries. In order to answer it, historical productions were made, remembrances and celebrations, which are the sources for the development of this research. Starting from Calabar's basis as a myth, the goal is to indicate which interests are involved in each context and also what our mythical figure allows us to comprehend about each of them. The plot allows us to observe the relations between history, memory and myth, from the end of the XIX century until the year of 2017, in an effort to present sources and conclusions, from several contexts, and, through memory's history accompany the evocation processes of the mythical figure of Calabar. Divided into three parts, we analyze the production of the Historical Institute of Alagoas on its regard, the 'new sources presented', the revisionisms and disputes about his attitude, perceiving how his image is being constructed in history; then, we follow the construction of his memory in Porto Calvo, AL, his native city, observing how they take ownership on his history, aiming to draw a 'cultural tourism', and how they seek to cause an identification with Calabar among the population. Finally, we observed the significant celebration of the 'Bicentennial of the Emancipation of Alagoas' occurred in 2017, aiming on the developed activities that resumed Calabar, in the cities of Porto Calvo and Maceió. Concluding the permanence of Calabar as a myth, presenting at what point from the complaint (traitor or hero) we are and what it allows us to reflect on the construction of Alagoas identity nowadays.

Keywords: Calabar. History. Memory. Myth. Celebration.

LISTA DE SIGLAS

AAL – Academia Alagoana de Letras

DOCTV – Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro

FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas

IAGP – Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano

IAGA – Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico Alagoano

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SEBRAE/AL – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Alagoas

VOC – Companhia das Índias Orientais

WIC – Companhia das Índias Ocidentais

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|-----|
| IMAGEM 1 - MAPA DA MALHA MUNICIPAL DE ALAGOAS, 2016. PORTAL DE MAPAS IBGE..... | 13 |
| IMAGEM 2 - FOTO RETIRADA DO VOLUME XXX DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO ALAGOANO, MARÇO DE 2017. | 50 |
| IMAGEM 4 - CAPA DO LIVRO ‘PORTO CALVO E SUA HISTÓRIA’ DO PROFESSOR VALDOMIRO RODRIGUES, COM UMA PINTURA DE FRANS POST DE FUNDO, EM DESTAQUE A IMAGEM REPRESENTATIVA DE CALABAR. FOTO DE ACERVO PESSOAL, EM 06 DE ABRIL DE 2017. | 71 |
| IMAGEM 5 - BANDEIRA DE PORTO CALVO, SOBRE ELA VALDOMIRO RODRIGUES AFIRMA QUE O VERMELHO SIGNIFICA “[...] O SANGUE DERRAMADO PELOS HERÓIS PORTO-CALVENSES, EM ESPECIAL POR DOMINGOS FERNANDES CALABAR DURANTE A INVASÃO HOLANDESA” (RODRIGUES, 2011: 64). .. | 74 |
| IMAGEM 6 - ARQUIVO PESSOAL. MEMORIAL CALABAR. PORTO CALVO, ALAGOAS, ABRIL/2016. | 79 |
| IMAGEM 7 - ARQUIVO PESSOAL. MEMORIAL CALABAR – ONDE SE LÊ: “COMO HOMEM TENHO DIREITO DE DERRAMAR MEU SANGUE PELO IDEAL QUE QUISER ESCOLHER, COMO SOLDADO TENHO DIREITO DE QUEBRAR O JURAMENTO QUE PRESTEI ENGANADO. DOMINGOS FERNANDES CALABAR”. PORTO CALVO, ALAGOAS. | 80 |
| IMAGEM 8 - ARQUIVO PESSOAL. MEMORIAL CALABAR. PORTO CALVO, ALAGOAS, ABRIL/2016. | 81 |
| IMAGEM 9 - ARQUIVO PESSOAL. MEMORIAL CALABAR. PORTO CALVO, ALAGOAS, ABRIL/2016. | 81 |
| IMAGEM 10 - ARQUIVO PESSOAL. MEMORIAL CALABAR. PORTO CALVO, ALAGOAS, ABRIL/2016. | 82 |
| IMAGEM 11 - ARQUIVO PESSOAL. MEMORIAL CALABAR. PORTO CALVO, ALAGOAS, ABRIL/2016. | 82 |
| IMAGEM 12 - FOTO RETIRADA DA PLACA QUE EXISTIA NA ENTRADA DA CIDADE DE PORTO CALVO, ENCONTRADA EM HTTP://ESCRITADOPORTO.ZIP.NET/ , ACESSO EM 14 DE JULHO DE 2017. | 83 |
| IMAGEM 13 - CAPA DO LIVRO 'CALABAR EM QUADRINHOS', DE RUBEM WANDERLEY FILHO, 2005. ACERVO PESSOAL, 08 DE FEVEREIRO DE 2018. | 110 |
| IMAGEM 14 - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO, EM 2007. ACERVO DO BLOG DO DIRETOR, ACESSO EM: HTTPS://HERMANOFIGUEIREDO.WORDPRESS.COM/2012/09/10/CALABAR/ , EM 23 DE FEVEREIRO DE 2018..... | 112 |
| IMAGEM 15 - PINTURA DE J. WASTH RODRIGUES, REPRODUZIDA NO LIVRO HISTÓRIA DO BRASIL (1963, P. 598), DE PEDRO CALMON. | 114 |
| IMAGEM 16 - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO, EXPOSTO NO ESPAÇO CULTURAL GUEDES DE MIRANDA. ACERVO PESSOAL. FOTOGRAFIA. | 114 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| CAPÍTULO 1 | 19 |
| O INSTITUTO HISTÓRICO ALAGOANO E A ESCRITA DA HISTÓRIA SOBRE CALABAR (1869 – 1972) | 19 |
| 1.1. Primeiro Momento: A Conferência Científica sobre Calabar | 24 |
| 1.2. Segundo Momento: Início do Século XX e Reaparecimento da Revista | 29 |
| 1.2.2. ‘Carta de Calabar’ | 39 |
| 1.2.3. Livros..... | 43 |
| 1.3. Terceiro Momento: Centenário do Instituto e Revisão Histórica sobre Calabar | 50 |
| 1.4. Conclusão | 53 |
| CAPÍTULO II: | 56 |
| PORTO CALVO E A MEMÓRIA SOBRE CALABAR (1998 – 2017)..... | 56 |
| 2.1. Os esforços iniciais para elaboração da memória sobre Calabar | 59 |
| 2.1.1. ‘Empreendedores da memória’ | 59 |
| 2.2. Lugares de memória: livros, atividades escolares e monumentos..... | 66 |
| 2.2.1. Livros..... | 67 |
| 2.2.2. Atividades Escolares | 76 |
| 2.2.3. Monumentos | 78 |
| 2.3. Considerações acerca dos interesses da memória..... | 84 |
| 2.4. Conclusão | 88 |
| CAPÍTULO III..... | 90 |
| O MITO CALABAR E AS COMEMORAÇÕES DO BICENTENÁRIO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA EM ALAGOAS (2017)..... | 90 |
| 3.1. Semana Calabar em Porto Calvo | 93 |
| 3.2. Calabar como símbolo da identidade alagoana | 102 |
| 3.3. Calabar como mito | 109 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 118 |
| REFERÊNCIAS..... | 122 |
| 1. Fontes Primárias: | 122 |
| 1.1. Documentos: | 122 |
| 1.2. Artigos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano: | 122 |
| 1.2. Artigos de Jornal e Material Online:..... | 122 |
| 1.3. Fontes orais:..... | 126 |
| 2. Fontes secundárias: | 126 |
| 2.1. Livros: | 126 |

| | |
|---------------------------------|-----|
| 3. Bibliográficas: | 127 |
|---------------------------------|-----|

INTRODUÇÃO

Em 1985, Lêdo Ivo lança o seu poema dramático *Calabar*, sobre figura tão controversa da história nacional. No poema, um diálogo entre o personagem O Turista e O Alagoano, nos chama atenção. O Turista atraído pelas propagandas turísticas do Nordeste, pergunta a O Alagoano, quem era Calabar e onde ele estaria, por sua vez, O Alagoano responde que Calabar fora “um bunda-suja, um homem do povo” (p. 28) e, em seguida, Uma Voz afirma que “Calabar está onde não está// [...] Calabar é todo este ar// da pátria que respiramos” (p. 29 e 30). Segue-se, assim, a conversa literária na tentativa de entender onde mora nosso personagem, tendo em vista esse paradoxo. Habitando não na história ensinada nas escolas, mas entre os que “morreram tentando mudar a ordem do mundo” (p. 31 – 33). A imagem dele construída a partir do poema nos leva a perceber como torna-se um símbolo de identificação com o povo e com os que resistiam naquele período em que está escrevendo o autor¹. É sob essa perspectiva de Calabar como mito, tão bem sintetizada no verso de Ivo, que traçaremos nossa narrativa.

Para analisar o mito, Barthes se utiliza do estudo semiológico, ainda em formação. Define a semiologia como ciência que estuda as significações, independentes do conteúdo (BARTHES, 1972, p. 133). Ao se valer desse conhecimento, interpreta o mito como uma fala, um sistema de comunicação, uma mensagem (BARTHES, 1972, p. 131). Assim, observando o modelo semiológico, poderemos compreender o mito composto por um significante (uma forma), um significado (um conceito) e um signo (significação, resultante da junção dos anteriores). Barthes (1972, p. 143) aponta que a significação é o próprio mito. Dessa forma, o mito seria a fala transmitida através desses meios: forma e conceito. O mito diz por esses meios, na intenção de se tornar naturalizado. Essa é a crítica central de Barthes: como a burguesia francesa conseguia fazer com que na vida cotidiana Natureza e História se confundissem sob as ressignificações ideológicas do mito (PADILHA, 2014, p. 10). Para que isso fosse possível, acrescenta como a imprensa ou as mídias “passam a se valer de álibis ideológicos para propor a indiferenciação dos conflitos históricos inerentes ao tempo que condicionam a narrativa dos acontecimentos” (PADILHA, 2014, p. 19).

¹ Período marcada pelo regime autoritário no Brasil (1964 – 1985).

As leituras sobre mito nos remeteram direto à figura central do nosso estudo: Domingos Fernandes Calabar, nascido na província de Pernambuco, em 1609 (VAINFAS, 2008, p. 87), em território que compreendia a freguesia de Porto Calvo, atual cidade do estado de Alagoas. Era mestiço, não se sabe ao certo se mulato ou mameluco, de pai desconhecido e de mãe chamada Angela Alvares. Na historiografia mais recente é apresentado como mameluco (RIBEIRO, 2014). Vainfas (2008, p. 87) sugere que as menções à mãe de Calabar ser negra eram, na realidade, uma referência ao termo “negra da terra”, como no período eram também chamadas as indígenas. A discussão sobre ser ele mulato ou mameluco, fez parte da reflexão proposta por Pessoa (2013) ao escrever sobre os mulatos e mulatas no Brasil colonial. Assim, percebemos que as fontes até o início do século XX diferenciam Calabar como mulato (traidor) ou mameluco (não-traidor, idealista), em função da bandeira que levantam ao seu respeito, o que nesse período, era um reflexo das leituras feitas a partir da abordagem das teorias racistas sobre a elaboração da identidade nacional (ORTIZ, 1985) ou sobre a compreensão dos caminhos dessa nação (SCHWARCZ, 1993). Acrescentamos também, mediante leitura de Pessoa (2013), que na colônia a definição de alguém como mulato designava também uma característica social. Essas percepções demonstram que é uma discussão mais complexa e apontam os meios de fala sobre o mito Calabar.

O contexto onde se insere nosso personagem é o das investidas holandesas sobre o território colonial português, que, à época, estava sob custódia do reino filipino. Em 1580, as disputas pelo reino português se encerraram quando D. Filipe II, rei da Espanha, toma o poder e inicia o período da União Ibérica, sendo nomeado como D. Filipe I, em Portugal (RIBEIRO, 2014, p. 28). Por meio de um processo com muitas disputas, ao final do século XVI, os Países Baixos conseguiram consolidar sua independência da Espanha (MELLO, 2010, p. 12), seguiram em ofensiva procurando destruir as bases coloniais ibéricas, fontes de suas riquezas e poder. Para tanto, criam a Companhia das Índias Orientais (VOC), nos primeiros anos do século XVII, em 1602 (RIBEIRO, 2014, p. 30); e, a partir de 1621, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) (MELLO, 2010, p. 12). O primeiro ataque foi contra a Bahia, sede do Governo Geral, em 1623, onde não obtiveram êxito. Entre 1628 e 1629, resolveram se voltar a Pernambuco. Olinda foi logo atacada em 1630, depois foram direcionados para Recife. A resistência aos ataques holandeses teria

vindo muito mais dos próprios moradores da colônia do que por algum exército enviado pelo rei².

Nesse período de guerra e resistência à dominação holandesa surgiram nomes que ficaram marcados na historiografia nacional. Dentre esses nomes, o de Domingos Fernandes Calabar, “um mancebo mameluco, mui esforçado e atrevido”, como afirma Frei Manoel Calado (1985, p. 48). Calabar foi um dos primeiros a se alistar no serviço contra os holandeses, mas logo em seguida deserta e facilita a dominação daqueles sobre o território, como narra Varnhagen (1975, p. 242). Coelho (MELLO, 2010, p. 113) afirma que ele foi o primeiro a passar para o lado inimigo. Outras narrativas, por Calado (1985) e Freyre (2001), o colocam como responsável pelo “estrago da perda do nordeste colonial” (RIBEIRO, 2014, p. 48). Com o passar dos séculos, a escrita da história sobre o período holandês a partir do Brasil e para além dele continuou fazendo referência à figura de Calabar. Ribeiro (2014) faz uma análise das crônicas, memórias e produção histórica entre os séculos XVII e XIX, observando como elas contribuíram para o estabelecimento da memória ‘oficial’ sobre Calabar e para a construção do mito da traição.

Em nossa pesquisa trabalharemos com três palavras chaves: história, memória e mito. Nos propomos a produzir uma história que seja compreendida como interpretação do passado. Na incumbência de analisar a construção da história de Calabar a partir do Instituto Histórico Alagoano³, o processo de construção da memória sobre esse personagem em Porto Calvo e as retomadas da figura nas atividades de comemoração da emancipação dos 200 anos de Alagoas. Com isso, nos propomos a fazer, também, uma análise crítica da memória em Porto Calvo, uma história da memória, sem no entanto nos atermos ao fenômeno da ‘patrimonialização’, visto que ainda está sendo elaborada as rememorações sobre nosso objeto de estudo. Nosso objetivo é analisar as fontes encontradas, observar os contextos e constatar a hipótese de que Calabar faz parte de uma linguagem mítica. No intuito de perceber, assim, qual a fala que se propõe estabelecer como natural e as disputas, ao longo dos diversos contextos, entre o final do século XIX até 2017, em Alagoas.

²Essa interpretação fundamentará muitas questões a respeito da nacionalidade brasileira nos séculos seguintes.

³O Instituto Alagoano teve seu nome alterado três vezes, o contexto é apresentado no primeiro capítulo. Para não confundir, entretanto, daremos preferência a utilizar o termo Instituto Histórico Alagoano, ao longo da dissertação.

Observamos que na escrita da história nacional pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tenta se consolidar a interpretação de que o Brasil existiria como ‘Pátria’⁴, ainda enquanto colônia. Além disso, o próprio Exército Brasileiro escolheu a ‘Batalha dos Guararapes’ como o marco fundador da nacionalidade brasileira⁵. De fato, devido a sua deserção, Calabar fora punido como traidor. No século XVIII, a traição significava a quebra da fé, a entrega de uma fidelidade prometida (BLUTEAU, 1789a, p. 480). Ribeiro acrescenta mais informações sobre o que significaria a traição à pátria entre os séculos XVII e XVIII ao dizer que, na compreensão da época, seria como alguém que trai o próprio pai e a própria mãe (2014, p. 53 – 54). Se pensarmos em um contexto de guerra, provavelmente a traição seria algo recorrente. Vainfas (2008, p. 85) aponta Calabar e Manoel de Morais⁶, outro personagem considerado traidor daquele contexto, como “estrelas de uma constelação de traidores”, pois muitos outros também desertaram naquele período.

Entretanto, à medida que a pesquisa avançava fomos percebendo que a forma de narrar a História mudou ao longo do tempo e Calabar foi sempre retomado dentro de novos contextos. Diante disso, corrobora com nossa compreensão a proposição de Ribeiro (2014, p. 83), para quem, entre as produções do século XVII ao XIX é possível notar uma memória sobre Calabar constantemente reconstruída, sendo apropriada na escrita da história da Pátria. Nos deparamos, primeiramente, com a história dos heróis que é a História *magistra vitae*, aquela preocupada em ensinar exemplos, sob a concepção de uma história cíclica, para que não se repetisse no presente os erros do passado (KOSELLECK, 2006, p. 42 – 43). Muito parecida também com nossa história tradicional, formulada no século XIX, a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que buscava dar continuidade à ação civilizadora portuguesa (GUIMARÃES M., 1988, p. 6), por meio de

⁴ Onde se lê: “Contra depoimentos tão explícitos, não nos é permitido, sem ofender os princípios do critério histórico, opor conjecturas, para, com mal-entendida generosidade, pretender desculpar essa deserção, origem de tantas lágrimas para a Pátria” (VARNHAGEN, 2002: 94).

⁵ Conforme o Ministro da Defesa, Aldo Rebelo, em artigo publicado no site da Defesa Civil, em 2016: “Na data de hoje [19 de abril], o Brasil comemora o aniversário da Primeira Batalha dos Guararapes – episódio fundador de nossa nacionalidade. A vitória no campo dos Guararapes, em Pernambuco, em 1648, definiu o triunfo sobre o invasor holandês e, acima de tudo, o destino e o futuro do Brasil”. Acesso em 04 de março de 2018: <http://www.defesa.gov.br/artigos-e-entrevistas-do-ministro/171-menu-superior/area-de-imprensa/artigos-e-entrevistas-do-ministro/19957-batalha-dos-guararapes-e-dia-do-exercito-brasileiro>.

⁶ “[...] Manoel deixou o ofício de capitão de índios e reassumiu sua função de letrado, agora não mais a serviço da companhia de Jesus, mas da Companhia das Índias. Partiu para Amsterdã pouco depois da Semana Santa de 1635, [...]. Ficasse mais tempo no Brasil, arriscaria terminar como o famoso Domingos Fernandes Calabar, emblema da traição aos portugueses nas guerras pernambucanas, a julgar pela sentença que se aplicou ao Calabar: garroteado e esquartejado em 22 de julho de 1635” (VAINFAS, 2008, p. 84 e 85).

uma produção que seria da história nacional do Brasil, sem apresentar rupturas com a história portuguesa. Uma história que se propunha testemunha dos tempos e capaz de revelar a verdade através da correção dos erros do passado (Ribeiro, 2014, p. 103).

A memória de Calabar manteve-se viva o suficiente para servir de fonte de pesquisa para a historiografia do XIX, ao mesmo tempo em que foram as diversas manipulações históricas ocorridas, sobretudo no decurso do século XVIII, as responsáveis pelo resgate e transformação desta memória, isto é, de uma traição aos portugueses para uma traição à Pátria (RIBEIRO, 2014, p. 87).

Quem foi responsável por consolidar a imagem mítica de Calabar foi Varnhagen (1975) que, por meio da sua produção, determina a condição atemporal de nosso personagem como traidor, ao afirmar:

Desses pecados o Todo Poderoso lhe tomaria contas, e com a sua imensa misericórdia poderá tê-los perdoado; porém *dos males que causou à pátria, a história, a inflexível história, lhe chamará infiel, desertor e traidor, por todos os séculos dos séculos* (VARNHAGEN, 1975, p. 263, grifo nosso).

Finley (1989, p. 7) nos permite observar que a diferença fundamental entre mito e história é a relação com o tempo. O primeiro, tem uma característica de atemporalidade; enquanto a segunda, está arraigada no tempo e no contexto. Observando a fala de Varnhagen (1975), Calabar parece não estar inserido em seu tempo ou espaço, mas colocado na atemporalidade. Dentro dessa perspectiva é interessante colocar Finley (1989) e Barthes (1972) em diálogo, pois ambos compreendem uma intencionalidade no mito. O primeiro compreende que toda lembrança é seletiva e o que é preservado, o é de maneira intencional, não espontânea (FINLEY, 1989, p. 21). Barthes, por sua vez, entende que

[...] é a história que transforma o real em discurso, é ela e é só ela que comanda a vida e a morte da linguagem mítica. Longínqua ou não, a mitologia só pode ter um fundamento histórico, visto que o mito é uma fala escolhida pela história: não poderia de modo algum surgir da 'natureza' das coisas (BARTHES, 1972, p. 132).

Calabar colocado na condição de traidor não era algo natural, como compreendia-se em alguns relatos, onde mulato aparece como sinônimo de traidor (PESSOA, 2013, p. 148). O mesmo quando colocado sob a condição de herói, pois, como afirma Girardet (1987, p. 16), “o herói e o traidor contém os mesmos elementos, só que justapostos”. Assim, o que aparece como natural na identidade de um grupo, pode, na realidade, fazer parte de uma “fala escolhida pela história”, pelo grupo social que a produz, ou seja, pode

ser caracterizada como mito. No nosso caso, temos no século XIX, Varnhagen como principal autor a colocar Calabar na condição simbólica de traidor da ‘Pátria’. Em seu momento de escrita, o interesse norteador era a fala de unificação do Império que acabara de formar-se, em 1822, e que não desejava apresentar rupturas com Portugal. Era um projeto de Nação que estava em desenvolvimento (GUIMARÃES M., 1988) e carecia da invenção de mitos de origem.

Nós vimos, anteriormente, que a história tradicional bebe da noção de história *Magistra vitae*. Entretanto, a produção de Varnhagen se situa dentro de uma série de noções gerais da moderna historiografia oitocentista, sem enquadrar-se exatamente em alguma delas (CEZAR, 2007, p. 161). Como Turin (2011, p. 3) nos permite perceber que coexistem a autoridade dos antigos e a elaboração de uma história moderna na historiografia brasileira do século XIX, pois ainda que se propusesse criar uma história moderna, até então, a formação teria sido feita pelo modelo da história *Magistra vitae*. Era um período em que várias correntes historiográficas coexistiam nas produções do IHGB (TURIN, 2011, p. 6). Quanto a Varnhagen, poderíamos resumir sua produção como a tentativa de estabelecer uma verdade histórica por meio do trabalho nos arquivos, buscar documentos originais, objetividade narrativa e, principalmente, a imparcialidade (CEZAR, 2007, p. 161). Assim, escrevia no sentido de definir uma história nacional, que seria uma história de vencedores. E mais que isso, Ribeiro (2014, p. 109) aponta que, para Varnhagen, a questão nacional seria resolvida com a interpretação da ancestralidade lusitana, por uma história de continuidade, como anteriormente afirmado.

Assim, em Varnhagen, Calabar seria a fala contra o que se opunha ao lusitano e ao governo imperial, como também à nação em construção, mantida sob o cetro de um rei português, constituída sob uma perspectiva histórica colonizada. Dessa forma, por associação semântica o nome de Calabar está logo vinculado ao conceito (traição) e ambos juntos permitem-nos compreender a dominação portuguesa sobre o território da colônia como algo natural, como se ali, em plena guerra brasílica (FREYRE, 2001), existisse algum indício de uma nação ou de uma identidade nacional.

No Brasil, o século XIX é o momento de escrita da história nacional, e, em consequência, as províncias passam a ter a condição de criarem suas próprias histórias, porém sob as diretrizes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pois, os interesses estavam na consolidação do Império Brasileiro e na unificação do território. Deste Instituto viria a produção de um projeto de nação. “Esse projeto nacional incluía, além da

defesa da Monarquia, a apologia da centralização (o que se refletia na própria concepção do IHGB como núcleo produtor de saber) e do catolicismo, alicerce da nacionalidade” (CALLARI, 2001, p. 66 – 67). O que acontece é que cada Instituto escreveu sua leitura da nação a partir do ponto de vista local, como nos permite concluir Schwarcz (1993).

A percepção daquela assertiva (Calabar = traição) nos despertou o interesse para investigar qual a significação sobre a fórmula em Alagoas, na suposição de que não é interessante ter um traidor vinculado à sua história. O que não imaginávamos era a tamanha preocupação que existe em definir um lugar para Calabar dentro da historiografia alagoana. Desde a criação do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas (1869) até a comemoração dos 200 anos de emancipação de Alagoas (2017), a figura de nosso personagem é evocada. Sempre por meio de uma linguagem mítica, em cada contexto investigado, como proporemos discutir aqui.

Com o levantamento de fontes no Instituto Histórico Alagoano e em Porto Calvo, cidade natal de Calabar, percebemos que a história do nosso personagem permanece até hoje cheia de controvérsias, pois há inúmeras produções que problematizam ou justificam a atitude e sentença de Calabar, glorificando-o como herói ou reforçando sua condição como traidor. Porém não temos o interesse de resolver essa controvérsia. O que constatamos é que assim como Calabar, desde as crônicas do século XVI até hoje, é tomado como referência nacional de um período compreendido como inicial da nacionalidade brasileira, também é caracterizado como um tema relevante para a construção da identidade alagoana, como veremos ao longo da dissertação.

Mesmo compreendendo os Institutos Históricos como espaços de produção da história das províncias onde eles estavam estabelecidos, não poderíamos deixar de lado, nesse estudo, a ‘cidade natal’ de nosso personagem, assim, encaminhamos a discussão para analisarmos como a memória sobre o mesmo é construída em Porto Calvo. Percebemos que essa reelaboração da memória tem ocorrido na contemporaneidade, ao nos depararmos com a comemoração dos 200 anos de emancipação de Alagoas, com a *Semana Calabar* e demais atividades realizadas tanto em Maceió, mas principalmente, em Porto Calvo. Estaremos, pois, observando quais os interesses e em que circunstâncias é evocada nossa figura, para com essa observação constatarmos a sua construção mítica, as etapas dessa construção e o que podemos compreender dos contextos históricos em cada etapa.

Ao longo da pesquisa fomos assumindo posturas diante das produções históricas. Com a contribuição da leitura de Sá (2006, p. 92 – 93) nos propomos a trabalhar não com o passado em si, mas com as construções desse passado a partir do Instituto Histórico Alagoano, assumindo que o conteúdo histórico é historicamente produzido e não é definitivo. Com isso, entendemos a história tanto quanto experiência do passado quanto como narrativa sobre o passado. Enquanto experiência é impossível modificá-la, mas a narrativa pode ser transformada e reflete a subjetividade do historiador (suas experiências de vida, as preocupações do presente e as concepções que compartilha), bem como o seu lugar de produção historiográfica (CERTEAU, 1982). A nossa postura em relação a essa produção é de fora de Alagoas, de fora da noção de identidade alagoana, com a intenção de mostrar contrapontos a essa história que se propõe sobre a figura de Calabar.

Entendemos também que tanto no processo de construção da memória, quanto da história e do mito se interpõem interesses de articulação ou de formulação dessas interpretações. É interessante observar que o trabalho da memória é o mesmo trabalho de qualquer um (da história, por exemplo), influenciado pelas complexas relações de classe, gênero e poder "que determinam o que é lembrado (ou esquecido), por que e para quem" (SÁ, 2006, p. 103). Essa compreensão dialoga com o que Barthes propõe sobre o mito e sua relação com a história.

'Não existe uma manifestação simultânea de todos os mitos: certos objetos permanecem cativos da linguagem mítica durante um certo tempo, depois desaparecem, outros substituem-no, acedendo ao mito. [...], pode conceber-se que haja mitos muito antigos, mas não eternos; pois é a história que transforma o real em discurso, é ela e só ela que comanda a vida e a morte da linguagem mítica. (BARTHES, 1972, p. 132).

Compreendemos os mitos como “não eternos”, sob a perspectiva de Barthes, por que tem princípio, são inventados e podem ter fim. Porém não contradiz nossa interpretação a partir de Finley (1989, p. 7) que os difere da história por sua condição atemporal, visto que os mitos são criados dentro de uma dimensão simbólica em que são apresentados como atemporais, como não sofrendo modificações pelo tempo sobre seu conteúdo ou forma. No entanto, se é a história que comanda a vida e a morte da linguagem mítica, os interesses envolvidos na elaboração do mito, que lhe determinam a condição atemporal. Mesmo que não sejam eternos, eles são elaborados com essa aparência.

Sobre a formulação da memória do grupo, em meio aos mais diversos interesses, também aponta Finley,

Toda lembrança é seletiva [...]. A memória do grupo, afinal, nada mais é do que a transmissão para muitas pessoas das lembranças de um homem, ou de alguns homens, repetidas muitas e muitas vezes; e o ato da transmissão da comunicação e, portanto, da preservação da lembrança, não é espontâneo e inconsciente, e sim deliberado, com a intenção de servir a um fim conhecido pelo homem que o executa (FINLEY, 1989, p. 21).

Também em 1989, Pollack escreve sobre o processo de elaboração das memórias, feito por meio de disputas, mediadas pela linguagem entre o que pode e o que não pode ser dito (1989, p. 5 e 8). Os interesses em tentar “definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre a coletividade” estariam em jogo na ação de ‘enquadramento da memória’ (POLLACK, 1989, p. 9). Assim como o mito, a memória também se vale de materiais fornecidos pela história, tendo por meio do enquadramento, a função de reinterpretar o passado mediante os combates do presente e, com isso, contribuir para a formação da identidade (POLLACK, 1989, p. 9 – 10). Assim, nesse contexto, a identidade vai ser um primeiro resultado dessa inter-relação, como Sá (2006, p. 95 e 96) nos afirma, “Para que se estabeleça a memória coletiva é preciso mais que uma narrativa histórica, é preciso uma série de rituais que torne esse passado conhecido pela maior parte da população”. Com isso, concluímos que as produções da história, memória e mito, não são naturais, nem dadas, mas são construídas dentro de uma série de interesses e disputas, permanecendo a fala que consegue se estabelecer. Dessa forma, não podemos, inocentemente, reduzir Calabar apenas a discussão sobre ser ele traidor ou herói, pois as tramas ou contextos históricos onde nosso personagem é evocado nos dizem muito sobre os motivos do retorno a disputa sobre a memória de Calabar.

Entretanto, a relação entre história e memória nunca foi simples. Halbwachs propõe que a história serviria para manter a lembrança de fatos que não fazem mais parte da memória coletiva, que não fazem parte da tradição. “Em geral, a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou decompõe a memória social” (HALBWACHS, 1990, p. 101). Enquanto a memória coletiva⁷ seria uma corrente de pensamento contínuo, retendo do passado o que ainda é vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a possui. Assim, não há uma linha de separação, na memória coletiva, entre passado e presente, ela se estende no tempo até onde pode. Por sua vez, na história, é possível ver as marcações do tempo, porém, ela procuraria dar continuidade entre o passado e o presente. A história trabalharia com a compreensão de que tudo está

⁷A importante tese trazida por Halbwachs, à discussão da memória, em 1950, é a proposição da existência de uma memória coletiva, pois se compreendiam apenas as memórias individuais.

ligado, formando uma espécie de ‘memória universal’. No caso da memória coletiva, por ser múltipla e viva, não conseguiria ultrapassar um período médio de vida humana, está sempre mudando e é uma visão de dentro do grupo social (HALBWACHS, 1990, p. 101 – 108). A diferenciação entre história e memória estava pontuada.

Mais recentemente, para François Hartog (2015, p. 161), Pierre Nora apresenta uma maneira nova de ver a relação entre história e memória. Diante da aceleração do tempo e da ausência da memória tradicional, ele propõe uma leitura entre história e memória para não mais opô-las, mas utilizar-se das duas. Nesse sentido apresenta os ‘lugares de memória’ que são espaços simbólicos onde essas memórias se encontram em forma material ou imaterial e que nos permitem investigar a história delas. Em suas palavras, “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organiza celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13). Nora (1993, p. 14) entende que sua época era o momento dos lugares de memória, visto que “[...] não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações”. Ainda diante da memória, procuraremos historicizá-la, no sentido de acompanhar seu processo de elaboração, também para compreender as comemorações e os interesses entre o passado e o presente. A indicação de Nora () é que essa análise crítica seja feita através da observação dos pontos de cristalização, os lugares de memória.

Entretanto, com a virada do século XXI, os lugares de memória, segundo própria conclusão de Nora, foram convertidos em elementos simbólicos do patrimônio memorial (SANTIAGO JR. , p. 268). Hartog, em sua obra *Regimes de Historicidade* (2015), aponta para um regime de historicidade presentista dentro da produção histórica, como também da produção da memória, e nos demonstra uma História e Memória que são a contínua historicização do presente (HARTOG, 2015, p. 162). Em uníssono com Nora, Hartog “defende que é incumbência do 'historiador do presente' fazer, 'de forma consciente', o passado manifestar-se no presente (no lugar de fazer, de forma inconsciente, o presente se manifestar no passado)” (HARTOG, 2015, p. 160). Porém, além disso, apresenta a patrimonialização, que na virada do século XXI toma uma proporção gigantesca, apontando até que elementos naturais recebem a categoria de patrimônio. Em nosso caso,

não trabalharemos especificamente com essa categoria⁸. O que aqui acrescentamos é a informação de que as comemorações são produzidas no presente. Sá (2006, p. 106) nos afirma mais que isso, ao indicar que essas produções apresentam uma disputa de poder, pois é no presente que o passado é reencenado e que é neste dado momento que se decide o que deve ser lembrado ou esquecido. Assim, estamos compreendidos de que toda essa produção, quer seja histórica, de memória ou comemoração, dá-se no presente e é interpretação do passado, esse que não podemos alcançar em sua inteireza. Mas podemos representá-lo e reinterpretá-lo por meio da escrita, da memória e das comemorações.

Por fim, para pensarmos a História, não podemos esquecer que ela é produzida sob métodos e configura um conhecimento/uma leitura do passado que contém verdade histórica ou que seja possível comprovar os fatos apresentados. Diferente da memória que parece não se preocupar em apresentar um conteúdo comprovadamente fiel ao que aconteceu, mas que procura ser reelaborada a partir de experiências novas e distintas, capazes de promoverem a identificação dos grupos sociais, nos quais é elaborada (SÁ, 2006, p. 101).

No primeiro capítulo deste trabalho, nos concentramos no Instituto Histórico Alagoano e na análise do material ali encontrado, entre revistas do Instituto, livros, recortes de jornais e documentos. A apreciação dessas fontes será feita dentro da divisão de três momentos em que a figura de Calabar é debatida: 1. Os primeiros anos da revista e a primeira conferência científica sobre Calabar (1897); 2. Calabar no início do século XX: revistas, documento e livros; 3. Centenário do Instituto e revisão histórica sobre Calabar (1972). Em todos esses momentos, Calabar aparece dentro do debate traidor ou herói, mas poderemos analisar as mutações na narrativa histórica.

No primeiro momento analisaremos por meio de um documento contendo vários recortes de jornais sobre a petição, de 1897, de uma colônia de alagoanos à intendência de Maceió para que o nome de Calabar fosse colocado em umas das principais ruas da capital. Um dos desdobramentos dessa petição foi a primeira conferência científica sobre Calabar, realizada pelo Instituto Histórico Alagoano. Integra as fontes desse primeiro momento, o artigo publicado na *Revista* do Instituto Histórico Alagoano em 1914, de Leite e Oiticica, que faz um resumo de todo material e juízo lançado sobre Calabar devido

⁸ Pontuamos a respeito da patrimonialização visto que nossa pesquisa se encerra no século XXI, entretanto, não aprofundaremos a questão, porque em relação a nosso objeto de estudo ela não se apresenta de forma fundamental. Indicamos sobre o assunto a leitura de Santiago Jr e Hartog.

o pedido da ‘colônia alagoana’. No segundo momento traremos com destaque os artigos encontrados na revista do Instituto Histórico Alagoano: *Calabar*, por Leite e Oiticica (1914); *Últimos dias de Calabar*, por Eusébio de Arrochelas Galvão (1915); *Calabar perante a história moderna*, por Craveiro Costa (1928); *Calabar*, por Moreno Brandão (1933). Além destes artigos, nos valem de um controverso documento contendo a cópia da “Carta de Calabar a Mathias de Albuquerque”, em que nela confessa os motivos de sua deserção e as razões porque não voltaria às fileiras do exército luso-espanhol. Usamos, ainda, dois livros, “A reabilitação histórica de Calabar” (1933), do paulista Francisco de Assis Cintra e “O julgamento de Calabar” (1935), do alagoano Alberto Rêgo Lins. O terceiro momento revisita a história de Calabar dentro das comemorações do centenário do Instituto Histórico Alagoano (1972) a partir de uma perspectiva revisionista em que perceberemos também algumas vinculações de produções com a década de 1930.

Todos esses três momentos procuraram rever a condição histórica de Calabar como traidor. O principal argumento era a falta de fontes que comprovassem as reais intenções para a atitude de Calabar, que mudará a partir do segundo momento, com o aparecimento de novas fontes. Poderemos perceber as mudanças historiográficas e os avanços no debate através das leituras de Koselleck (2006), Turin (2011), Guimarães M. (1988) e Guimarães L. (2011), e procuramos entender os aspectos historiográficos que marcavam a produção do Instituto Histórico Alagoano.

Saindo da sede do Instituto em Maceió, nos direcionamos a Porto Calvo para investigar a construção da memória sobre Calabar ali, em nosso segundo capítulo. Porto Calvo é um antigo município de Alagoas, na região da Zona da Mata, o penúltimo antes de chegar ao limite com Pernambuco, no litoral norte, mas não é banhado pelo mar. É preciso percorrer longas estradas cercadas de canaviais até encontrá-lo sobre morros, todo acidentado de ladeiras. Porto Calvo fica entre três cidades litorâneas: Maragogi, Japaratinga e Porto de Pedras. Sua população estimada para 2015 é de 27.288 habitantes e área de 313.230 km² (IBGE).



Imagem 1 - Mapa da Malha Municipal de Alagoas, 2016. Portal de Mapas IBGE.

Porto Calvo foi um dos primeiros núcleos de povoamento da costa. No século XVII, ainda compunha a capitania de Pernambuco – como grande parte da atual Alagoas⁹. O início do povoamento nesse território foi empreendido por Cristóvão Lins, o responsável por contribuir na dominação do território e que fez debandar os potiguaras de Camaragibe até Cabo de Santo Agostinho (GUERRA, 1985). Lins possuiu uma grande quantidade da terra, sendo um importante senhor de engenho. O núcleo de povoamento foi elevado à condição de Vila do Bom Sucesso, em abril de 1636 (RODRIGUES, 2011, p. 21), mais precisamente, em 12 de abril de 1636, assinado pelo donatário Duarte Coelho (VALENTE, 1936/1937, p. 94). A nomenclatura “Bom Sucesso” foi devida às vitórias conquistadas naquele território pelas forças de Mathias de Albuquerque contra os holandeses (VALENTE, 1936/1937, p. 94). Somente em 1852 a comarca recebe oficialmente o nome de Porto Calvo (VALENTE, 1936/1937, p. 94). Os documentos, até 1840, ainda a denominam de Bom Sucesso, mas era conhecida também por Santo Antônio dos Quatro Rios (VALENTE, 1936/1937, p. 94; RODRIGUES, 2011, p. 20), por ser circundada pelos rios: Manguaba, Comandatuba, Mucaitá e Tapamundé.

A outra suposição sobre a fundação de Porto Calvo é que seu fundador teria sido Christovão Lins Accioly, neto daquele Cristovão Lins, responsável pela dominação do território (GALVÃO, 1883, p. 179). O início dos núcleos de povoamento data de 1560

⁹ Das poucas informações que encontramos sobre o início da história de Alagoas, DIEGUES JR, 2006, e algumas a respeito da cidade de nosso estudo são apresentadas em GALVÃO, 1883; VALENTE, 1936/1937; GUERRA, 1985; DIEGUES JR, 2006; LINDOSO, 2000; RODRIGUES, 2011.

(RODRIGUES, 2011, p. 26), ou depois disso (GUERRA, 1985, p. 7), não há informações de que tenha sido em data anterior a essa. De forma geral, não há muita certeza sobre as datas a respeito de Porto Calvo que serão aqui apresentadas, porque poucos documentos existem para que se afirme acertadamente. A ligação de Alagoas a Pernambuco até 1817, permite que algumas informações sejam encontradas em Pernambuco, sendo muito pouca documentação disponível em Alagoas sobre história colonial (DIEGUES Jr., 2006, p. 28).

De toda forma, Tenório nos indica que, por ser um dos mais antigos núcleos de povoamento, Porto Calvo assume um importante posto na história alagoana, sempre sendo apontada ou referenciada. Durante o período holandês, possuiu o posto de fortaleza militar, evoluiu para cidade defendida e por último tomou o posto de principal polo político da parte sul da capitania de Pernambuco (TENÓRIO, 2013, p. 62). Observando a importância histórica da cidade, buscamos ir até ela, para compreendermos como elaboram a memória de Calabar.

Assim, no segundo capítulo procuraremos investigar como em Porto Calvo compreende-se a figura de Calabar e quais os esforços existentes de manutenção de sua memória. Com isso chegamos a dois grupos de pessoas, aos monumentos, à produção didática, às informações no site da prefeitura, às comemorações. Para tanto, dividiremos o segundo capítulo em três tópicos: 1. Os primeiros esforços para reelaboração da memória de Calabar; 2. Os lugares de memória: obras, atividades escolares e monumentos; 3. Considerações acerca dos interesses da memória.

No primeiro tópico apresentaremos uma publicação do *Jornal do Commercio* de Pernambuco, em 1998, comemorativa a batalha dos Guararapes¹⁰, onde uma reportagem tendo como manchete “Surgem os defensores de Calabar” fazia menção à tentativa de Audemário Lins, em Porto Calvo cognominado o “Calabar”, Padre Expedito Barbosa de Macedo e Carlos Roberto Barbosa em resgatar a memória sobre o militar. Em continuidade aos esforços desse grupo, na visita à Porto Calvo, encontramos outros autores da reelaboração dessa memória, são eles: os professores Amaro Petrúcio Ferreira, Valdomiro Rodrigues e o diretor do Espaço Cultural Guedes de Miranda, Adelmo Monteiro. Analisamos os seus esforços a partir da categoria de ‘empreendedores da

¹⁰Batalha de expulsão dos holandeses do território da capitania de Pernambuco e de restauração do domínio português, entre 1648 – 1649 (Cf. MELLO, 1975 e 2010).

memória’ proposto por Jelin (2015), procurando investigar os interesses e os contextos em que se dão.

Percebemos como o movimento em torno da memória de Calabar ganhou força nessa última geração tendo sido publicadas obras sobre a figura, criados monumentos e sendo desenvolvidas atividades nas escolas e no município sobre essa temática. Assim, em primeiro momento, pensamos em trabalhar a partir da abordagem da cultura histórica, visto que ela reflete bem como a sociedade elucida sua história, a elabora e a recebe. Entretanto, ao longo das leituras optamos pela definição de “lugares de memória” de Nora (1993), pois que não se tratam de memórias naturais, transmitidas como nas sociedades primitivas, nem de uma consciência histórica fixada, são lugares de memória que estão sendo elaborados para que a sociedade tenha um fundamento, um espelho, se identifique com a história de Calabar. Retomando um pouco da questão da identidade, o direcionamento da memória não é mais para a identidade nacional, e sim, para a identidade dos grupos locais.

Alguns autores propõem que o processo de globalização em curso indica tanto a redução do poder do Estado-Nação como enfraquecimento da identidade nacional. Em seu lugar, emergem a sociedade e as identidades regionais e locais. A tendência à substituição do mito nacional por uma memória baseada na reivindicação patrimonial conduz à fragmentação da memória, onde cada região, cada localidade, cada grupo étnico ou racial reclama o seu direito à memória (SÁ, 2006, p. 100).

Assim também observamos em Porto Calvo, os esforços para a consolidação de lugares de memória que permitam que a sociedade se identifique com a memória de Calabar.

Longe de nós julgar a legitimidade dessas memórias, fazemos essas pontuações para que se compreenda a memória também como um processo elaborado dentro de um contexto histórico e de interesses de grupos. Não é à toa que Pollack (1989; 1992) nos adverte sobre os processos de ‘enquadramento da memória’, as disputas da memória no processo de elaboração da identidade. Por isso, ao observarmos as mobilizações existentes no município de Porto Calvo em torno da memória de Calabar, como comemorações e os interesses públicos que parecem permeá-las, se fez necessário um terceiro tópico, nele propomos a tentativa de fazer uma discussão mais conclusiva sobre os usos públicos dessa memória nos valendo das discussões sobre memória, turismo cultural e usos públicos da memória.

No terceiro capítulo, continuaremos a linha de discussão, dessa vez com enfoque nas atividades comemorativas, apontando as relações entre história, memória e mito na história de Calabar, principalmente em como a figura é abordada na comemoração dos 200 anos da emancipação política de Alagoas. Para isso, dividimos a discussão em três partes: 1. Semana Calabar em Porto Calvo; 2. Calabar como símbolo da identidade alagoana; 3. Calabar como mito.

História, memória e mito são acionados para se definir o quê e quem faz parte de um todo chamado nação [ou de um grupo social]. A produção das comemorações serve, assim, para reforçar os mitos e escolher os que melhor funcionam no momento presente, visando a produzir a solidariedade social e viabilizar projetos coletivos futuros (SÁ, 2006, p. 106).

Como Sá, entendemos a importância das comemorações para a consolidação de mitos no presente, dessa forma percebemos, por meio da análise da construção da memória em Porto Calvo, que Calabar é um tema ainda contemporâneo para Alagoas. As comemorações dos “200 anos de Alagoas” demonstraram isso ao promoverem atividades em Maceió e em Porto Calvo sobre a figura. Diante da importância da comemoração que se empreendeu ao longo de todo o ano de 2017, não poderíamos tornar um dado irrelevante. Assim, analisaremos Calabar enquanto mito a partir das leituras de Girardet (1987), Barthes (1972) e Finley (1989), analisando qual papel é imputado para ele nas comemorações realizadas em Alagoas, no ano de 2017, através da análise das notícias publicadas online por meio dos portais oficiais dos governos municipal e estadual e do site criado para transmitir as informações a respeito dos “200 anos de Alagoas”.

Sobre o processo de recordação da figura de Calabar tal como o mito, ele é capaz de oferecer múltiplas ressonâncias e numerosas significações (GIRARDET, 1987, p. 15). O mito ocupa importante papel como elemento da formação da identidade, sendo propostas a reelaboração dele em momentos precisos de mudanças sociais, aparece como elemento construtivo da realidade social (GIRARDET, 1987, p. 183). Girardet, numa análise sociológica, propõe que o mito é tanto formado na realidade social quanto criador dela (1987, p. 184). Nos permite questionar a quem se dirige essa fala, se aos de fora, como prova da estabilidade histórica de Alagoas ou aos de dentro, para que se sintam parte dessa comunidade imaginada (ANDERSON, 2008).

Assim, analisando as atividades comemorativas desenvolvidas, procuraremos no primeiro e segundo tópico compreender qual a fala sobre Calabar proposta e o que ela nos comunica sobre os interesses e contextos contemporâneos, em Porto Calvo (primeiro tópico) e em Maceió (segundo tópico). Analisaremos as obras que foram reeditadas, apresentadas ou serviram de base para construção do discurso nas atividades comemorativas. No segundo tópico, especificamente, discutiremos a noção de ‘alagoanidade’ e o que Calabar, enquanto figura mítica nos permite perceber sobre a identidade alagoana, a qual supomos estar em processo de elaboração. Por fim, no terceiro tópico, concluímos com a discussão sobre Calabar pensando-o como mito contemporâneo, enquanto figura controversa, e propondo reflexões sobre os momentos de crise contemporâneos e a permanência de um pensamento colonizado.

O cuidado que tomamos ao longo desse trabalho é perceber como história, memória e mito são construídos historicamente e não se tratam de um dado natural. Ainda que a lembrança possa vir de forma afetiva ou emocional, ela deixa de ser natural, quando alterada, esquecida, enquadrada, manipulada... E a questão central desse trabalho permeia a noção de que a controvérsia em torno da figura de Calabar ao longo da construção da história, memória e identidade alagoana é um processo elaborado, que toma nosso personagem como meio de fala, ao sabor dos contextos históricos de onde se pronuncia. O que não torna ilegítimo os processos, mas nos permite olhá-los como objeto em construção e não como um sentimento de identificação naturalmente estabelecido. A tese central em Barthes é a demonstração de como os mitos, a fala mítica, é capaz de permitir que se confunda História e Natureza (BARTHES, 1972, p. 7). Na sua produção ele procurou investigar a imprensa, a qual considerava ‘verdadeiras fábricas de mito’ (PADILHA, 2014, p. 20). Nesse terceiro capítulo, procuraremos investigar a divulgação do mito Calabar por meio das comemorações e das circulações oficiais.

Antes de mais, esse trabalho se insere na linha de pesquisa *Cultura, Memória e Identidade*, visto que a memória e a identidade estão reunidas dentro dos aspectos culturais dos grupos sociais. Também, porque os estudos da história cultural têm sido cada vez mais elaborados para compreender as relações históricas das sociedades em sua relação com a cultura e o tempo, por meio do estudo da memória, das representações, das mentalidades, das fontes orais, do patrimônio... As peças fundamentais de nossa elaboração encontram-se presentes dentro da formação da cultura, da memória e da identidade alagoana, à medida que investigamos as relações entre história, memória e

mito no acompanhamento da história da memória sobre Calabar. Falamos memória, pois se o século XIX foi o da história, podemos afirmar que entre o XX e o XXI entramos no século da memória e, em seguida, das comemorações. Na busca por tornar, conscientemente, presente o passado (HARTOG, 2015, p. 160).

CAPÍTULO 1

O INSTITUTO HISTÓRICO ALAGOANO E A ESCRITA DA HISTÓRIA SOBRE CALABAR (1869 – 1972)

O Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano foi criado em 2 de dezembro de 1869¹¹, terceiro a ser criado no Brasil, segundo no Nordeste, apenas sete anos depois do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (datado de 28 de janeiro de 1862). Em sua ata de fundação, os sócios registram que, em um primeiro momento, iriam possuir o mesmo estatuto que o Instituto de Pernambuco, até que fosse criado o seu. Isso é perceptível, principalmente, por adotarem a mesma abordagem: arqueológica. O fundador do Instituto foi o presidente da província de Alagoas, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, que era sócio do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e natural daquela terra (SANT'ANNA, 1985, p. 1). A sua intenção, ao criar tal instituição, foi a de tentar a conciliação de homens de diversos partidos para uma “obra utilitária de patriotismo” (RIHGAL, 1972, V. 29, p. 72).

O século XIX foi marcado pelos esforços para conciliação do território e consolidação da nação, por meios políticos, mas também pela construção de uma história nacional. Assim, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil surge depois da emancipação (1822), para fundamentá-la, escrever a gênese da nação (GUIMARÃES M., 1988, p. 8). Porém os Institutos Históricos do século XIX acabavam por apresentar leituras do nacional a partir do ponto de vista local. Foi assim com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e com o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) (SCHWARCZ, 1993). Esses interesses locais são os mais variados: no IHGB, a preocupação era com a consolidação do Estado Nacional a partir da capital do Império (GUIMARÃES M., 1988); no IAGP, a preocupação era a consolidação de uma elite agrária que perdia seu predomínio econômico entre as províncias (SCHWARCZ, 1993). Mais uma característica importante dessa produção histórica era o lugar privilegiado dos que a produzem, representantes da elite e herdeiros de uma tradição iluminista (GUIMARÃES M., 1988, p. 5).

¹¹Conforme a ata de fundação, disponível em <http://www.ihgal.al.org.br/expediente/ata_fundacao.htm>, acesso em 25 de fevereiro de 2017.

O Instituto Alagoano nasceu dentro de um espaço, que se materializaria enquanto Alagoas, distinto de Pernambuco, a partir da emancipação (1817). Em estudos mais recentes sobre a cultura e identidade alagoana são apresentados dois momentos em que um grupo social que compunha o sul da capitania de Pernambuco busca diferenciar-se dela. O primeiro teria como marco o estabelecimento da comarca de Alagoas, em 1711, e o segundo, a emancipação do território, por estatuto real assinado por D. João VI, em 1817 (CAETANO, 2009, p. 2796; LINDOSO, 2015, p. 35). Entretanto, a elaboração dessa distinção só apareceria de forma escrita a partir do século XIX com o Instituto. A gênese da escrita da história alagoana foi marcada pelos interesses dos que se propuseram a fazê-la, grandes proprietários rurais e “burguesia mercantil urbana” (LINDOSO, 2015, p. 35). Entretanto, como podemos notar, a própria criação do Instituto Histórico Alagoano se deu por um sócio do Instituto Pernambucano e suas definições iniciais não representam uma diferença tão demarcada da iniciativa pernambucana.

Lindoso aponta a “geração de 1860”, classificando uma das fases da historiografia alagoana, que refletiria a “ilustração imperial do século XIX brasileiro”, tendo nesse período a criação do Instituto Histórico Alagoano (LINDOSO, 2015, p. 35, 56). Por sua vez, Almeida aponta a existência de duas vertentes na produção histórica do Instituto, todavia de difícil distinção, pois o interesse das correntes era o mesmo, um interesse senhorial; tratavam-se de uma mesma abordagem, elitista; e, o Instituto se configurava como “um braço do executivo provincial nos seus inícios” (ALMEIDA, 2004, p. 10).

Dois sócios do Instituto carregariam em sua escrita o modelo dessas vertentes: José Próspero Jeová da Silva Caratá¹² e João Francisco Dias Cabral¹³. Ambos eram participantes da elite alagoana¹⁴ e foram os primeiros a publicar artigos na revista. A participação do primeiro foi muito curta, escrevendo apenas para o primeiro volume da

¹²José Próspero Jeová da Silva Caratá, nascido em Penedo, 1825. Foi político e intelectual, trabalhando em diversos jornais e junto a um órgão do Partido Conservador, *O Timbre Alagoano*. Passa parte da vida no Rio de Janeiro, onde assume a função de oficial da secretaria do Ministério da Justiça, falece ali em 1890 (BARROS, 2005, p. 217). Escreveu nos primeiros volumes da revista, aparentemente, um dos seus mais importantes trabalhos foi *Crônica de Penedo* (Duarte, 1972, p. 190).

¹³João Francisco Dias Cabral foi primeiro secretário perpétuo do Instituto e sócio fundador. Sempre constante em suas publicações na revista. Nascido em Maceió, em 1834. Desempenhou as funções de historiador e médico (BARROS, 2005, p. 184). Sua importância é sempre reconhecida e mencionada por vários companheiros do Instituto, foi ele o responsável em iniciar o arquivo do Instituto (DUARTE, 1977 – 1979, p. 82).

¹⁴Observamos que, no fim do século XIX, não havia diferença entre intelectuais e políticos, a maior parte dos intelectuais eram envolvidos politicamente (ALONSO, 2000) ou integrantes de famílias que mantinham influência política. Sendo assim, quando nos referimos a esse grupo, estamos falando sobre os que detinham o poder político, econômico e epistemológico.

revista, enquanto o segundo, influenciou a produção da revista, publicando nela até 1888, ano em que a publicação para, só voltando a ser publicada em 1901 (MARIANO, 2010). Carotá produziu uma história que é senhorial, em que o povo não pode ser parte dela. Por sua vez, Dias Cabral procurara incluir o povo, apesar de escrever também sob uma perspectiva senhorial. Carotá apontava o texto como monumento, neste sentido o modelo textual mais interessante seria o memorial (ALMEIDA, 2004, p. 14). A produção de Dias Cabral, por sua vez, percebe um processo em construção na história, mirando o “aperfeiçoamento senhorial” ou “uma ideia de civilização” (ALMEIDA, 2004, p. 15). Mesmo assim, Dias Cabral coloca um fundamento para a nova organização que propõe: ela não deve ser modificada estruturalmente, apesar da movimentação da história. A perspectiva de civilização está vinculada ao aperfeiçoamento senhorial e não a sua extinção.

Semelhante às obras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ambas produções históricas parecem ter a mesma destinação: fundamentar a emancipação, seja ela nacional ou local. Essa emancipação não seria radical, mas uma continuidade de sentido da constituição do local (ou da nação). Em nível nacional, foi demonstrado que o IHGB lidava com a necessidade de construir uma memória que fortalecesse a unificação desse território colonial recém emancipado (GUIMARÃES L., 2011, p. 74), mas sem procurar rupturas com a herança lusitana (GUIMARÃES M., 1988, p. 6). É similar ao que acontece ao Instituto Histórico Alagoano pois é fundado por um pernambucano, sob os moldes pernambucanos e promove a permanência de uma estrutura senhorial. Ainda que, na contemporaneidade, como veremos, é defendido que desde o período da colônia, Alagoas apresentava características que a diferenciava de Pernambuco, sendo imagem distinta da capitania, tendo sua origem datada desde aquele período, mas que seria materializada, apenas, no processo de emancipação em 1817 (LINDOSO, 2015).

O processo de emancipação de Alagoas gerou, no início do século XX, embates entre a produção dos Institutos Pernambucano (IAHGP) e Alagoano (BUYERS, 2010, p. 30 – 32). O discurso do primeiro, na escrita de Francisco Augusto Pereira da Costa, aponta que Alagoas agiu de má fé com Pernambuco, emancipando-se bem no período da revolução, traindo os revolucionários e se entregando ao jugo da Coroa portuguesa. Para acusar Alagoas de traidora, Francisco da Costa fez menção direta a um dos principais personagens de sua história, Domingos Fernandes Calabar. “Em suma, para Pereira da Costa, os alagoanos eram covardes, traidores, sem nenhum caráter, que abriram mão da

honradez [da liberdade que a revolução poderia garantir] para obter a autonomia política [e voltar ao jugo português]” (BUYERS, 2010, p. 31). Afirmação bastante distinta da maneira como os alagoanos apresentavam sua história de emancipação. Os sócios do Instituto Histórico Alagoano sustentavam o argumento de que Alagoas já estava em vias de se emancipar, além de que a Coroa estava cogitando a possibilidade de torná-la uma capitania independente (BUYERS, 2010, p. 35).

Como podemos observar, é difícil falar sobre o território alagoano ou sobre a escrita da sua história sem tocar na relação entre Alagoas e Pernambuco. Porque, mesmo após o processo de emancipação, em 1817, ainda existiam laços políticos, econômicos e até matrimoniais entre as duas províncias (CAETANO, 2009, p. 2804). É preciso, também, considerar que na busca por resgatar a restauração pernambucana enquanto mito da identidade regional, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, reafirma o papel de Calabar como traidor (RIBEIRO, 2014, p. 105).

Por sua vez, a preocupação do Instituto Histórico Alagoano está na construção da “Alagoas exemplar”, através dos registros históricos e pela escrita de um “homem bom” (ALMEIDA, 2004). No esforço da elaboração desta “Alagoas exemplar” é criada em 1872, a *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, depois de muitas reuniões e tentativas, o secretário perpétuo, João Francisco Dias Cabral, apresenta uma proposta de duas publicações anuais que consegue ser efetivada. Esta sofre duas alterações de nome, que são reflexo da mudança de nome da própria instituição. Em 1932, passa a ser chamada *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*, e, em 1972, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas* (MARIANO, 2010, p. 4). Tão variante quanto à denominação foram as publicações, passando por três momentos de interrupção entre os anos de 1888-1901, de 1916-1924 e de 1955-1969. A principal motivadora dessas interrupções era a insuficiência de recursos financeiros (Volume III, N. 1, 1901, p. 3; Volume IX, 1924, s/p.; Volume XXX, 1973, p. 94). A revista era um dos mais antigos órgãos da imprensa alagoana (SANT’ANNA, 1985, p. 9) e sua circulação se dava nos círculos intelectuais da província. Entretanto, não encontramos razões para as mudanças de nome da Instituição e da Revista. Supomos que a mudança de nome é capaz de demarcar as mudanças ocorridas na produção histórica alagoana, à medida que se escreve independente de Pernambuco.

Da proclamação da República até o ano de 1912, pelo menos, o Instituto Histórico Alagoano foi marcado por muitos conflitos políticos e sociais. Tenório (1997) nos traz

um apanhado das disputas existentes nesse período marcado por uma sociedade caracterizada pelo elemento conservador, durante anos dominada pela oligarquia dos Malta (1900 – 1912), firmada politicamente na base do coronelismo que mantinha as oligarquias locais (TENÓRIO, 1997, p. 14). Dentro desse emaranhado de conflitos, os processos de ‘desenvolvimento’ de Maceió só apareceriam para a década de 1920 em diante. Assim, também é possível compreender a dificuldade das atividades do Instituto. A maior parte dos intelectuais alagoanos eram também políticos ou familiares e, durante a conturbação ao fim do século XIX em Maceió para saber quem governaria a província que acabara de se tornar estado, estavam mais envolvidos com a disputa pelo poder.

A produção da revista apresenta características de uma história clássica e de uma história moderna. Mas também de uma produção voltada para os círculos intelectuais onde se cria a própria ‘evolução sócio-política’, vista como

[...] verdadeiro manual de Civismo e Alagoanidade, de que as gerações poderão se servir para juízo e crítica da nossa evolução sócio-política, e Catecismo onde aprenderão a amar as coisas do Passado, a admirar os vultos dos nossos pró-Homens e, finalmente, a manter o culto de nossas tradições, que todos são os próprios e alevantados fins do Instituto (VOLUME XXIX, 1972, p. 96).

Aqui continuamos a encontrar as duas perspectivas, juízo e crítica, características da abordagem moderna de história (KOSELLECK, 2006, p. 291) e na admiração dos vultos, no amor as coisas do passado (com letra maiúscula), em manter tradições e vultos característicos da história tradicional (KOSELLECK, 2006, p. 42). No modelo proposto por Koselleck (2006: 313 – 326) isso seria uma contradição, pois este autor argumenta que, para que a expectativa crescesse, era preciso diminuir o espaço de experiência, e que no tempo moderno, a expectativa toma a forma do conceito de progresso. Porém, segundo Turin (2011), a autoridade dos antigos e a elaboração de uma história moderna coexistiram na historiografia brasileira do século XIX, pois ainda que se propusesse criar uma história moderna, até então, a formação teria sido feita pelo modelo da história *Magistra vitae*. A produção da revista no início do século XX consegue reunir em si espaço de experiência e horizonte de expectativa, em uma síntese original: é olhando para os exemplos passados, escrevendo memoriais que se consegue chegar ao futuro, “o título de homem civilizado”.

Ainda nas publicações da revista é possível perceber um incontável número de crônicas, apontamentos, descrições e notícias sobre povos e cidades das Alagoas; alguns

trabalhos no século XX apontam para uma nova abordagem histórica; muitas transcrições de discursos, catálogos de documentos, biografias. Desde o início da revista, os temas que mais aparecem são: Revolução de 1817, Palmares, Período Holandês e informações sobre Deodoro da Fonseca e o movimento republicano. É muito difícil que se fale em período holandês sem mencionar Calabar. No século XX, há edições comemorativas do centenário do Instituto, da revista e do sesquicentenário da independência (Volume XXIX, 1972 – XXX, 1973) (MARIANO, 2010).

Pudemos perceber que até a edição comemorativa do centenário do Instituto aparecem artigos sobre Calabar ou sobre o período holandês. Observamos três momentos em que o personagem é abordado: fim do século XIX, com a Conferência Científica sobre Calabar; início do século XX, entre os anos 10 a 30, com artigos revisionistas, aparecimento de novas fontes e livros sobre Calabar; na década de 1970, no centenário do Instituto e da revista no período do sesquicentenário da independência.

1.1. Primeiro Momento: A Conferência Científica sobre Calabar

A revista do Instituto, que começara a circular em 1872 e nos seus primeiros volumes reuniu temas como Revolução de 1817, período holandês e crônicas dos municípios mais antigos, teve um período de pausa, sem nenhuma publicação entre os anos de 1888 a 1901. Os principais motivos para essa quebra foram as dificuldades que o Instituto passou sem recursos financeiros suficientes e em busca de um prédio para que fosse instalado permanentemente, visto que sempre precisou ficar mudando de espaço físico. Também entendemos que outro motivo para a interrupção das publicações foi o das disputas políticas ocorridas nesse período em Alagoas. As mudanças na estrutura política – passagem do Império para a República – possibilitavam algumas dessas situações. Entretanto, nesse período de quebra, o tema “Calabar” não deixou o Instituto estagnado.

As discussões surgiram devido um telegrama¹⁵ remetido à Intendência de Maceió, em 1897, por uma colônia alagoana residente no Rio de Janeiro¹⁶. O mesmo foi

¹⁵Todos os recortes de jornais referentes a essa questão, aqui apresentados, estão compilados em um caderno feito por Pedro Paulino da Fonseca, um dos responsáveis pela conferência sobre Calabar resultantes dessa petição, disponível no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, doc. Nº 02130, cx. 25, pc. 2, doc. 15.

¹⁶Fizemos uma pesquisa sobre os nomes relatados no primeiro recorte de jornal, assinantes da petição. Pouquíssimas informações sobre eles foram encontradas. Percebemos que é um grupo heterogêneo de locais de nascimento distintos em Alagoas e que reúne favoráveis e contrários à República.

enviado para ser publicado em duas gazetas: *Orbe* e *Guttemberg*. O conteúdo era o seguinte:

Hoje, aniversario da morte do bravo e destemido alagoano Domingos Fernandes Calabar, sacrificado ao ódio portuguez por ter-se unido aos melhores elementos colonisadores da nossa pátria, a colonia alagoana pede a intendência de Maceió honrando a memoria d'aquelle vulto, designe com seu nome uma das principais ruas da cidade (IHGAL – Doc. 02130, cx: 2, pc: 2, doc: 15).

Em seguida, uma lista de nomes que apoiam a proposta, grupo composto todo por homens, entre civis e militares, de diferentes posições políticas e que residiam no Rio de Janeiro.

Percebemos que a petição elevou os ânimos dentro do Instituto. Foi para ali direcionada pelo intendente de Maceió, para que a Instituição apresentasse um parecer sobre a questão, a associação como responsável pelas ‘tradições históricas’ locais (OITICICA, 1914, p. 54).

Para deliberar sobre o assunto, o Instituto promoveu uma sessão denominada Primeira Palestra Histórica Científica sobre Domingos Fernandes Calabar, com falas dos sócios Francisco Gomes Calça¹⁷ e Dr. Eusébio de Andrade¹⁸. Houve também a leitura da carta do coronel alagoano Pedro Paulino da Fonseca¹⁹, enviada em 2 de outubro de 1897 do Rio de Janeiro, manifestando seu “desacordo com a opinião dos signatarios do telegramma de 22 de julho” os quais “pretendendo imortalisar Calabar pela perpetuação de seu nome, como se heroi fosse, já julgado, quando o conhecimento que d'elle temos é todo contra a essa opinião” (IHGAL – Doc. 02130).

A conclusão chegada na conferência é que para que o nome de Calabar pudesse ser evocado, seria preciso que a sua questão fosse resolvida na história, para tanto, seria

¹⁷Francisco José Gomes Calça, nascido em Água Branca, Alagoas, 1842, foi engenheiro que construiu estradas importantes no Brasil, membro do Instituto Histórico de Alagoas, entregou nele trabalhos voltados para a sua área: engenharia, estradas e rodagens; e um trabalho intitulado *Calabar*, esse que nos interessa. Morreu em Maceió, em 1920. (BARROS, 2005a, p. 194 e 195).

¹⁸Eusébio Francisco de Andrade, nascido na Colônia Leopoldina, em 1866. Desenvolveu diversas funções como deputado federal, jornalista, professor... Foi abolicionista, membro da Sociedade Libertadora Alagoana e um dos fundadores do Clube Abolicionista, foi também redator chefe do *Guttemberg* (BARROS, 2005a, p. 74 e 75).

¹⁹Nascido em Alagoas em 1829, viveu quase a maior parte da vida no Distrito Federal. Entrou para o exército e chegando ao cargo de coronel. Quando é proclamada a república, é enviado a Alagoas como governador. Era membro correspondente do IHGB e IAGA, como também recebeu cadeira na Academia Alagoana de Letras. Não escreveu nenhum artigo sobre Calabar (BARROS, 2005, p. 558). Entretanto, foi o responsável pela organização desses recortes de jornais que utilizamos aqui e por um discurso que veremos sobre a temática.

preciso documentos que comprovassem suas intenções. Como não fora até então apresentado nada nesse sentido, isto é, não havia nenhuma produção que procurasse dissertar sobre uma versão diferente da luso-brasileira²⁰, consubstanciada na obra de Francisco Adolpho de Varnhagem, não havia provas ou qualquer discurso que colocasse Calabar como herói. Fazê-lo seria visto como desprezar a obra dos que são consolidados heróis do período.

Em nova correspondência, procedente do Rio em 27 de outubro de 1897, os remetentes “alagoanos” afirmam: “Aqui optima justiça ao procedimento e patriotismo de Calabar em favor dos holandeses, apesar das acusações dos irmãos do berço honrara sempre o Brazil. Saudações a Eusebio. – Alagoanos”. Dessa vez não veio junto uma lista de assinaturas, porém, provavelmente se tratavam dos mesmos signatários do telegrama anterior. Saúdam a Eusébio de Andrade, muito provavelmente porque sua opinião diferia da de Pedro Paulino da Fonseca.

O debate seguiu com um artigo intitulado *Calabar*²¹, escrito por Alves de Faria²², refutando os argumentos apresentados pelo coronel Pedro Paulino da Fonseca. Desde o início, deixa bastante clara qual seja sua opinião sobre Calabar, “o visionario mameluco, heroico, proto-martyr sociológico brasileiro” e introduz um novo elemento para caracterizar Calabar: as teorias racistas, – ideologias adotadas entre o fim do século XIX e início do XX, procuram junto com uma abordagem determinista social, dar uma explicação racial a sociedade brasileira, procurando entender o lugar das distintas raças na formação nacional (ORTIZ, 1985; SCHWARCZ, 1993). Rodolfo Alves de Faria conclui que Calabar era um mameluco. ““Os mamelucos são em geral, inteligentes, orgulhosos e rebeldes”, diz F. Dinis. [...]. Só pode ser herói quem é inteligente e que Calabar o fosse, ahi esta a sua gloriosa morte o attestado”.

Pedro Paulino da Fonseca disserta em um longo artigo datado de 5 de novembro de 1897, produzido após a conferência sobre Calabar que ocorrera no IAGA. Depois de

²⁰Luso, remetendo a produção toda que procura apresentar bem o lado da história lusitana, alguns exemplos: Frei Manoel Calado (1648), Duarte Coelho de Albuquerque (1654), Varnhagen (1871). Brasileira porque desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, procura-se produzir uma história oficial brasileira, ainda que preocupada em manter uma continuidade com a história portuguesa (cf. GUIMARÃES M., 1988).

²¹Sem referência ao ano ou ao periódico onde foi publicado, ao fim três comentários ilegíveis escritos à lápis.

²²Rodolfo Alves de Faria, nascido em Maceió, em 1871, bacharelou-se em Direito, pela Faculdade do Recife, em 1891. Escreveu uma obra sobre Calabar (BARROS, 2005, p. 533), que não tivemos acesso e suspeitamos que tenha sido essa publicada no Diário Oficial.

uma introdução sobre a responsabilidade de interpretar fatos tão distantes, põe-se a discorrer sobre Calabar. O primeiro argumento que lança é sobre que tipo de amor à pátria seria esse de trair a todos. A questão seguinte é sobre que tipo de conhecimento teria Calabar sobre Portugal, Espanha e Holanda. Segundo Fonseca, um estudo aprofundado do período histórico permitiria perceber que nem Holanda fez guerra ao Brasil, nem Portugal defendera a colônia. Retoma Calabar afirmando, “[...], o Alchimista que levar ao gral tudo quanto existe escripto a respeito de Calabar, fizer tritural-os, espremer-os e passar por filtro fino, o succo obtido dirá que, - o homem foi um trãnsfuga commum obedecendo somente a conveniencia pessoal” (IHGAL – Doc. 02130). Utiliza Frei Manoel Calado como uma obra de referência e julga que o fato de ser Frei dava a ele uma posição de respeito diante dos estudiosos. Assim, narra, tal como o Frei, a confissão e condenação de Calabar. Além disso, apresenta o contexto de violência da guerra para afirmar que sobre Calabar recai o ódio de toda população que sofreria com as penúrias resultantes de sua traição.

A conclusão de Fonseca aponta a atitude de Calabar, em confessar e se arrepender, como boa e louvável; entretanto, todos seus feitos são condenáveis, nenhum representaria heroísmo, abnegação ou amor à pátria. “Ficará (não pelo meu voto) nobilitado; o alagoano que pretendeu escravizar sua patria, entregando-a pela devastação e aniquilamento, a uma companhia mercantil de mercenarios estrangeiros”. Finaliza acrescentando mais essa opinião à discussão sobre Calabar e receia a constante tentativa de *irmãos de berço* afirmar que Calabar sempre honrara o Brasil.

Em nota publicada n’ *O País*, em 22 de julho de 1898, a comissão de alagoanos adeptos a reabilitação de Calabar agradece às redações de *Gutemberg*, *Orbe*, *Quinze de Novembro* e *Tribuna*, de Maceió, pela divulgação de uma defesa produzida no ano anterior. Ao fim os nomes: Goulart Andrade²³ – que escrevera a defesa, também mencionada por Leite e Oiticica (1914) e Sant’Anna (1973) –, José Licinio de Moraes, Luiz Tenório Cavalcanti, Dr. João Cavalcanti, Alfredo Sá de Miranda, Francisco Castello Branco e Odilon Pratygy.

A partir da análise desses documentos, percebemos neste período (fim do século XIX) que a questão sobre Calabar se apresenta controversa, divergentes opiniões sobre

²³Joaquim Goulart de Andrade, nascido em Colônia Leopoldina, em 1870. Foi deputado estadual, professor do Liceu Alagoano, redator de *O Guttemberg*, sócio do IAGA (BARROS, 2005, p. 76).

sua conduta são apresentadas, entretanto os favoráveis a Calabar ainda eram poucos. Como a preocupação da época era a consolidação da identidade nacional e a inclusão das províncias/estados nesse conjunto nacional tocar na história sobre esse personagem não era simples. Inclusive porque se tratava de um mestiço. Como torná-lo um vulto, visto que havia apenas nove anos que acontecera a liberdade dos escravizados? Como uma sociedade escravista, uma história escrita pela mão dos grandes proprietários de terra, herdeiros de uma herança colonial, de uma elite política-intelectual poderiam colocar como vulto um mulato que fora contrário aos luso-espanhóis num momento tão importante da história do que a partir de então considerava-se história do Brasil?

Recebido o telegrama, a Intendência logo o encaminha ao Instituto, visto que aquele é lugar de escrita da história, isso implica dizer também de manuseio de documentos referentes a Alagoas. Entretanto, nota-se algo interessante, a conclusão da primeira conferência científica sobre Calabar é que deveria ser resolvido na história sua condição, antes de ser tornado ‘vulto memorável’. Por isso reafirmam constantemente a necessidade da apresentação de fontes que pudessem comprovar qualquer afirmação. Ainda estavam coligindo, organizando, elaborando os documentos, sua própria história. Assim, como na consolidação da Memória Nacional, que desde 1822 começaria a ‘inventar suas tradições’ (GUIMARÃES L., 2011, p. 83), o mesmo se passa nesse momento em Alagoas. Constatamos assim, que a maior preocupação era com a consolidação dessa memória, mas isso só seria feito por meio da história.

A identidade nacional que se forjava procurava mostrar os processos do Brasil sem rupturas, talvez tornar Calabar uma referência, nesse momento, fosse uma ruptura com a herança lusitana, pois que o militar lutara contrário aos seus interesses. Não conseguimos encontrar muita informação sobre os interesses desses homens que enviaram o telegrama, sabemos que alguns possuíam bons níveis intelectuais, mas alguns mantinham posicionamento distintos, favoráveis ao Império ou a República.

Porém, como procuramos investigar a história da memória sobre Calabar, percebemos o Instituto Histórico Alagoano como o espaço onde se desenvolvia a história, a memória tinha apenas um caminho: a identidade nacional, estava completamente fundamentada na história. Não se produziam diversas memórias, mas procurava-se consolidar uma história que fosse memória coletiva e fundamentadora da identidade nacional. Os responsáveis pela história de Alagoas eram homens, advindo das camadas altas da sociedade, políticos, grandes proprietários que adicionavam a seu poder também

a memória coletiva que estava sendo construída, que é um objeto de poder (LE GOFF *apud* Sá, 2006, p. 103). E o Instituto é um espaço de legitimação da versão da história produzida por esses homens.

O resultado de toda essa movimentação sobre nosso personagem foi relatado no artigo que faz parte do que configuramos como “segundo momento” historiados sobre Calabar no Instituto. Cabe também concluir informando que muito do que foi produzido nesse período circulou através dos vários jornais locais, não ficou só registrado na revista do IHGAL. Mas todo material coletado encontra-se arquivado, faz parte de um grande acervo de documentos de Pedro Paulino da Fonseca que foram doados à Instituição.

1.2. Segundo Momento: Início do Século XX e Reaparecimento da Revista

A Primeira República parece ter sido um período tão agitado quanto a consolidação do Império. Uma série de movimentações políticas em busca de reformar o país recém republicano, movimentações sociais nos interiores do país, completamente desprezados pelo poder público; movimentos operários nas capitais industriais, de trabalhadores filiando-se as ideias comunistas ou anarquistas; maior mobilização na política, com as elites agrárias procurando manter as estruturas de privilégios, sendo o povo completamente distante do poder, visto como massa de manobra. No ambiente intelectual também muita agitação para explicar e compreender o país que se formara, movimentos literários, como a Semana de Arte Moderna; formação das universidades; uma série de trabalhos que procuravam sintetizar o que seria a nação, o povo brasileiro. O cruzamento das raças passou a ser entendido como uma questão central para compreender os destinos da nação (SCHWARCZ, 1993). O pensamento brasileiro em fins do século XIX e início do XX vai propor seus argumentos sob duas noções particulares: meio e raça, sendo estes os fundamentos epistemológicos dos intelectuais. O processo de se compreender nacionalmente foi um resultado do entendimento de que o Brasil não podia mais ser uma ‘cópia’ da metrópole (ORTIZ, 1985), e assim, começam a surgir suposições de como seria o Brasil, caso tivesse tido a influência de outros reinos.

Alagoas está inserida em toda essa movimentação, afinal de contas, foi espaço onde tantos homens puderam trazer questões revisionistas sobre a história de seu próprio lugar. Nessas questões, Calabar ocupou um lugar destacado e as polêmicas em torno desse personagem aparecem em três conjuntos de textos: os artigos da revista, a divulgação de novas fontes e os livros. A revista voltou a ser publicada em 1901, mas somente em 1913 aparece o tema “Calabar”, que é revisitado também nos anos 1915, 1928 e 1933. Dentre

as novas fontes, uma controversa carta atribuída a Calabar é um importante documento que foi apresentado como original nesse período e serviu para confirmar uma justificativa de sua deserção. Entre os livros, Assis Cintra (1933), paulista que procurava superar as mentiras históricas, e Alberto Rêgo Lins (1935), que procurava falar contra os “calabaristas” (defensor de Calabar), foram as mais importantes obras do período sobre Calabar.

2.2.1. Artigos da revista

A revista, desde seu primeiro volume, abordava como tema de suas produções o período holandês, como vimos, um acontecimento muito marcante para a história de Alagoas. Como consequência, é muito difícil que seja tocado no assunto sem algum tipo de referência a Calabar, nome tão famoso do período, ainda mais depois da consolidação de sua posição como traidor na produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nessa parte do capítulo, analisaremos o que foi produzido entre as décadas de 1910 a 1930, através de publicações sobre Calabar na revista do Instituto Histórico Alagoano. Destacamos os seguintes artigos encontrados sobre a temática: *Calabar*, por Leite e Oiticica (1914); *Últimos dias de Calabar*, por Eusébio de Arroxelas Galvão (1915); *Calabar perante a história moderna*, por Craveiro Costa (1928); *Calabar*, por Moreno Brandão (1933).

Em 1914, no volume V, de dezembro de 1913, nº 1, a Revista do IAGA publica um artigo intitulado *Calabar*, de autoria de Francisco de Paula Leite e Oiticica²⁴. Retomando a petição da ‘colônia alagoana’ apresentada e as discussões que foram suscitadas sobre o assunto, Oiticica expõe, em curtos resumos, os pareceres dos membros do IHAL – um conjunto de artigos dos quais, infelizmente, só nos restaram as referências. Apontando os posicionamentos dos autores em relação a Calabar, Oiticica trata dos seguintes trabalhos: “Últimos dias de Calabar”, Olympio Eusébio de Arroxelas Galvão, em 1876; “Algumas notas sobre Calabar”, por Joaquim Goulart de Andrade, em 1897; 3º Parecer do sócio Stanislao Wanderley²⁵, sob o título Calabar, em 1897; 1º Parecer do

²⁴Nascido no engenho Mundaú, em Santa Luzia do Norte, em 1853, Leite e Oiticica desenvolveu muitas atividades ao longo de sua vida. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, desenvolveu atividades políticas, foi membro fundador da Academia Alagoana de Letras, foi sócio e presidente do IHGAL, membro da Sociedade Alagoana de Agricultura e professor catedrático de alemão do Liceu (BARROS, 2005a, p. 333).

²⁵Nascido em Camaragibe, em 1830, foi jornalista, fundador da Sociedade Libertadora Alagoana, sócio do IAGA e da Sociedade Montepio dos Artistas Alagoanos (BARROS, 2005a, p. 682).

sócio Luiz Lavèner Wanderley²⁶, 1897; Monografia “Calabar perante a história, o direito e a razão”, por Antônio Francisco Leite e Pindahyba²⁷, em 1897; “Dissertação sobre Domingos Calabar”, por Francisco Calaça, em 1897; “Memória sobre Calabar”²⁸, pelo José Antônio Duarte²⁹, em 1897 (OITICICA, 1914: 56 e 57).

De todos os trabalhos citados, apenas um apresenta posição favorável a reabilitação de Calabar, trata-se de Goulart de Andrade, que afirma, categoricamente, que nosso personagem deveria ocupar o lugar de “alagoano ilustre, guerreiro esforçado e intrépido”, preso à bandeira da aspiração pela liberdade (ANDRADE, 1897 *apud* OITICICA, 1914: 58). Os outros artigos, de opinião contrária a Goulart, foram inflexíveis na condenação da atitude de Calabar. No geral, a argumentação estava em que não poderia ser superada a ‘verdade histórica’ sobre os acontecimentos, acima do interesse em torná-lo um vulto (LAVÈNERE WANDERLEY, 1897 *apud* OITICICA, 1914, p. 58). Essa verdade colocava-o na condição de traidor (LEITE E PINDAHYBA, 1897 *apud* OITICICA, 1914, p. 58 e 59) e, com isso, produzia uma herança de tristeza e vergonha (CALAÇA, 1897 *apud* OITICICA, 1914, p. 59). A tentativa de colocá-lo como herói configuraria, assim, um falseamento do passado (DUARTE, 1897 *apud* OITICICA, 1914, p. 59).

Oiticica, porém, não deixa de trazer suas contribuições pessoais, pois acreditava que esse assunto merecia um ponto final. Por isso, afirma que a retomada da temática se daria mais por uma perspectiva brasileira do que portuguesa. Assim, argumenta que se os holandeses tivessem vencido os portugueses, Calabar estaria na posição de herói (OITICICA, 1914, p. 60). Mesmo diante de tal argumentação, e de aceitar que Calabar

²⁶Filho de Stanislao Wanderley, nascido em Camaragibe, em 1868, viveu quase um século, presenciou inúmeras mudanças históricas que o mundo vivenciou, falecendo em 1966. Nessa longa vida exerceu muitas atividades, participou da Sociedade Libertadora Alagoana, deu aulas em variadas cadeiras no Liceu, foi vereador em Maceió, ensinou em Pernambuco e fundou dois jornais de vida breve (BARROS, 2005a, p. 119 – 120).

²⁷ Sem data definida de nascimento, foi “Intendente de Maceió, advogado, jornalista. Tomou posse na Intendência de Maceió a 4/9/1892 e esteve em exercício até 15/7/1894, face à deposição do governador Gabino Besouro”. Sócio do Instituto Histórico de Alagoas, empossado em 1901 (BARROS, 2005a, p. 406).

²⁸ Esse é o único, dentre os documentos que foram citados por Oiticica, que se encontra atualmente acessível no Instituto Alagoano. Na avaliação de Duarte, era um momento na história em que acontecia reabilitação de vultos, ele mesmo viveu no contexto da mudança da condição histórica de Tiradentes. Entretanto, por sua avaliação, não haveria argumento que tornasse possível a reabilitação de Calabar, fundamenta seu argumento sob os pontos de que a pátria estava se fazendo na guerra (DUARTE, 1897, p. 6); que ele é feito de pouco caso entre os holandeses, tendo sido entregue ou não sendo mencionado nos seus escritos (DUARTE, 1897, p. 15 e 16); e, que as honrarias a Calabar seria a negação do “honroso passado” alagoano (DUARTE, 1897, p. 18).

²⁹ Nascido em 1865, em Alagoas, exerceu vários cargos políticos e foi sócio do Instituto admitido em 1897 (BARROS, 2005, p. 441).

teria o direito de escolher a bandeira que quisesse seguir, Oiticica conclui que estava em tempo de acabar com a “lenda da traição” de Calabar e julga que vinham sendo gastos muita tinta e tempo (OITICICA, 1914, p. 62 e 63). Assim, apresenta, como vimos, uma leitura do Brasil que não procura mais ser uma ‘cópia’ da metrópole (ORTIZ, 1985).

A ‘verdade histórica’, apontada nas obras apresentadas por Oiticica, é balizadora da própria História. Dessa forma, nada poderia modificar a condição histórica de Calabar, a não ser que fossem apresentadas provas, documentos, fontes que comprovassem o contrário. No processo de mudança da perspectiva clássica para a moderna em História, houve uma modificação na noção de verdade. A perspectiva moderna procurava se distanciar do mítico e criar um filtro que garantisse a crítica das narrativas tradicionais.

[...], quando nos aproximamos do surgimento da concepção moderna de história, o que entra em cena é precisamente o ideal de uma verdade exata, rigorosa, que pretende se relacionar com as ações dos homens não mais em função de seus valores [...], mas apenas pela preocupação em verificar se, quando e onde elas efetivamente existem. (ARAÚJO, 1988, p. 30 – 31).

Pois bem, veremos, a partir de então, repetidas vezes como os artigos sobre Calabar, publicados na Revista do Instituto no começo do século XX, foram norteados pela concepção moderna de história, incluindo, nessa época as teorias racistas e abordagens psicológicas, como reapresentam o nosso personagem e como vão contribuindo para o processo de construção da história alagoana.

Em 1915, no volume VI da Revista do IAGA, publica-se o artigo *Últimos dias de Calabar*, de Eusébio de Arroxelas Galvão³⁰. As obras escritas por Galvão apresentam-no com uma escrita memorialística,³¹ tendo, inclusive, dissertado sobre Porto Calvo, visto que chegou a ser juiz naquela localidade. Sua publicação é parte de um conjunto mais

³⁰ “GALVÃO, Olímpio Euzébio de Arroxelas (Alagoas ou Maceió AL 28 jan. ou 2 ago (IHGA) 1842 – Maceió AL 4/3/1882) Deputado provincial e geral, jornalista, advogado. [...]. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Recife (1863). Promotor Público em Penedo e Maceió, exerceu, ainda, as funções de Juiz de Direito, em Porto Calvo, de 1875 a 1882. Deputado provincial [...]. Deputado geral na legislatura 1872-75. Foi redator de O Mercantil em Maceió (1862), colaborador assíduo do ALMA - Almanaque de Lembranças Brasileiro. Um dos fundadores do IAGA, sendo patrono da cadeira 22 e colaborador na revista dessa instituição. Patrono da cadeira n. 33 da AAL” (BARROS, 2005a, p. 4).

³¹ Alguns exemplos: “*Viagem do Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, Presidente de Alagoas, pelo São Francisco até Piranhas*, Maceió, 1869; *Viagem do Mesmo Presidente à Cidade de S. Miguel dos Campos e às de Coruripe, Camaragibe e Porto Calvo*; *Outra Viagem do Referido Presidente à Imperatriz, Anadia, Atalaia*; *Quadros Administrativos da Província de Alagoas*; *Compilação das Leis Provinciais de Alagoas, de 1835 a 1878*, em 7 vls., em parceria com Tibúrcio Valeriano de Araújo, Maceió, 1870-74” (BARROS, 2005a, p. 4).

amplo de estudos sobre Porto Calvo, datados de 1885³². Esta publicação foi resultado de um concurso aberto a pedido do Conselho Municipal, para a publicação de documentos existentes sobre Calabar no Instituto, em 1915. O recorte temporal sobre o qual Galvão trabalha é o de 20 a 23 de julho de 1635, compreendendo a morte de Calabar em 22 de julho, narrando a tomada de Porto Calvo, por Mathias de Albuquerque, e a captura, confissão e sentença de Calabar. Ao fim, preocupa-se em expor sua opinião sobre as figuras de Calabar e Mathias de Albuquerque. Ao primeiro, a mancha da traição, por ter se renegado à ‘pátria’; ao outro, o exemplo de ‘constância e intrepidez’ (GALVÃO, 1915, p. 66).

Sua narrativa faz referências a elementos trazidos por Frei Manoel Calado, sendo notória, como veremos a importância da obra do religioso para as narrativas seguintes sobre o período. Também traz a baile o discurso português sobre Calabar ter sido elemento chave da dominação holandesa. Como vimos, essa narrativa vai contribuir na fundamentação do mito da traição. A novidade nessa produção está na definição de heroísmo destinada a povo, que segundo Galvão, fora perseverante. O triunfo sob essa leitura do passado é do ‘patriotismo’. Termo com grande valor simbólico no período inicial da república.

Em 1928, no volume XIII da *Revista* do Instituto Histórico, há um novo artigo intitulado *Calabar perante a história moderna*, originalmente uma conferência de Craveiro Costa³³ pronunciada no Instituto Histórico Alagoano, em 4 de agosto de 1928.

³² Observamos que a data da escrita do trabalho é póstuma, entretanto, foi uma informação obtida na *Revista* do Instituto Histórico Alagoano, volume V, nº 1, 1915, p. 50.

³³ “CRAVEIRO COSTA, João (Maceió AL 22/1/1874 - Maceió AL 31/8/1934) Jornalista, professor. [...]. Ao mesmo tempo dedicou-se ao jornalismo, em especial ao jornalismo político, no jornal O Gutenberg, no qual utilizava o pseudônimo de Gavarni, participando na campanha contra o governo de Euclides Malta [principal governo oligárquico do início do século XX]. Devido à violência da luta política que se estabeleceu em Alagoas, entre outras consequências viu-se obrigado a se afastar do Estado, residindo em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde exerceu por cinco anos a função de guarda-livros. Retornando a Alagoas, onde ficou por pouco tempo, emigrou a seguir para o Amazonas, onde, até mais ou menos 1912, exerceu o jornalismo político. Porém, sentindo-se ameaçado e em perigo de vida, resolveu voltar para Maceió. Logo, depois, porém, novamente parte para o norte, agora seu destino é o Acre, instalando-se na cidade de Cruzeiro do Sul. Luta pela melhoria das condições desta cidade, em plena selva amazônica, obtendo resultados, como a criação do primeiro grupo escolar da região e a fundação do primeiro jornal. Dirigiu, ainda, a Mesa de Rendas e a Instrução Pública do município. Somente em 1922, atendendo ao convite do governador Fernandes de Lima, volta a Maceió, onde ocupou, entre outros cargos, o de administrador e contador da Recebedoria de Rendas, o de diretor do Grupo Escolar Diégues Júnior e o de Contador Geral do Estado. [...]. Sócio do IHGA - no qual ingressou em 18/03/1923 -, do qual foi Secretário Perpétuo de 1926 a 1931, quando renuncia ao cargo, tendo publicado inúmeros trabalhos na revista da

Nesse volume da revista foram revisitados alguns momentos e personagens importantes da história alagoana, pois, além dessa conferência sobre Calabar, há outros trabalhos que aborda os temas: *A jornada de 15 de Novembro à luz dos documentos*; *Deodoro da Fonseca*; *Quilombo dos Palmares*, e mais um escrito de Craveiro Costa intitulado *Maceió, seu desenvolvimento*.

A proposta de Craveiro Costa na conferência é, abertamente, retirar “as mentiras da nossa história” sobre o “valente mameluco” Calabar (COSTA, 1928, p. 139) colocando-o diante da “história moderna”, isto é, realizando um novo julgamento sobre a figura a partir de um exame científico das fontes. Costa qualifica as obras anteriores como tendenciosas ou mentirosas porque eram baseadas em fontes e relatos portugueses, tais como: de Frei Manoel Calado, *O Valeroso Lucideno e Triunpho da Liberdade* (1648); *Memórias Diárias da Guerra no Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho (1654); e “papéis oficiais da fase áspera da campanha” (COSTA, 1928, p. 140), sem identificar quais sejam.

Como vimos até agora, as narrativas bebiam dessas leituras questionadas por Costa. E não havia sido apresentada nenhuma documentação a mais para confirmar ou retificar a traição de Calabar. Nesse contexto, a conferência de Costa se destaca por apontar que decorridos trezentos anos do evento, naquele ano de 1928, surgiriam elementos capazes de oferecerem outro julgamento a Calabar que seria feito pelo “espírito da história moderna” (COSTA, 1928, p. 140). A alcunha de apresentá-lo diante da história moderna, traria a obrigação metodológica de fornecer novas fontes³⁴, como o fez, e assim o interpretar sob uma visão diferente da lusitana, até então consolidada. Essas fontes apresentadas por Costa foram divulgadas por Assis Cintra³⁵ e, parte delas, originalmente

instituição e, ainda, patrono da cadeira 48. Pertenceu à AAL. Redator dos jornais Malhete, Rebate e Orbe, e da Revista do Ensino, [...]” (BARROS, 2005, p. 298 - 299).

³⁴ As fontes são: carta de Mathias de Albuquerque – encontrada no arquivo do Dr. Wallitz, divulgadas por Assis Cintra; cartas de Calabar, onde analisou informações sobre sua vida, uma das cartas em resposta a Mathias de Albuquerque – existente no arquivo do Dr. Silveira Brasil, adquirida em Portugal, divulgada por Assis Cintra; *Desagravos do Brasil*, Loreto Couto (1904); carta do holandês Aldienbert à Wtenbogart, 1631, e relatório de Weerdenburg, de 1632, ao Conselho Supremo da Companhia das Índias Ocidentais – documentos de Wtenbogart, divulgado por Assis Cintra.

³⁵ “Francisco de Assis Cintra, [...]. Nascido em Bragança Paulista, pequena cidade do Estado de São Paulo, alcançava notoriedade com seu ímpeto destruidor, em busca da consagração intelectual. Assis Cintra foi jornalista, crítico literário, historiador, filólogo e professor” (Machado, Felipe Luiz Borges. *Assis Cintra: uma outra história – o limiar da história e outros lugares da historiografia brasileira*. 2004. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. P. 13).

apresentada em *No limiar da História*³⁶, obra de 1923, e ampliadas em *A Reabilitação Histórica de Calabar*, de 1933. O documento que Costa dá mais ênfase é a “Carta de Calabar a Mathias de Albuquerque”, da qual falaremos no tópico seguinte.

Os novos fatos apresentados por Costa são a educação intelectual de Calabar e sua posição enquanto dono de três engenhos. Essas duas condições colocariam fim na hipótese de Calabar ter desertado por medo de ser preso por furtos que cometera, como argumentado pelo Frei Manoel Calado, em *Valeroso Lucideno* (1648). Em seguida, Costa narra a participação de Calabar na guerra lusa e sua deserção; na narrativa oficial do período, a passagem de Calabar para o lado holandês foi o que garantiu aos batavos ganhos sobre a região. Costa relata a preocupação de Mathias de Albuquerque em trazer Calabar de volta, transcrevendo outro documento original: a carta de Mathias de Albuquerque a Calabar³⁷. Seria ela mais uma confirmação de que a mudança de lado de Calabar foi uma escolha pessoal por visualizar melhores possibilidades no lado holandês.

Em seguida, Costa entra na discussão sobre a não existência de uma nação brasileira, no século XVII, nem mesmo nação portuguesa, que dirá um traidor nacional. Sem apresentar referências, afirma que os holandeses observavam o estado do espírito da população na província e enviavam seus “agentes de propaganda” com o seguinte discurso: “<<Trazemos a vossa liberdade. Queremos fazer de vós um povo amigo para junto trabalharmos em benefício commum>>” (COSTA, 1928, p. 144). Segundo Costa, foi a primeira vez que falaram em liberdade no Brasil. Não apenas a liberdade do despotismo português, como também a liberdade religiosa, para que assim o povo se sentisse à vontade de estar ao lado holandês, visto a diferença religiosa existente. O processo que levou Calabar a se afastar das fileiras “luso-espanhóis”, segundo Costa, foi uma escolha entre a forma despótica de agir dos ibéricos e a liberdade prometida pelos holandeses. Para tanto, ele apresenta o documento divulgado por Assis Cintra como prova

³⁶ Essa obra de Cintra foi publicada no Rio de Janeiro em 1923, procurava discutir sobre questões tensas ou legitimadas da história nacional. Cintra pretendia desconstruir algumas coisas legitimadas na história oficial. Assim, além de trabalhar um capítulo intitulado *Calabar, o patriota*, ele aborda outras temáticas como *Cabral e o descobrimento do Brasil*, *O grito do Ypiranga*, *O processo de Tiradentes...* Pelos temas dos capítulos do livro podemos perceber sua intenção de retirar as “mentiras” que haveriam se consolidado na história.

³⁷ “‘Em nome d’El-Rey’, escreveu Mathias, ‘vos offerecemos a restituição de vossas bemfeitorias e bens’ (prova de que tinha havido confiscação dos haveres de Calabar), ‘50.000 crusados de compensação, a tença que em rasoavel pedirdes, o posto de Mestre de Campo, o título de Dom, fidalguia só concedida aos grandes da terra, o Habito de Christo, a amizade d’El-Rey e a nossa. E o que é que ainda quereis que não vindes?. A vossa intelligencia, os vossos admiraveis conhecimentos, o vosso invejado valor, é pedido por El-Rey Nosso Senhor.’ (doc. do Arch. do Dr. Wallitz, divulgado por Assis Cintra)” (COSTA, 1928, p. 142).

da decisão de Calabar de mudar de bandeira por convicção, dessa forma, revisando a versão até então vigente³⁸. Por fim, Costa considera que as atitudes de nosso personagem o colocam como primeiro a buscar a liberdade do Brasil, como um protomártir.

Algumas novidades no tratamento da história são perceptíveis na produção de Craveiro Costa. Primeiro, a definição exata da abordagem histórica com a qual olha o acontecimento. Logo apresenta as novas fontes que estão norteando sua narrativa. Sendo assim, demonstra que apresentará uma interpretação diferente da ‘oficial’ sobre os fatos. Acreditamos que, por isso, intitula sua conferência colocando Calabar diante da história moderna. História que, aparentemente, procura não mais repetir as informações existentes da leitura lusitana, ou oficial, mas que investida de novas fontes, apresenta outra interpretação. Nela, abertamente, Calabar é visto como ‘valente’ e ‘mameluco’. Talvez o termo ‘valente mameluco’ seja por apresentar um contraponto à obra de Frei Manoel Calado.

Sobre o termo ‘mameluco’, já indicamos, há uma preocupação, desde o final do século XIX, em se pensar o Brasil a partir da questão racial. Notamos, em um breve apanhado, que desde então, as produções que apontam Calabar como mameluco são partidárias de sua causa, e as que o apontam como mulato, reafirmam sua traição. Em 1933, Cintra apontou que os que acusam Calabar o qualificam de ‘mulato desprezível’ (1933, p. 17). Antes desse período, durante a colônia, Pessoa (2013, p. 148) nos traz a informação que ser mulato designava, muito mais que uma característica étnica uma condição social associada à má índole, pois os assaltos cometidos nos caminhos, as traições eram características atribuídas a esse grupo social.

A abordagem racial do personagem Calabar não foi a única novidade da história moderna nas páginas da Revista do Instituto. No artigo intitulado *Calabar*, presente no volume XVII de 1933, Francisco Henrique Moreno Brandão³⁹ defende um exame mais

³⁸ “<<Conseguimos, com muito custo, e por intermedio de um nosso agente de propaganda a adesão do bravo e inteligente cabo de guerrilhas, Domingos Fernandes Calabar. Conhece a fundo o territorio e só se collocou de nosso lado pela convicção, pois recusou a recompensa que VV. SS. Lhe haviam mandado. Diz que está certo de que connosco sua patria irá melhor do que com os espanhoes e portugueses. É um mulato muito curioso e de grande vivaciidade e de algum conhecimento, muito raro nestas paragens (...)>>” (COSTA, 1928, p. 145- grifo nosso).

³⁹ “(Pão de Açúcar AL 14/9/1875 - Maceió AL. 27/8/ 1938) Historiador, professor, deputado estadual, jornalista, funcionário público. [...]. Primeiras letras em sua terra natal, humanidades em Penedo, no Colégio São João. No jornal do colégio, A Pirausta, publica, com 13 anos, seu primeiro artigo. Muda-se para Aracaju, onde estuda no Ateneu Sergipano, e em 1891 para Maceió, onde frequenta o Colégio 8 de

psicológico do que histórico do personagem, pois, para que se pudesse entender melhor sua trajetória, seria preciso estudá-lo em sua relação com seu tempo e com seu meio. Dessa forma, Brandão apresenta o mundo como estava no início do século XVI, desde a Itália, passando pela França, pela Inglaterra, Suécia e Dinamarca para demonstrar como a situação política na Europa ainda estava em formação, com ideias que ainda não haviam sido generalizadas, assim como o próprio princípio de nacionalidade era vacilante. Apresenta, a seguir, como funcionava a dominação espanhola sobre Portugal, referindo os conselhos existentes no reino luso e na Espanha para lidar com as questões portuguesas, além de mencionar a comum presença de espiões do rei Felipe II. Brandão relata a movimentação entre portugueses e espanhóis contrários e a favor da ‘União’, também como os diversos grupos sociais, em Portugal, foram se moldando a essa subordinação. Seguindo todos esses relatos, conclui que Portugal estava cheia de traidores, de pessoas que se organizavam secretamente com intenções diferentes diante da situação de dependência; conclui também que nesse estado de degradação, a ambição da traição afastava os deveres patrióticos e de honra.

Em seguida, Moreno Brandão apresenta a situação em que se encontrava a colônia portuguesa no Novo Mundo, para assim entendermos o contexto de Calabar. Havia pouco cuidado na defesa do território, que era resultado mais da ação dos colonos do que da Coroa portuguesa ou espanhola. Evoca o Visconde de Porto Seguro, em seu livro *História Geral do Brasil* (1854), para mencionar sobre Calabar. Este é apresentado, por Brandão, como ‘mameluco’ porto-calvense, filho de Angela Alvares⁴⁰. Sobre ele há dois fatos importantes considerados por Brandão: ter participado de uma bandeira e ser companheiro de um holandês. Nessas participações, aponta ter juntado alguns bens, como parece revelar o relato do Frei Manoel do Salvador. Afirma que podia ser considerado um “homem recto

Janeiro, do prof. Adriano Jorge, e conclui o curso no Liceu Alagoano. Desejando seguiu a carreira militar, senta praça no 26º Batalhão de Infantaria e embarca para o Rio de Janeiro no intuito de matricular-se na Escola Militar. Não conseguindo, pede baixa e retorna, de início a Pão de Açúcar, onde colabora em *O Sertanejo*. Em 1898 muda-se para Salvador, tenta a Escola de Medicina, como também a Faculdade de Direito. Retorna a Maceió e depois muda-se para Penedo. Exerceu modesto cargo de escriturário da Recebedoria Central, ensinou Pedagogia no Liceu de Penedo, [...]. Extinto aquele Liceu, mudou-se para Maceió, onde foi professor catedrático de Português da Escola Normal, bem como da cadeira de Geografia. Nesse período é nomeado terceiro escriturário da Recebedoria Central. Funda o Instituto Maceioense, onde, com Orlando Lins, lecionava todas as matérias do curso primário e secundário. Deputado estadual nas legislaturas 1921-22 e 23-24. Membro-fundador da AAL, [...], sócio do IHGA - com diversos trabalhos publicados na revista desta instituição.” (BARROS, 2005, p. 168 e 169).

⁴⁰ Como em todos os livros que lemos sobre Calabar, a mesma menção a quem seja sua mãe e a seu nome, ainda que não se tenha certeza de sua origem étnica.

e de boas contas” por estar preocupado com as dívidas que tinha e com o débito que tinham os Estados para com ele (BRANDÃO, 1933, p. 19).

Assim, essas informações desqualificariam o argumento da mudança de bandeira ter sido por conta de furtos que havia feito Calabar contra a fazenda real. Brandão afirma que não existia um “instinto da pátria”, ou seja, um sentimento unificador com o propósito de eliminar o invasor, qualquer que fosse. Argumenta toda a complexidade do contexto no território da metrópole portuguesa na América. Esse seria um tempo propício aos vacilos, pois a terra era de qualquer um que pudesse dominá-la. Nesse cenário, Calabar teria “algumas luzes” (BRANDÃO, 1933, p. 20) e se mostrava invalidado em seu valor por não ser participante de uma aristocracia portuguesa. De outro lado, os holandeses o lisonjeavam e procuravam o atrair às suas fileiras. A causa primordial da traição de Calabar teria sido o seu desejo de entregar o país a um regime diferente do que era o português, a uma administração diferente, melhor, e a colonização holandesa seria um exemplo disso. Calabar se demonstrou fiel a essa fileira, ainda que carregando em si um estigma, que era o da cor.

Em primeiro momento, Calabar se entregou ao ofício junto aos luso-espanhóis. Entretanto, não haviam dado a ele atenção suficiente, aquela que, imaginava Calabar (ou Brandão imagina por ele), ser-lhe-ia de direito. Assim, os luso-espanhóis abriam caminho para que ele desertasse: “[...], parece terem sido os maus tractos, os desdêns, as alfinetadas, as perfídias, as injustiças que atiraram Calabar às fileiras adversas áquellas em que tanto se magnificará” (BRANDÃO, 1933: 30). Retoma que a causa da deserção de Calabar não foi por dinheiro, mas pelo não reconhecimento de sua capacidade na guerra, uma vez que não era um oficial branco, apenas sendo consideradas quando procurou cambiar de lado na disputa pelo território. Esses aspectos sobre nosso personagem são considerados, segundo Brandão, como suficientes para que ele seja louvado, pois, apesar de praticando um erro, se insurge contra um erro anterior, que seria o de lutar do lado luso-espanhol.

O artigo de Brandão é bastante longo, com muitas informações, entretanto, podemos observar as características de sua produção. Em uma abordagem científica, propõe observar os fatos a respeito de Calabar sob uma perspectiva mais psicológica, apresentando o meio ou o contexto social do período de nosso personagem. Reaparece em sua argumentação a observação da inexistência de um sentimento de nacionalidade neste território, no século XVII, perspectiva com a qual nos deparamos antes com Costa (1928). Ortiz (1985, p. 18) afirma que, quando tomaram consciência do seu território, os

brasileiros começaram a se ver não mais como cópia de Portugal. Esse é um contexto que marca a abertura nas interpretações a respeito de Calabar e da história do Brasil nessas leituras da década de 1920 e 1930, ao afirmar o contrário do que a história oficial, produzida no âmbito do IHGB.

Observamos também a questão racial aparecendo quando Brandão menciona sobre o ‘estigma da cor’ de que sofre Calabar. Retomamos Ortiz (1985) para confirmar a leitura racial como parte da compreensão sobre o Brasil que vinha sendo produzida nesse período. A visão de Calabar investido do ideal de ‘a entrega a um país melhor’ ou ‘a compreensão de que o holandês traria liberdade’, demarca a leitura da história do Brasil pensada fora da continuidade lusitana. O que não significaria exatamente a liberdade, permanecia a lógica do ser colonizado, a opção era trocar uma metrópole por outra.

1.2.2. ‘Carta de Calabar’

Dentro desse contexto de mudança no discurso histórico sobre nosso personagem, nos deparamos com a descoberta de várias fontes sobre Calabar, sendo a maior parte delas divulgadas por Assis Cintra, sobre o qual trataremos no tópico seguinte. Entre todas as fontes por ele trazidas, escolhemos a “Carta de Calabar” por ter se tornado uma fonte muito importante para falar de Calabar aparecendo em obras desde Costa (1928) até os dias de hoje em materiais didáticos utilizados para estudo em Porto Calvo, como também em monumentos ali na cidade. Entretanto, nos deparamos com uma série de questões: quem trouxe essa fonte? Quem a depositou entre os documentos do Instituto? Quando ela foi depositada ali? Quais os interesses? De quando é essa carta? É possível confirmar sua autenticidade e veracidade? Qual conteúdo? Seguindo essa trilha chegamos a algumas conclusões a respeito, que são interessantes para pensar o processo histórico da escrita sobre Calabar.

A ‘Carta de Calabar’ é mencionada, primeiramente, por Cintra que afirma estar junto a outros documentos citados em seu livro *No limiar da história* (1923), que são: Carta de Aldienbert a Wtenbogaert, em que é possível ler o motivo da traição de Calabar (Documento Wtenbogaert, Arquivo Holandês, carta de 14 de novembro de 1631); a Carta de Weerdenburgh ao Conselho Supremo da Companhia das Índias (Relatório de 26 de abril de 1632); e a Carta de Calabar que estava junta aos documentos acima, porém com muitas partes estragadas (CINTRA, 1923, p. 46 – 48). Dessa forma, é apenas mencionada e reproduzido um pequeno trecho difícil de interpretar. Costa (1928, p. 142) afirma ter sido Cintra o primeiro a divulgar a carta, que havia sido encontrada nos arquivos do Dr.

Silveira Brasil, que a adquiriu em Portugal. Em 1933, em mais um livro lançado por Cintra, *A Reabilitação Histórica de Calabar*, a ‘Carta de Calabar a Mathias de Albuquerque’, recebe uma nova descrição que não se distingue muito da anterior, todavia, está mais compreensível (CINTRA, 1933, p. 66 – 68). Encontramos aqui um primeiro impasse, como poderia ser divulgada por Costa em 1928, uma carta que Cintra só expõe na íntegra em 1933?

Assim, buscamos pesquisar no Instituto Histórico Alagoano a fim de encontrar a data de chegada da cópia da carta ali ou quem possa tê-la encaminhado no intuito de encontrar possíveis respostas. Acontece que entre o catálogo de documentos do Instituto Histórico Alagoano, presentes nos volumes XVIII (1935), XIX (1936/1937), XX (1938/1939), XXI (1940/1941), XXII (1942), XXXVIII (1982/1983), XLII (1989/1990), XLIII (1991/1992), não encontramos nenhuma referência a esse documento. Entretanto, como poderemos perceber adiante, a sua importância se faz notada pela maneira como seu conteúdo é utilizado em distintos espaços e meios de divulgação do conhecimento.

O documento intitulado ‘Carta de Calabar’ (doc. N ° 01275, caixa 17, pacote 02, doc. 18), possui um resumo inicial que diz: “Esta Carta de Calabar, dirigida a Mathias de Albuquerque, revela a sua cultura e as convicções de seu apoio à Holanda, carta esta copiada do original existente em Haia, pelo Dr. Wallitz”. Possivelmente foi o documento encontrado por Cintra, em sua viagem à Europa, onde reuniu os diversos documentos publicados em suas obras. O Dr. Wallitz foi o responsável por traduzir outros documentos trazidos por Cintra (1923,1933), porém sobre este tradutor não encontramos nenhuma informação. Acentuamos a gama de documentos encontrados e divulgados por Cintra, em seu interesse de descortinar as mentiras sobre a história do Brasil e a dificuldade de encontrarmos informações mais acertadas sobre esses documentos.

O conteúdo da carta é o seguinte:

Depois de ter derramado meu sangue pela causa da **escravidão** que é a que defendeis ainda, passo para este campo, não como **traidor**, mas como **patriota**, porque vejo que os holandeses procuram implantar a **liberdade** no Brasil, enquanto os hespanhoes e portugueses cada vez mais, escravizam o meu **paiz**. Como homem, tenho o direito de derramar o meu sangue pelo **ideal** que quizer escolher; como soldado tenho o direito de quebrar o juramento que prestei enganado. O meu desinteresse é sabido por aquelles que foram meus chefes. Quizesteis confiar-me um honroso posto na frente de vossas tropas. Recusei. Se meus bens se acham em terras occupadas pela vossa gente, não é visível que só eu tenho a perder com a minha mudança de bandeira?

Derramei meu sangue por uma causa que reputava santa e que entretanto era a da escravidão da minha pátria. É a causa que vós defendeis. Com seus actos, os holandezes tem provado melhor que os portugueses e espanhoes. Enquanto

nas terras por vós occupadas existe a mais negra escravidão e **tyrannia**, elles, não somente protegem materialmente os naturaes, como lhes dão até liberdade de consciencia.

Em Recife e Olinda, como na Europa, cada um pensa como quer. E entre vós? Vós bem o sabeis. Com o mesmo ardor e sinceridade com que eu me bati pela vossa bandeira, me baterei pela bandeira da liberdade do Brasil, que é a hollandesa.

Tomo Deus por testemunha de que o meu procedimento he o indicado pela minha **consciencia** de verdadeiro patriota.

(a) Domingos Fernandes Calabar (IHGAL, doc. n.º 01275, caixa 17, pacote 02, doc. 18).

O documento é carregado de termos cujos significados políticos são de um período posterior ao de Calabar. Analisamos os termos destacados em dois dicionários históricos: D. Raphael Bluteau (1789), do século XVIII, e Antônio de Moraes Silva (1813; 1890), do século XIX. A investigação procura identificar os significados desses verbetes na Idade Moderna. Dos termos grifados não aparecem no dicionário do século XVIII (BLUTEAU, 1789): ideal, patriota e tirania. O termo escravidão remete a servidão, não à submissão política (BLUTEAU, 1789: 536). O termo pátria refere-se ao lugar de onde uma pessoa é natural, não a uma ideia de nação (BLUTEAU, 1789a: 170). Nação designa gente de uma mesma região que tem língua, leis e governo a parte (BLUTEAU, 1789a: 107). Traição seria uma entrega da fé, quebra de uma fidelidade prometida (BLUTEAU, 1789a: 480). *Paiz* se refere a uma terra ou região (BLUTEAU, 1789a: 147). Consciência remetia a comparação da ação com a lei moral, ou regra, para poder julgá-la (BLUTEAU, 1789: 302).

No dicionário do século XIX (SILVA, 1813; 1890) percebemos algumas nuances. Continua sem aparecer ideal, patriota e tirania, com a diferença que neste surge um equivalente a patriota, que é pátrio: da pátria (SILVA, 1813, p. 170). O termo escravidão continua o mesmo, mas, quando verificamos o termo escravo, percebemos o acrescentar de mais uma interpretação, que é “povo – que não goza dos direitos, e liberdades, e fôros, que as leis do seu paiz lhe concedem”, um significado acrescentado pelo Iluminismo (SILVA, 1890, p. 815). Os termos nação, *paiz*, pátria e traição têm o mesmo significado do dicionário de Bluteau. Os termos consciência e traidor também possuem o mesmo significado do dicionário setecentista, mas acrescentam outras interpretações. No primeiro, se acrescenta o termo liberdade de consciência (SILVA, 1890, p. 313). No segundo, traidor é o que faz traição, mas também o que trai seu rei ou sua Coroa (SILVA, 1813, p. 480).

Ribeiro (2014, p. 55) nos ajuda a perceber melhor alguns termos do período contemporâneo a Calabar. Analisando a partir do *Vocabulário Portuguez e Latino* (1728) de Bluteau, ele traz a raiz do termo ‘pátria’ que viria do latim *pater*, ‘pai’, e a terminação feminina complementaria o termo, por ela ser também a nossa mãe. Assim, um crime contra a pátria, seria como uma deslealdade em relação ao próprio pai ou a própria mãe. Entretanto, percebemos que a própria noção de ‘pátria’ seria distinta da que se tentava constituir no Império Brasileiro desde a independência. Além do mais a traição estava entre os crimes do Código Penal das Ordenações Filipinas.

Observando a estrutura da carta e os termos nela utilizados podemos perceber que o significado das palavras ganha um sentido mais ‘original’ quando olhamos a partir do dicionário do século XIX. Tendo passado pelo livro de Cintra esse deslocamento semântico se faz ainda mais presente, pois que, ao falar da escravidão, coloca a Espanha como usurpadora dos direitos dos brasileiros que teriam o direito de escolher a quem queriam servir, o que não configurava uma traição a escolha da Holanda, mas uma decisão dentro da lógica da liberdade de consciência. Devemos lembrar que nesse aspecto concentra-se muito do argumento de Cintra (1933) para comprovar que a escolha de Calabar pela Holanda foi um ato consciente de patriotismo. Com a contribuição de Ferretti (2004), podemos acrescentar à nossa argumentação que as elites regionais não pensavam em Brasil, pelo menos até o início do século XIX, e até pouco depois da independência, o sentimento que predominava era o de capitania (FERRETTI, 2004, p. 14). A nação era portuguesa, a pátria era pernambucana, por exemplo, isso já nas crônicas do setecentos (FERRETTI, 2004, p. 17 – 18). Se ao menos Calabar tivesse se referido na carta como pátria Pernambuco, e não o Brasil, seu sentido seria mais ajustado à época. O que podemos avaliar de mais próximo da noção de ‘sociedade brasileira’, são as obras produzidas exatamente nesse período que Cintra escreve, como nos permite perceber a análise de Motta (1985, p. 57), segundo a qual, nesse período, década de 1930, está sendo escrita uma perspectiva de história que procura ser comprometida com o ser brasileiro, vinculada a noções de ‘nacionalidade, raça e cultura’. É momento de grande discussão sobre o ser brasileiro, a partir de diversas perspectivas de análise, preocupadas com a aristocracia rural ou não, porém distanciando da noção imperial de história.

Ao fim da “Carta de Calabar”, há o seguinte parágrafo, também datilografado, “Assim, não podemos aceitar sem análise e ponderação, o ponto de vista dos antigos historiadores que se fixaram na direção de Calabar, quando, na atualidade documentos

autênticos modificam a face dos acontecimentos de Porto Calvo”. Entendemos que fica explícito o interesse em trazer a cópia da carta ao Instituto. Serviria como documento para comprovação dessa nova interpretação sobre a história de Calabar. Nova interpretação que foi feita a partir das compreensões contemporâneas de liberdade, escravidão e patriotismo, pelos que escreveram em favor da reabilitação de Calabar, no início do século XX. Alguns livros escritos posteriormente sobre História das Alagoas, como o de Costa (1983) e Altavilla (1933), duas importantes referências na escrita de história geral sobre Alagoas, colocam Calabar como uma figura honrada, digna de méritos. Ambos reproduzem o conteúdo da carta em suas histórias gerais.

Como não encontrarmos referências exatas de sua versão original, torna-se muito difícil reconstituir a trajetória do documento e conferir sua autenticidade. Como vimos, a sua veracidade fica prejudicada, pois apresenta elementos textuais vindos do período posterior a Calabar. Porém podemos perceber, da parte dos que divulgam e adotam a Carta como fonte, o interesse em afirmar a atitude ‘patriótica’ e até ‘idealista’ de nosso personagem, apesar de em sua época não caberem tais verbetes. Assim, apesar de não ser comprovada, ela é fundamento de muitas narrativas que viriam depois.

1.2.3. Livros

Neste tópico analisaremos dois livros publicados na mesma década: *A Reabilitação Histórica de Calabar* (1933), de Assis Cintra, e *O Julgamento de Calabar* (1935), de Alberto Rêgo Lins. No primeiro, é apresentada a acusação, a defesa e o julgamento de Calabar, dividido o livro nessas sessões. O segundo, escrito para refutar os argumentos dos ‘calabaristas’⁴¹, foi resultado de uma conferência proferida por Lins no Club dos Advogados, em 6 de novembro de 1934. Dividido em vários tópicos trata de Porto Calvo, desconstrói todos os argumentos do patriotismo de Calabar, de sua riqueza, de sua compreensão do governo holandês, do que os historiadores holandeses afirmam sobre ele. Aqui caminharemos entre as duas obras, observando quem são os autores dos livros, de onde eles escrevem e os argumentos e contra-argumentos.

Francisco de Assis Cintra, nascido em Bragança Paulista, foi jornalista, crítico literário, historiador, filólogo e professor. Escreveu em vários periódicos como *A gazeta*, *A Tarde e Correio Paulistano*, de São Paulo, e *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro;

⁴¹Em nenhum outro escrito encontramos esse termo, mas entendemos, a partir de Lins (1935), que se trata de alagoanos envolvidos na tentativa de reabilitar Calabar.

distribuiu folhetins, manteve relação com muitos dos intelectuais ligados ao movimento modernista, mas nunca conseguiu se estabelecer como intelectual reconhecido. Durante a década de 1920 se considerava historiador/pesquisador. Sua escrita procurava desmentir os acontecimentos históricos, apresentando documentação que comprovasse uma nova interpretação por ele trazida. Além do livro *A reabilitação histórica de Calabar*, escreveu vários outros entre as décadas de 1920 e 1930, dentre eles algumas biografias e obras que procuravam revelar informações desconhecidas sobre a história e que seriam capazes de modificar o conhecimento sobre ela. Vale citar algumas como *Mentiras Históricas* (1922), *No limiar da história* (1923), *Revelações históricas para o centenário* (1923), *Os escândalos da primeira república* (1936)⁴². A partir da década de 1930, escreve mais biografias e não se afirma mais como historiador (MACHADO, 2004, p. 14).

Nosso outro autor, Alberto Juvenal do Rego Lins, nascido em Camaragibe, cidade que antes pertencera a Porto Calvo, foi professor, jornalista e advogado, exercera magistério em Alagoas e Rio Grande do Sul. Mudou-se para o Rio de Janeiro e se tornou redator do jornal *Correio da Manhã* e membro da Ordem dos Advogados do Brasil. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sócio do Instituto Histórico Alagoano. Suas obras em geral abordavam assuntos etnológicos, sendo a única obra que destoa desse conjunto a que estamos trabalhando aqui (BARROS, 2005a). A escrita de Lins a respeito de Calabar pretende confrontar as argumentações de um grupo que ele mesmo denomina de “calabaristas”.

Os dois autores escrevem em um mesmo contexto: década de 1930. Motta (1985, p. 48), ao traçar um histórico da ideologia da cultura brasileira, aponta o período em questão como marcado pelo redescobrimento do Brasil. Ali surgem três importantes interpretações sobre o Brasil que procuram romper com a escrita tradicional dos Institutos Históricos, sob distintas perspectivas⁴³. Ainda que as produções de Cintra (1933) e Lins (1935) não sejam revolucionárias ao ponto de romperem com as formas de organização social, poderemos notar distinções muito claras de uma produção que se pretende

⁴²Conferir as outras obras em: Machado, F. L. B. Assis Cintra: uma outra história: o limiar da história e outros lugares da historiografia brasileira. 2004. 175 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

⁴³As três principais interpretações desse período foram escritas por Caio Prado Jr (1933), Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Hollanda (1936).

reinterpretação de fatos (Cintra) e outra que se propõe reafirmação da interpretação tradicional (Lins).

Alagoas conseguira se livrar da oligarquia dos Maltas, mas a estrutura oligárquica permanecia e ainda se mantinham muitas estruturas econômicas e sociais. No Brasil, passada sua primeira fase republicana, vivenciava-se um período de movimentação do pensamento modernista. Nesse contexto, parecia não mais haver interesse em criar uma história de continuidade, a tentativa era de “construir uma história para e da República, com novos fatos e heróis, que demonstrariam que uma nação republicana sempre existiu no transcorrer de nossa história” (MACHADO, 2004, p. 33). Essa tentativa de escrita de uma história para e da República permite que Cintra encontre um momento propício para desmascarar mentiras sobre a história do Brasil, como também reinserir ou reabilitar alguns personagens (MACHADO, 2004, p. 36). Cintra procurava “figuras heroicas” ao sul da República, entendia que o mesmo devia ser feito ao norte. Percebeu todo potencial na figura de Calabar, principalmente depois de uma viagem que fez à Europa⁴⁴ junto com Silveira Brasil⁴⁵, onde passou por vários arquivos e coletou muitos documentos e informações (MACHADO, 2004, p. 25). Assim, como fora feito o esforço, no início da República para encontrar personagens míticas que dessem naturalidade ao movimento, como é o caso de Tiradentes, analisado por Carvalho (1990), Calabar será acessado por Cintra (1933).

Inserimos aqui a produção alagoana nesse cenário nacional, pois se estivesse dispersa da produção nacional, não haveria refutação à obra de Cintra, partindo de um sócio do Instituto Histórico Alagoano. Como percebemos em tópicos anteriores, a questão sobre Calabar, desde fins do século XIX, resulta em muitos debates. A partir da década de 1920, de dentro do Instituto, começam a surgir leituras dos acontecimentos referentes à Calabar com uma metodologia diferenciada, apoiada na comprovação documental.

⁴⁴Não encontramos informações sobre quando se deu a viagem, mas desde seu livro em 1923, *No limiar da história*, ele já traz informações dos arquivos que pesquisara na Europa sobre a temática de Calabar (1923, p. 41). Segundo Machado (2004, p. 25), além dessa, há outras referências onde Cintra menciona a viagem: CINTRA, Assis. O Amadis. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, p. 3, 26 jun 1920; CINTRA, Mentiras históricas. p. 327. A viagem nos é confirmada por Menotti Del Picchia em HELIOS. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, p. 3, 27 de maio de 1920. A família não tem informações sobre a mesma.

⁴⁵Não encontramos informações sobre ele.

As referências utilizadas por ambos convergem⁴⁶, entretanto Cintra apresenta os documentos que encontrara em sua viagem à Holanda; e Lins apresenta outros autores para complementar sua argumentação, como veremos. O primeiro argumento que traremos aqui se subdivide, trata-se dos motivos da deserção de Calabar. Os motivos que Cintra (1933) apresenta que eram comuns na história sobre o assunto, são dois: (I) Calabar desertara por conta de furtos que realizava e com receio de ser pego – argumento baseado na escrita de Varnhagen e Frei Manoel Calado (CINTRA, 1933, p. 6 e 8); e (II) Calabar desertara por ambição dos proveitos que lhe trariam os holandeses – argumento baseado em Viriato Correia⁴⁷ (CINTRA, 1933, p. 11). Não considerava nenhum desses motivos válidos. Desqualifica o primeiro motivo por não acreditar que Mathias de Albuquerque, segundo referência a Duarte de Albuquerque, teria requerido tanto a volta de Calabar às fileiras luso-espanhola, ou teria se referido tanto ao seu valor, se ele fosse apenas um fugitivo ou ladrão (CINTRA, 1933, p. 7). O segundo porque encontrara provas de que Calabar não havia aceitado os benefícios em dinheiro dos holandeses, apenas o mérito do posto de major (CINTRA, 1933, p. 12 – 15). Cita, para embasar sua fala, dois documentos originais que trouxe de sua viagem à Europa: os relatórios de Aldienbert, em 14 de novembro de 1631, e de Werdenburgh, em 26 de abril de 1632. Apresenta como referência desses documentos apenas que foram traduzidos por Dr. Walitz⁴⁸ para o português. No primeiro, a informação é que Calabar havia rejeitado todo dinheiro que a Companhia das Índias Ocidentais queria dá-lo; o segundo acrescenta que ele havia negado a recompensa porque afirmara ter desertado por patriotismo (CINTRA, 1933, p. 44 – 46).

Cintra reforça o testemunho do padre Galanti⁴⁹, que desqualifica o relato do Frei Manoel Calado ao informar que não existem registros de que Calabar tivesse roubado ou cometido algum crime (CINTRA, 1933, p. 7). Para Cintra, o motivo apresentado pelo Frei Calado não fazia jus à verdade, a razão para mudança de lado seria o desprezo de que Calabar era objeto por parte dos europeus por ser mameluco. A opressão que sofria Calabar, mesmo doando-se a favor do lado luso-espanhol, *refletia a condição dos ‘brasileiros’ que eram humilhados e desprezados*, não eram honrados por seus esforços.

⁴⁶São aquelas produções mais mencionadas, do século XVII a XIX, sobre o período: Frei Manoel Calado (1648), Duarte de Albuquerque (1654), Varnhagen (1871).

⁴⁷Nascido em Pirapemas, MA, em 1884, Manuel Viriato Correia Baima do Lago Filho. Chegou a iniciar o curso na Faculdade de Direito do Recife, trabalhou em vários jornais e escreveu muitas crônicas históricas. Informação disponível em <<http://www.academia.org.br/academicos/viriato-correia/biografia>>, acesso em 21 de junho de 2017.

⁴⁸Não encontramos nenhuma informação sobre ele.

⁴⁹Não encontramos informações sobre ele.

Essa continuidade de humilhação e desprezo teria sido o motivo da deserção de Calabar (CINTRA, 1933, p. 9). Acrescenta a afirmação de que em Pernambuco só havia despotismo antes da chegada dos holandeses. Isso reforça para Cintra o argumento de que se com os espanhóis havia escravidão, com os holandeses havia liberdade, provavelmente Calabar escolheria o último, e como ‘brasileiro’ tinha o direito de escolha. Esse é o cerne do seu primeiro argumento.

Lins, por sua vez, refuta de forma prolixa esse argumento. Primeiro, dizendo que boa parte dos que procuram reabilitar Calabar nunca foram a Porto Calvo. Em seguida, afirma que "não se discutia, então, em Pernambuco, o methodo de colonização de Portugal" (LINS, 1935, p. 4). Com uma obra repleta de referências a autores brasileiros e menção de alguns estrangeiros, Lins vai desconstruindo a perspectiva apresentada por Cintra. Para ele, provavelmente, o motivo da deserção foi por ambição das riquezas que podia conseguir no holandês ou por revolta a agravos sofridos no Arraial do Bom Jesus (LINS: 1935, p. 18). Segue falando das dificuldades enfrentadas no Arraial, no incentivo de Mathias aos soldados para que permanecessem firmes. Não faria sentido um soldado fiel a uma bandeira abandoná-la, “em qualquer circumstancia, a traição é uma deshonra. Contra esse princípio moral absoluto insurge-se o calabarismo, sob o pretexto infantil de que não existem provas concludentes do móvel da traição de seu ídolo histórico” (LINS, 1933, p. 22). A escrita de Lins denota um desconforto muito grande com o movimento pró-reabilitação histórica de Calabar.

Lins continua sua argumentação afirmando que nenhum dos cronistas, à época, coloca alguma ideia política ou patriótica na ação de Calabar. Lins apresenta um artigo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em seu tomo XXXVIII, 1875, em que acusa a traição de Calabar com o mesmo argumento do Frei Manuel Calado, como tendo sido motivada por causa de roubos e temor de ser castigado pelo provedor André Almeida (LINS, 1935, p. 24). Apresenta outro testemunho, dessa vez de Frei Raphael de Jesus, que aponta Calabar como mameluco e a causa da traição tendo sido a tentativa de fugir da prisão. A versão sobre a causa da traição de Calabar por Francisco de Brito Freyre, também apresentada por Lins (1935, p. 25), coloca Calabar ora como mulato, ora como mameluco; aponta que os holandeses perceberam que ele sabia muito sobre a terra e não escolheram outro no seu lugar. Freyre acrescenta que “[...] buscava Calabar entre os inimigos, no prêmio da traição, a esperança que lhe impedia entre os nossos a vileza do nascimento, para com os danos públicos abrir caminho a seus interesses particulares;

[...]” (FREIRE, 2001, p. 156). Em seguida, cita Frei José de Santa Thereza, carmelita descalço, que afirmava que Calabar foi induzido por desgostos particulares, por isso abandonara a bandeira e se oferecera ao general Weerdenburgh⁵⁰ (LINS, 1935, p. 25). O cerne da argumentação de Lins é: "Será crível que todos esses historiadores e cronistas do século XVII se houvessem mancomunado para calumniar Domingos Fernandes Calabar, negando-lhe clarividência e patriotismo?" (LINS, 1935, p. 26). Ele questiona também como nenhum historiador “confiável” realmente afirmava esse nacionalismo de Calabar. E acrescenta que *no período holandês foi quando floresceu o nacionalismo brasileiro e o fruto só chega a maturação normal no começo do século XIX* (LINS, 1935, p. 26 – 27). Por fim, sobre os motivos da traição, Lins apresenta alguns autores holandeses, mostrando que eles não mencionam a atitude de Calabar como um “ato heroico” ou “clarividência”, apenas sua importância no processo de dominação holandesa.

Observamos aqui as diferentes perspectivas sobre a deserção de Calabar nos escritos de Cintra e Lins. Ainda há mais dois aspectos polêmicos a serem observados: a escrita dos holandeses sobre Calabar e a honra do Frei Manoel Calado. Lins apresenta como referência Robert Southey e Henrique Haldenmann⁵¹, procurando demonstrar que não há nenhuma menção a patriotismo ou revelação do real motivo de Calabar desertar. Sabemos por Ribeiro (2014) que a produção luso-brasileira dá muito mais ênfase a deserção de Calabar que a holandesa. O que reforça o caráter mítico de nosso personagem é o seu lugar como traidor nacional ter sido determinado pela produção de Varnhagen, como vimos.

Cintra, por sua vez, apresenta uma série de documentos, todos traduzidos pelo Dr. Waltiz, procurando fundamentar suas conclusões pela comprovação documental. Sobre Frei Manoel Calado, questionando sua ética, por revelar algumas confissões de Calabar, e aponta seu trabalho como financiado por João Fernandes Vieira⁵², questionando, assim, os interesses de sua produção. Lins defende o Frei, afirmando que sua posição lhe impõe respeito e dignidade, visto que não lhe competiria à mentira. Além disso, pontua que seria

⁵⁰Não apresenta nenhuma referência.

⁵¹ Ambos foram importantes brasilianistas: Southey, em 1810, e Handelmann, em 1931. Com importante contribuições, porém, não entraremos na discussão mais profunda a respeito de suas discussões, apontando apenas a importância da fonte que Lins apoia-se para escrever a respeito do tema.

⁵²Um dos personagens do período das guerras contra os holandeses, considerado pela historiografia oficial como um herói da restauração pernambucana. Seu nome é citado na maioria das obras sobre o período, anteriormente citadas.

muito difícil que o Frei sustentasse uma mentira por dez anos, mais ou menos o período entre os acontecimentos (1632 – deserção de Calabar) e a publicação do *Valeroso Lucideno* (1648).

O que podemos capturar a partir dessas leituras é que a possibilidade de novas interpretações sobre o caso de Calabar permite observar disputas entre leituras históricas distintas. As produções que visualizamos aqui tomam partidos muito bem definidos, são produções que procuram, com base em referências documentais e/ou bibliográficas, apresentar suas argumentações. Duas percepções por meio dessas abordagens: 1) reafirmamos Calabar enquanto mito, pois, de maneira atemporal permanece pelos tecidos da interpretação histórica (FINLEY, 1989, p. 72) a partir dele é possível dizer como, por meio de uma linguagem mítica tornando-o herói, na perspectiva de Cintra, a história brasileira se opõe à herança lusitana, ou na perspectiva de Lins, como traidor, há a reafirmação dessa herança (BARTHES, 1972, p. 131). De todo modo como herói ou traidor, encontra-se sob os mesmos parâmetros míticos, só que justapostos (GIRARDET, 1987, p. 16). E se, de fato, o mito é afirmado com mais nitidez nos períodos críticos (GIRARDET, 1987, p. 180), aqui reacende sob o conflito da produção intelectual brasileira, como também do contexto histórico brasileiro e alagoano, de tentativas de rupturas de uma história arcaica e das oligarquias políticas (MOTTA, 1985, p. 28).

Em 2000, Frans Leonard Schalkwijk escreveu um artigo procurando entender os motivos da traição de Calabar. Observando várias facetas econômicas, sociais e culturais, permitiu-nos perceber que a questão sobre Calabar é muito menos sobre os motivos que levaram a sua deserção, pois é difícil delimitar exatamente qual foi a causa. O que reforça nossa argumentação de que a questão está sobre o mito que é Calabar, ou seja, a projeção sobre o personagem de interpretações da nacionalidade brasileira.

Desde esse último embate nos anos 1930, as produções sobre história de Alagoas posteriores, que abordavam o assunto de Calabar, tenderam a colocá-lo em uma condição melhor que a de traidor. Os livros fundamentais sobre a história de Alagoas como *História das Alagoas*, de Craveiro Costa (1983)⁵³ ou *História da Civilização das Alagoas*, de Jayme de Altavilla (1933), apresentam o personagem como símbolo de heroísmo. As principais referências que utilizavam esses historiadores foram as fontes divulgadas por

⁵³Não encontramos a data de sua primeira publicação.

Cintra, a principal delas que fundamenta até hoje a atitude de Calabar como patriótica, que é a “Carta de Calabar a Mathias de Albuquerque”.

1.3. Terceiro Momento: Centenário do Instituto e Revisão Histórica sobre Calabar

A revista de 1973, contada no Volume XXX, saiu como edição comemorativa do centenário do Instituto Histórico Alagoano (1869) e da sua revista (1872). De início, o volume possui um tópico direcionado ao leitor sobre as mudanças de seu nome, a periodicidade e a coincidência da publicação se dar no período do sesquicentenário da independência do Brasil. O emblema do Instituto também foi modificado nesse período, na inscrição do nome do Instituto no brasão, que passou de Instituto Histórico de Alagoas para Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Os elementos que compõem o brasão são as três tainhas que remetem o escudo holandês de Alagoas, uma lâmpada grega que faz referência ao conhecimento e a investigação, a frase em latim é de Cícero e na parte inferior a data de fundação (MELLO ET. TAL., 2008, p. 9 – 10).



Imagem 2 - Foto retirada do volume XXX da Revista do Instituto Histórico Alagoano, março de 2017.

Nesse volume comemorativo, foram abordados assuntos de relevância para o Instituto. Dentre eles, encontramos um artigo intitulado *Calabar*, de Moacir Medeiros de Sant’Ana, publicado juntamente com a carta do autor que foi enviada ao presidente do Instituto Histórico Alagoano. Na carta, havia menção à matéria “Calabar é herói” do repórter Joarez Ferreira, natural de Palmeira dos Índios, na revista *O Cruzeiro*, ano XLV,

nº 17, em 25 de abril de 1973⁵⁴. Nessa mesma edição de *O Cruzeiro*, foi publicado resumidamente o artigo que iremos trabalhar aqui, de autoria de Moacir Sant’Ana, intitulado *Cedo para a reabilitação*. Assim, no volume comemorativo do IHGAL, anexam a carta e o artigo completo, visto que só parte do trabalho fora publicado em *O Cruzeiro*. Aqui trabalharemos apenas com o artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano*.

O contexto de produção desse fascículo especial, em comemoração ao centenário da *Revista* e do Instituto, é o mesmo da comemoração do sesquicentenário da independência, atividade desenvolvida, divulgada e incentivada pelo governo militar, em todas as cidades. O objetivo era que a comemoração fosse naturalizada, de forma, que o cidadão identificado com a festa se visse como parte desse processo de construção do ‘Brasil Grande’ (CORDEIRO, 2011, p. 4), apesar de toda a estrutura autoritária sob a qual estava subjugado o país. Antes do fechamento político com o Ato Institucional nº 5, as produções culturais estavam em alta, entretanto, o resultado foi a desarticulação política-cultural, embora com a resistência da parte de alguns indivíduos e movimentos. Assim, muitas instituições foram criadas pelo governo no sentido de produzir cultura de massa⁵⁵.

No mesmo período em que se produz o volume comemorativo da *Revista*, também é produzida e lançada a peça *Calabar, o elogio da traição* (1973), de Chico Buarque e Ruy Guerra. A história do militar foi usada para falar contra o governo autoritário, sendo Calabar como uma espécie de anti-herói, como meio de dizer o que não podia ser dito abertamente, devido a censura, como meio de questionar o que seria a traição, dentro desse contexto em que os cidadãos são incitados a permanecerem aceitando calados ante as determinações do governo. A peça não é mencionada no artigo de Sant’Anna, mas é possível perceber o caráter revisionista do seu artigo, a ponto da manchete na revista *O Cruzeiro* ser intitulada *Calabar é herói*.

⁵⁴No Instituto é possível encontrar todo o material analisado: a carta ao presidente do mesmo órgão, a xérox da matéria em *O Cruzeiro* e o artigo completo datilografado, através da referência: Documento nº 02538, cx. 33, pc. 01, doc. 37.

⁵⁵“Durante a Ditadura Militar foram criados a Empresa Brasileiras de Filmes S.A (Embrafilme), o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) e o SPHAN foi elevado à categoria de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tal desenvolvimento prosseguiu na administração seguinte, do paranaense Ney Braga. Neste período, do governo Geisel. Foi aprovado um documento denominado de Política Nacional de Cultura, foi realizado o I Encontro de Secretários Estaduais de cultura, criada a Secretaria de Assuntos Culturais, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e a Fundação Nacional de Arte (Funarte), que congregava o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço Nacional do Teatro, a Comissão Nacional de Belas Artes e a Companhia de Defesa do Folclore Brasileiro” (SANTOS, 2014, s/p.).

Sant'Ana procura fazer um breve apanhado do que foi produzido sobre Calabar, em busca de sua reabilitação, no Instituto. Começa fazendo referência ao último parágrafo do artigo de Brandão (1933, p. 32)⁵⁶. Em seguida menciona o trabalho de Assis Cintra, também de 1933, totalmente a favor da reabilitação, e o de Alberto Rego Lins (1935), que se opõe ao primeiro, e traz uma série de contra-argumentos, como mostrado anteriormente. Diante dessas duas vertentes que escrevem sobre Calabar, Sant'Ana apresenta a opinião de José Honório Rodrigues (1949). Trazer a perspectiva de Rodrigues aqui demarca o caráter revisionista do artigo. Rodrigues opôs-se de maneira categórica à produção elitista dos Institutos Históricos e Geográficos e apresenta em um dos seus livros a tese do caráter nacional como, em seu conjunto, uma história cruenta (MOTTA, 1985, p. 37; RODRIGUES, 1965).

Sobre a argumentação de Assis Cintra por meio das fontes por ele divulgadas, Rodrigues afirma que se trata de uma “reunião desordenada e sem método de vários depoimentos’ sobre a atitude do Porto-calvense” (RODRIGUES, 1949 *apud* SANT’ANA, 1973, p. 218); sobre a refutação de Alberto Rêgo Lins diante dos argumentos apresentados por Cintra, Rodrigues o acusa de ser um escrito “sem nenhuma noção de metodologia, (e cujo) tratamento é de advogado e não de historiador” (RODRIGUES, 1949 *apud* SANT’ANA, 1973, p. 218).

A seguir, Sant'Ana relata sobre a petição da colônia alagoana no Rio de Janeiro, que, no final do século XIX, enviara uma petição ao Conselho Municipal de Maceió para pedir que uma das principais ruas da cidade recebesse o nome de Calabar, sobre a qual discutimos. Cita o artigo de Oiticica (1914, p. 59) e menciona que o nome de Calabar foi colocado numa das praças da cidade, que em 1973 passara a receber o nome de Dr. José Duarte, um dos opositores à reabilitação de Calabar. E mais alguns artigos produzidos no final do século XIX, os que se colocaram contrários à reabilitação foram: Stanislaw Wanderley; seu filho, Luiz Lavenère Wanderley; Francisco José Gomes Calaça, que escreveu uma dissertação intitulada *Calabar* (1898); José Antônio Duarte, com uma memória que foi exposta na sessão da conferência sobre Calabar, *Memória Histórica sobre Domingos Calabar* (1897). Os apoiadores da causa da reabilitação, citados por Sant'Ana são: Joaquim Goulart de Andrade, com o texto *Algumas notas sobre Domingos*

⁵⁶“Traidor? Não. Rebelde, que, não tendo patria, dispoz de sua pêssoa em favor de uma causa ingrata, e foi depois se tornar victima imolada a outra causa não menos ingrata” (BRANDÃO, 1933, p. 32).

Fernandes Calabar (1897); Antônio Francisco Leite Pindahyba, autor da monografia *Calabar perante a história, o direito e a razão* (1897)⁵⁷.

Até 1973, muito já havia sido escrito sobre Calabar, mas Sant’Ana considerava ainda desconhecidos os motivos que o levaram a deserção. Alguns definiam sua atitude como a tentativa de encontrar um caminho mais feliz para o *Brasil* junto aos holandeses; outros argumentavam que essa intenção se limitava apenas ao desejo de substituir um senhor por outro, não um desejo de libertação (SANT’ANA, 1973, p. 220). O autor apresenta também sua versão sobre o fato:

O que ocorreu, de fato, foi o julgamento de um militar colonizado – sem pátria, portanto – que, mudando de bandeira, viu-se condenado como traidor, pecha que o português colonizador teve interesse em difundir e historiadores brasileiros perpetuaram através dos tempos [...] (SANT’ANA, 1973, p. 220).

A visão apresentada por Sant’Anna e a observação de todo esse processo nos permite notar as mudanças na escrita da história a respeito de Calabar. A conclusão é que seria necessária a descoberta de arquivos holandeses que trouxessem clareza sobre as questões em torno de Calabar, até lá perduraria a dificuldade em caracterizá-lo como patriota ou traidor. Desconsiderando os documentos apresentados por Cintra (1923/1933) e Costa (1928/1983), o argumento de Sant’Anna põe de volta a discussão sobre as fontes a respeito de nosso personagem, acentuando o caráter de construção das narrativas sobre ele como mito.

1.4. Conclusão

As fontes encontradas no Instituto Histórico Alagoano nos permitiram acompanhar o processo de escrita da história sobre Calabar e perceber as mudanças nas narrativas, como também são capazes de nos demonstrar que nosso personagem continua estabelecido como mito. Analisamos como no fim do século XIX para o início do XX, mesmo com toda situação conturbada do estabelecimento da República e das administrações no governo de Alagoas, o tema é retomado, pensado, discutido. Percebemos a presença das teorias racistas e deterministas em alguns discursos. A

⁵⁷Todos esses nomes foram anteriormente mencionados. Sobre este último, Pindahyba, havíamos entendido pela leitura de Oiticica (1914), que ele havia se oposto a reabilitação de Calabar. Aqui, Sant’Anna o coloca como defensor. Observamos em sua fala que ele se opõe e conclui com a afirmação: “E ele aqui fica justificado” (SANT’ANA, 1973, p. 219). Talvez por isso a interpretação do autor foi de que ele teria sido defensor de Calabar. Entretanto toda sua afirmação parece ser negativa. Como se lê: “E tu, desventurado, (...) pobre Calabar, hás de ser sempre um miserável grilheta, amarrado perpetuamente ao poste infamante da traição que te criou a ominosa história dos tempos coloniais de 1600! Com meu voto, não! E ele aqui fica justificado” (SANT’ANA, 1973: 219).

discussão em torno de Calabar ser mameluco ou mulato também esteve presente até a década de 1930 nas produções. E a presença dos conceitos de liberdade, escravidão e patriotismo, caros ao período, nas interpretações escritas a seu respeito.

Nesse período (1870 – 1930), as discussões sobre raças eram importantes porque tinham a ver com a compreensão sobre os destinos da nação (SCHWARCZ, 1993, p. 14). O meio e a raça eram duas noções que contribuíam na definição da sociedade brasileira (ORTIZ, 1985, p. 16). A partir da virada para o século XX, surge o mito das três raças, mas, no entanto, ele ainda era mito, só linguagem, não virou ritual, não era celebração (ORTIZ, 1985, p. 41). Assim, sob a mesma lente é visto Calabar nas leituras do período.

Girardet (1987, p. 183) fala sobre o mito em sua relação com a identidade. O mito pode ser tanto um “instrumento de reconquista da identidade perdida”, como capaz de estreitar a coesão e assegurar a identidade do grupo. Há algo na fala de Costa (1928), destacado no texto, que remete a essa compreensão. Costa escreve para os seus pares, assim acentua características de Calabar que permitiriam ao leitor se identificar com nosso personagem. Calabar era letrado, senhor de engenhos e passou ao lado holandês pelo ideal de liberdade ou pelo patriotismo. Observando as falas a respeito de Calabar e a reabilitação que se faria, caso fossem convincentes as fontes apresentadas, tornariam Calabar o mito com o qual se identificariam. A busca pela história dele também aparece em volumes da *Revista* que trabalham, especificamente, com a revisão de temas históricos, ou no sentido de revisar essa história. Serviria também de apontamento contrário à historiografia pernambucana que acusava a atitude alagoano durante a Insurreição de 1817 e episódio da emancipação política de Alagoas⁵⁸.

O Instituto era visto como definidor do veredicto da história sobre a temática. Apesar de todas as observações sobre o caso, o artigo final aqui analisado, reabre o campo. As mudanças no cenário mundial permitem que este não seja o único espaço de produção do conhecimento histórico. A universidade ganha espaço e voz, e toma para si a maior parte da produção especializada. A Universidade Federal de Alagoas tem seu

⁵⁸Fazer análise de como ambos, pernambucanos e alagoanos, escrevem a história sobre o mesmo tema, ‘Calabar’, foi algo que não nos coube fazer, mas parece um campo interessante e em aberto.

curso de História funcionando desde 1954⁵⁹, encontramos apenas um Trabalho de Conclusão de Curso sobre Calabar⁶⁰.

Hoje na produção histórica não mais se deseja encontrar o veredicto, mas acompanhar os processos do acontecimento, compreender como se constituem, interpretá-los. As mudanças no mundo foram tantas que, como podemos perceber, desde a década de 1960, mas principalmente com a queda do muro de Berlim, se propõe uma grande difusão das memórias (HUYSEN, 2014, p. 139). É sob esse quadro que nos direcionamos à cidade de Porto Calvo.

⁵⁹ Informação disponível em <<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ichca/graduacao/historia>>, acesso em 16 de fevereiro de 2018.

⁶⁰TENÓRIO, Maria Gorete Almeida. **Domingos Fernandes Calabar (1600-1635):** uma controvérsia histórica. Maceió, AL, 2003. 81 f. TCC (graduação em História) - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2008.

CAPÍTULO II:

PORTO CALVO E A MEMÓRIA SOBRE CALABAR (1998 – 2017)

O século XX: a grande difusão de memória, a globalização, a tecnologia, a indústria de massa, os traumas históricos. Seria inevitável que tais ‘poderes’ não atuassem sobre o conhecimento histórico. Assim, a memória aparece sob holofotes, todos acessam as memórias, visitam monumentos, o turismo se torna um fator preponderante. As cidades se denominam históricas e a consciência histórica toma conta das pessoas, nunca se pensou tanto sobre. Tudo hoje é considerado histórico antes mesmo de acontecer ou enquanto acontece (HARTOG, 2015) sendo toda a memória produzida pelos interesses do presente (SÁ, 2006). O próprio patrimônio só existe para o presente (HARTOG, 2015). E nesse universo simbólico, nomeou Nora (1993) os lugares de memória, como veremos.

Se o século XIX ficou conhecido como século da história, podemos afirmar, todavia, que o século XX é o da memória, e entramos ao século XXI com o patrimônio em alta⁶¹. Desde a queda do muro de Berlim, a política de memórias se cristaliza. Para Huyssen (2014, p. 139), a dimensão política da comemoração foi acompanhada dessa transição do futuro modernizante para um passado nostálgico. Ele aponta diversas razões dessa explosão da memória:

Para alguns, essa obsessão recente com a memória marca uma necessidade crescente de historicidade num mundo de obsolescência planejada, bem como no presente em eterna expansão da cultura de consumo. Outros temem que a ubiquidade do discurso sobre a memória, no público e na mídia, ameace o conhecimento histórico objetivo, eliminando as barreiras entre passados inventados e o presente vivido. Na verdade, a própria memória pode tornar-se uma mercadoria a ser colocada em circulação por uma indústria voraz da cultura, sempre em busca de novos floreios (HUYSEN, 2014, p. 139).

Assim como os interesses são vários, os interessados também o são. Jelin (2015) os denomina de ‘empreendedores da memória’, um termo muito interessante para se pensar como, diante da elaboração de tantos memoriais, os grupos agem em relação à memória. Ainda mais porque a memória não é um conhecimento científico fechado, pois,

⁶¹ O patrimônio surge, inicialmente, como uma ‘pedagogia da nação’, dentro de um contexto de reformulação dos referenciais civis e avançou do XIX para o XX, como uma expansão da cidadania. “O patrimônio emerge, na abertura do século XXI, como invenção exportada da Europa na medida em que visa/parece englobar todas as outras invenções do passado que lhe são contemporâneas”. Assim, apresentam, os monumentos e bens patrimoniais, valores voltados à vida pública. Utilizando-se do histórico para se manter e permitindo “âncoras de pertencimentos em diversos níveis sociais” (SANTIAGO JR, p. 257 – 263).

apesar de ser material em muitos campos do saber, trata-se de uma experiência/construção que perpassa a vida e os grupos sociais de forma autônoma, mas que é gerenciada através dos empreendedores da memória e dos processos de enquadramento, elaboração, esquecimento (POLLACK, 1989/ 1992).

Na investigação a respeito da trajetória de elaboração da memória sobre Calabar em Alagoas, fomos em busca da cidade de Porto Calvo, que se auto intitula ‘Terra de Calabar’. Durante a pesquisa, nos deparamos com esforços contemporâneos de manutenção dessa memória, desde a criação de monumentos até atividades públicas nas áreas de educação, cultura e turismo. A iniciativa, que foi por bastante tempo privada, em recuperar essa identificação do porto-calvense com a figura de Calabar, parece ter se tornado, há pouco, preocupação pública, como veremos.

Porto Calvo é um município que já compreendeu uma vasta área do norte alagoano abrangendo cidades como Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, Matriz de Camaragibe, Novo Lino, São Miguel dos Milagres, parte de Júndia, Jacuípe, Japaratinga e Maragogi, que eram território da mesma sesmaria (RODRIGUES, 2011, p. 19-20). Enquanto Valente afirma que por muitos anos o município de Porto Calvo congregou Camaragibe, Porto de Pedras e Maragogi, tendo sido desanexadas em 1815, 1852 e 1875, respectivamente. (VALENTE, 1936/1937, p. 95).

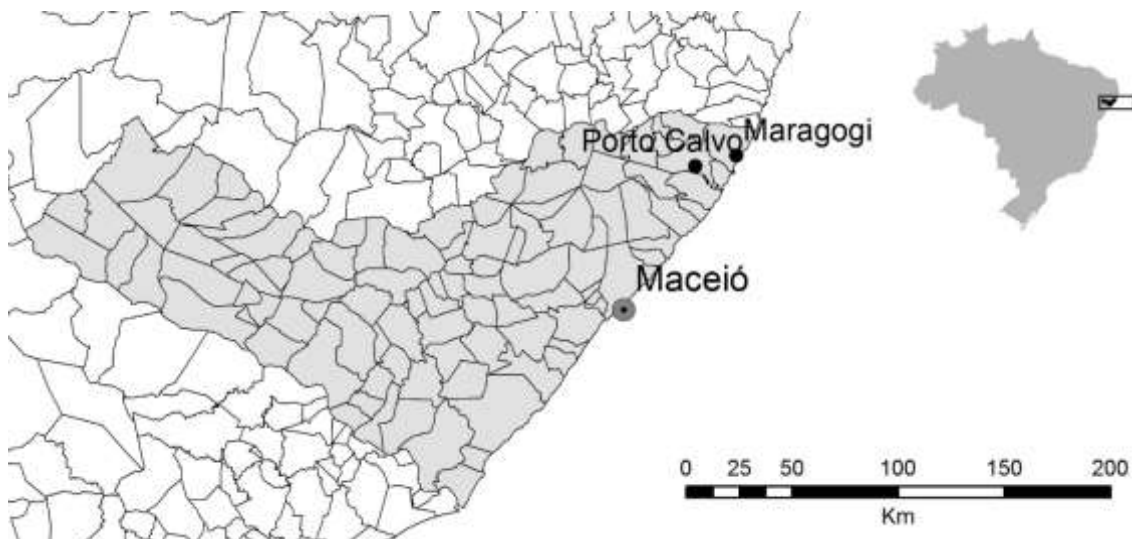


Imagem 5 - Destaque para municípios do estado de Alagoas. Mapas do IBGE, 2016.

Além da região Norte de Alagoas, também chamada ‘Alagoas Boreal’ (LINDOSO, 2000), naquele período colonial, existiam como núcleo de povoamento na

região sul, Penedo e Santa Luzia do Norte, que mantinham sua importância dentro do território (DIEGUES JR, 2006). Percebemos a importância de Porto Calvo por meio das primeiras produções da *Revista* do Instituto Histórico Alagoano, tal como vimos, aparecem textos sobre aquela região e seu papel na ‘guerra holandesa’, momento histórico sempre lembrado e narrado entre os historiados alagoanos. Assim, até hoje, a cidade é mencionada por sua importância histórica e vinculada ao período holandês, como também à figura de Calabar.

Ao longo das entrevistas que foram feitas para a elaboração desse capítulo e das obras analisadas percebemos que a memória sobre Calabar em Porto Calvo é um constructo elaborado a partir de múltiplas referências, nas quais incluem a peça *Calabar, o elogio da traição* (1973), de Chico Buarque e Ruy Guerra; a obra *Valeroso Lucideno* (1648), de Frei Manoel Calado; o artigo *Por que Calabar? Motivos da traição* (2000), de Franz Leonard Schalkwijk; a obra *Calabar* (1986), de Flávio Guerra⁶²; e *Calabar* (2007), documentário de Hermano Figueiredo; bem como a fonte *Carta de Calabar*, documento do Instituto Histórico Alagoano. Essas são as referências que, no geral, são sempre mencionados, direta ou indiretamente, pelos empreendedores da memória em Porto Calvo.

O principal argumento apresentado pelos ‘empreendedores da memória’ de Porto Calvo e por aqueles que questionam a atitude de Calabar como traição é: “Como Calabar poderia trair se ainda não existia nação?” E os argumentos se baseiam bastante na ‘Carta de Calabar’, sendo reafirmada sempre sua intenção de libertação do jugo luso-espanhol. As narrativas apreendidas por meio das entrevistas se fundamentam na perspectiva sobre Calabar produzida no Instituto Histórico Alagoano, depois da década de 1930, com o aparecimento de novas fontes e toda discussão anteriormente apresentada. Percebemos que, em Porto Calvo, os esforços permanecem para incutir entre as pessoas a perspectiva de Calabar como herói, ou pelo menos de devolver-lhe a dignidade, com intenções que compreenderemos ao longo do capítulo.

Observamos, durante a pesquisa no Instituto Histórico Alagoano, que a preocupação entre os sócios era comprovar historicamente qual tinha sido a real intenção de Calabar, assim propondo um veredicto histórico para ele, com base na verdade, na

⁶² Dentre as obras citadas, esta é a única que não trabalhamos, pois não conseguimos encontrar espaço, nem tamanha relevância de sua repercussão em Porto Calvo, compondo sempre referência secundária, enquanto as outras compunham as narrativas da memória.

apresentação de fontes. Desta feita, percebemos as distinções sobre o que se empreende em Porto Calvo, pois aparenta muito mais a tentativa de trazer à tona a lembrança sobre o personagem e consolidar a memória local sobre ele, na intenção de com essa memória alcançar determinados objetivos. Assim, como o século deixa de ser da história e se torna da memória, Calabar não se trata mais de uma questão de comprovação histórica, exatamente, mas de retomada da lembrança e da produção de uma identificação com essa memória.

Antes de mais, percebemos que entre 1973, com a segunda edição de *Calabar*, de Romeu de Avelar e 1983, com a edição de *História da Civilização das Alagoas*, de Craveiro Costa, não encontramos publicações sobre Calabar em Alagoas. Apontamos que é o período do regime autoritário no Brasil, entre o denominado ‘Milagre Brasileiro’ e o processo de reabertura política, e recorremos ao contexto para compreender a ausência de produções a respeito de Calabar. As produções simbólicas do governo naquele período reforçavam uma história de um ‘Brasil grande’, porém em conformidade com as condições coloniais. Em Porto Calvo, por sua vez, o momento que se faz perceptível, através da pesquisa, a preocupação com a retomada de Calabar é no fim da década de 1990, junto com o incentivo as atividades turísticas no nordeste brasileiro, especificamente Maragogi, tal como veremos adiante.

2.1. Os esforços iniciais para elaboração da memória sobre Calabar

2.1.1. ‘Empreendedores da memória’

Em 1998, foi publicada na coluna ‘Especiais’ do *Jornal do Commercio* de Pernambuco online uma série de artigos e entrevistas sobre a ‘Batalha dos Guararapes’, em comemoração aos seus 350 anos. O *Jornal do Commercio* de Pernambuco é uma publicação quase centenária, criado em abril de 1919, por João Pessoa de Queiroz, Salomão Figueira e Odilon Nestor, que visava matérias voltadas para o Nordeste e mais especificamente, Pernambuco. A partir de 1987⁶³, o jornal assume um ‘compromisso com Pernambuco’, entrando em uma produção realmente comprometida com conteúdo pernambucano⁶⁴.

⁶³Período concorrente com a efervescência em torno da identidade pernambucana, processo analisado por Silva (2012), em sua tese sobre as representações da ‘pernambucanidade’ nos discursos políticos.

⁶⁴Conforme **No começo foi assim**, edição *Especial de 90 anos*, disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/sites/90anosJC/materia_2.html>, acesso em 12 de fevereiro de 2018.

Dentro desse contexto, em 1998, foi lançado o caderno especial sobre a ‘Batalha dos Guararapes’⁶⁵. Entendemos, que tal publicação se demonstra como uma perspectiva que prioriza a visão pernambucana. São oito textos publicados, sendo duas entrevistas – uma delas com Audemário Lins e moradores de Porto Calvo, sobre a qual nos deteremos. Ao longo de todo o caderno, Calabar é apresentado como traidor de seus compatriotas devido a subornos, sob concepção da história que se tornou oficial⁶⁶. Mas, ainda assim indica-se que historiadores procuravam retirar ele da condição de desertor e ele também é visto como alguém que, se os holandeses tivessem ganhado, seria considerado herói⁶⁷.

Assim, na entrevista intitulada “Surtem os defensores de Calabar”, é narrada a presença de pessoas da cidade de Porto Calvo interessadas em despertar a população sobre o personagem, são elas: Padre Expedito Barbosa⁶⁸, o comerciante Carlos Roberto Barbosa⁶⁹ e o historiador local Audemário Lins⁷⁰. O primeiro, sempre conversava com os cidadãos que frequentavam a igreja, lembrando a figura de Calabar. O segundo, abriu um ‘espaço cultural’ que era também restaurante com o nome de ‘Cala Bar’, cuja escolha do nome é uma referência a peça de Chico Buarque e Ruy Guerra (1973). Situado na BR-101, o espaço cultural-restaurante pretendia que os turistas que passavam em direção às praias pudessem se beneficiar do serviço e tomar conhecimento da história da cidade. O comerciante Carlos Roberto Barbosa conta que a peça de Chico Buarque e Ruy Guerra foi representada por ele junto ao Grupo Experimental de Arte de Porto Calvo⁷¹, porém,

⁶⁵A partir de 1982, foi criada uma coluna no Jornal do Comércio destinada a assuntos turísticos, vinculada a coisas relacionadas a essa atividade, dando enfoque as peculiaridades de Pernambuco (SILVA, 2012, p. 63) e a ‘Batalha dos Guararapes’ configura o principal momento fundador da ‘pernambucanidade’ (SILVA, 2012, p. 38). Apontamos esses pressupostos como justificativa para a publicação de uma edição comemorativa, naquele período.

⁶⁶ANDRADE, Manuel Correia. **A Batalha em seu contexto histórico**, Jornal do Comercio de Pernambuco, Recife: 1998. Disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/_1998/2004/el2004c.htm>, acesso em 20/02/2018.

⁶⁷Duarte, Jodeval. **O nosso espião**. Jornal do Comercio de Pernambuco, Recife: 1998. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_1998/2004/el2004c.htm>, acesso em 20/02/2018.

⁶⁸Nascido em Porto Calvo (1926 – 2016), o padre Expedito foi um homem muito importante para a cidade, por fundar o curso de admissão, o ginásio, trabalhou em diversos jornais, compôs o hino de Porto Calvo, entre outras atividades que o marcaram como personalidade de grande influência na região (RODRIGUES, 2011: 60 – 62).

⁶⁹Proprietário do restaurante Cala Bar na BR – 101. Foi candidato à prefeitura de Porto Calvo para as eleições de 2004, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), segundo informações disponíveis em <<https://eleicoesepolitica.net/prefeito2004/prefeito/AL/28452/65>>, acesso em 21 de fevereiro de 2018.

⁷⁰Nascido em Porto Calvo, em 1942, faleceu em Maragogi, em 2014. Conhecido como *Calabar*, farmacêutico conhecido em Porto Calvo, considerado como historiador, escreveu alguns livros, dentre eles: *Calabar, o Herói Desconhecido*. Chegou a ser entrevistado por Jô Soares, informação disponível em <<http://www.maragoinews.com.br/noticia/destaque/uma-grande-perda-para-a-regiao-norte-de-alagoas.html>>, acesso em 15 de julho de 2017 – não conseguimos encontrar a entrevista.

⁷¹Não encontramos informações a respeito.

afirma que na década de 1970 falar em Calabar era motivo para ter de se justificar diante do exército⁷². Conforme informação nos passada pela secretaria de cultura, que em 1977, o prefeito José Zaronir Ramalho de Freitas, tentou construir um busto de Calabar, mas foi impedido pelas forças armadas. Por fim, Audemário Lins, conhecido como historiador local, dono de farmácia ‘Calabar’ e autor de vários livros, dois deles retomam a discussão sobre Calabar: *Calabar – o herói desconhecido* (1998) e *Barra Grande – O berço da Guerra Holandesa em Alagoas* (2007).

As ações no sentido de reabilitar a figura de Calabar em Porto Calvo não se encerraram nessa notícia. Estes divulgadores encontraram adeptos, os quais tivemos a oportunidade de entrevistar⁷³, sendo eles os senhores: Amaro Petrúcio Oliveira Ferreira, Valdomiro Rodrigues e Adelmo Monteiro, que tiveram a oportunidade de conhecer e se relacionar com os acima citados. Quando iniciamos a pesquisa na cidade, eles foram logo os primeiros nomes apontados para dissertarem sobre o assunto. Ao longo das pesquisas via internet sobre Porto Calvo e Calabar, sempre aparecem vídeos ou notícias em que as três figuras participam expondo as opiniões ‘oficiais’ sobre o assunto ali – também Audemário Lins, mencionado antes.

Amaro Petrúcio Oliveira Ferreira, historiador de formação, professor aposentado, trabalhou por muitos anos nas escolas estaduais da cidade. Aparece no documentário de

⁷²O período autoritário no Brasil trouxe muitas disputas entre o governo autoritário e os que não aceitavam seu autoritarismo. Na década de 1970, a censura e o cerceamento a diversas instâncias da sociedade estavam sendo feitos pelos órgãos do governo. Em 1972, o sesquicentenário da independência, procurava fazer com que os cidadãos se sentissem parte desse projeto de desenvolvimento (CORDEIRO, 2011). Simbolicamente utilizavam-se da história (PATRIOTA, 2011) e propunham as comemorações no sentido de disfarçar a face cruel da ditadura militar, como manter a população submissa. Também no espaço simbólico – mas sem esquecer que é o mesmo da materialidade –, alguns artistas procuravam brechas na censura para falar contra o regime. Em 1973, Ruy Guerra e Chico Buarque se apropriam da história de um ‘traidor oficial’ da nação, no intuito de questionar o que seria a traição. Numa produção riquíssima, os autores conclamam os seus espectadores a se colocarem na posição de Calabar e irem contra a opressão. Dessa forma, concluímos que fazer menção a Calabar seria uma oposição ao regime.

⁷³Resumo do conteúdo dessa entrevista: Os entrevistados têm a noção que Alagoas não existia, no período holandês, que era só Pernambuco. Compreendem que Calabar lutara por um ideal, dessa forma, merecia o respeito devido, sob suas concepções, ele teria introduzido a ideia de liberdade. Entretanto não afirmam categoricamente que ele é herói, mas que o que pretendem é convencer as pessoas da importância de pesquisar sobre ele. Compreendem que a pátria não existia ainda ali, por isso não poderia ser considerado traidor dela. Falar sobre Calabar em Porto Calvo, afirmam ser fato recente. Acreditam que foi aclamado traidor por conta da noção portuguesa de que a mudança de lado dele haveria mudado o destino da guerra e por ser tão valoroso. Sobre a cidade de Porto Calvo, afirmam que tinha tanta importância na capitania de Pernambuco que quando acontece a emancipação de Alagoas, aquele perde a pose de capitania mais rica. Vinculam tanto a história da cidade ao período holandês que parece não haver nenhum outro momento considerado por eles histórico ou digno de lembrança. Sobre os interesses quanto a reabilitação de Calabar, afirmam que permitirá uma guinada econômica para a cidade. Notamos que parece uma memória construída mais para o turista do que para a população.

Hermano Figueiredo (*Calabar*, 2007, 51 min), apresentando a perspectiva dos locais sobre Calabar. Valdomiro Rodrigues, professor de matemática, considera-se amante da história do seu local e demonstra isso sempre levando a temática histórica para os alunos; também é responsável pela elaboração de material utilizado como referência para a história de Porto Calvo ou de Calabar, o qual será trabalhado adiante. Adelmo Monteiro é diretor do Espaço Cultural Guedes de Miranda, um museu onde apresenta a variedade das peças que coleciona, encontradas em Porto Calvo, datadas, a maior parte delas, do século XVII. Nenhuma das peças, no entanto, passou por um processo de catalogação ou registro, mas são expostas no espaço, juntamente com livros sobre a história de Porto Calvo e Calabar. Adelmo Monteiro não tem formação superior, mas é bastante interessado por questões históricas. Também tem contribuído no trabalho arqueológico de um fortim do século XVII encontrado na cidade, que tem sido dirigido pelo arqueólogo pernambucano Marcos Albuquerque, da Arqueolog Pesquisa, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁷⁴.

Destacamos aqui o interesse investido na história por pessoas que não possuem formação na área, como um demonstrativo da importância que tem tido a memória e o patrimônio para a sociedade contemporânea. Jelin (2015), ao discutir sobre memória, aponta a uma série de questionamentos que decidimos observar aqui em relação a esses dois grupos apresentados. Nós os qualificamos como ‘empreendedores da memória’, pois, caracterizados por procurar pensar em projetos de caráter social ou coletivo relativos à memória, “[...] se envolve[m] pessoalmente no seu projeto, como também compromete[m] a outros, gerando participação e uma tarefa organizada de caráter coletivo”. O empreendedor da memória “é um desenvolvedor de projetos, de novas ideias e expressões, [...]” (JELIN, 2015, p. 231).

Ao longo da pesquisa percebemos que o interesse ou ações em busca de tornar Calabar um ícone para Porto Calvo é recente. O mais longe que chegamos de ações locais em busca dessa memória, foi a década de 1990, com o primeiro grupo de ‘empreendedores da memória’ entrevistados pelo *Jornal do Commercio* de Pernambuco. Antes disso, vimos apenas um pronunciamento de Guedes de Miranda (1961) sobre os holandeses em Porto Calvo, em que, ao fim, apresenta a importância de pensar a respeito

⁷⁴Conforme SILVA, Maurício. **Forte do período holandês começa a ser restaurado**. Prefeitura de Porto Calvo, 27 de novembro de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/forte-do-periodo-holandes-comeca-a-ser-restaurado>>, acesso em 06/03/2018.

de Calabar, mas sem apresentar, definitivamente, sua posição. As publicações na *Revista do Instituto Histórico Alagoano* sobre Porto Calvo não se tratavam de esforços locais em prol do personagem, nem apontavam para algum esforço. Dessa forma, consideramos os sujeitos envolvidos com a recuperação e divulgação da memória sobre Calabar em Porto Calvo sob a qualificação de ‘empreendedores da memória’, pois estão envolvidos em atividades, projetos, ações particulares ou coletivas para que a memória sobre Calabar seja cada vez mais conhecida. A publicação de livros sobre a temática de Audemário Lins; o discurso repassado aos fiéis, pelo padre Expedito Barbosa; o bar aberto por Carlos Roberto Barbosa; as falas de Amaro Petrucio, aos que vem investigar sobre a história da cidade; as aulas e material didático organizado por Valdomiro Rodrigues ou o Espaço Cultural de Adelmo Monteiro são provas dessa qualificação.

O trabalho da memória acontece em meio a lembranças, disputas, esquecimentos e silêncios. Pollack (1992, p. 5) fala sobre como dentro desse ambiente de disputa, a memória é constituinte do sentimento de identidade. Percebemos semelhanças e diferenças na história da memória sobre Calabar. Pollack, no entanto, trabalha com a memória que está sendo constituída por pessoas que herdaram ou vivenciaram as experiências narradas. No caso de Calabar, não há uma narrativa de memória tradicional repassada por gerações. A história de Calabar dista séculos da história da Porto Calvo atual. A lembrança sobre nosso personagem veio sendo reacendida na cidade há pouco mais de 20 anos. Mas segue sendo feita como se a lembrança de Calabar fosse mais presente que nunca, em um processo que busca, de fato, gerar a identificação da população por meio dessa memória. Entretanto, esta é uma criação do presente e não um fato transmitido do passado. É uma lembrança que foi recuperada propositalmente, como também uma memória que está sendo construída a partir de intenções.

A respeito do termo ‘história da memória’, o compreendemos como a investigação do processo de elaboração das memórias, não mais seria a busca do fato em si, mas como ele foi construído no tempo, os seus significados e seu impacto sobre os tempos seguintes (SÁ, 2006, p. 104). Apontamos como um exercício de análise crítica da memória, em nosso caso, acompanhando o processo de rememoração e buscando criticá-lo. É nessa relação memória e identidade, a qual modelamos e somos modelados por ela, que se produz uma trajetória de "vida, uma história, um mito, um relato" (SÁ, 2006, p. 101 e 102). A memória participa da construção da identidade, mas é ela que molda também o que é para ser lembrado, aspectos que devem ser lembrados em detrimento de

outros. E não está, necessariamente, preocupada em ser fiel ao que aconteceu, mas se elabora a partir de experiências novas e distintas do presente. Segundo Jelin (2015, p. 223 – 224), “atores e militantes ‘usam’ o passado, colocando na esfera pública de debate interpretações e sentidos do mesmo. A intenção é estabelecer/convencer/transmitir uma narrativa que pode chegar a ser aceita”.

Através da ação dos ‘empreendedores da memória’ o nome de nosso personagem foi sendo mais divulgado na cidade de Porto Calvo. Eles são os donos dos estabelecimentos privados que possuem o nome de Calabar (farmácia, bar e loteria). Assim, faziam com que a população no geral entrasse em contato com a figura. Em entrevista, um dos trabalhadores da farmácia Calabar, afirma que só conhecia o personagem na escola, como traidor, mas com a aproximação a Audemário Lins foi entendendo melhor a sua importância histórica⁷⁵. Ao mesmo tempo, a articulação dos empreendedores com o poder público tem frutificado em ações de memória: em 1999, foi decretada a Lei nº 707/99, o feriado do dia da morte de Calabar, 22 de julho, pelo vice-prefeito Arnaldo Alves da Silva, e o primeiro monumento para Calabar foi obra da prefeitura na gestão de 2001 a 2004. O avanço na consolidação dessa memória vai se dando em vários espaços a partir de então, como veremos nos tópicos a seguir.

Resta mais uma questão sobre esse empreendimento: quais interesses movem a recuperação dessas memórias de um passado tão distante? Podemos concluir a partir das entrevistas com os grupos de empreendedores da memória, com a secretaria de cultura de Porto Calvo e conversando com superintendentes da educação que eles julgam haver na cidade um potencial histórico que precisa de investimentos, para que desemboque em turismo cultural, ou seja, seria preciso cada vez mais essa consciência histórica, tanto da população quanto dos poderes públicos, para que houvesse investimento nessa área. É preciso resgatar a memória de Calabar porque ele é um personagem nacional, assim, qualquer turista interessado na história do Brasil poderia ir até a cidade, conhecer mais de sua história, mas também usufruir dos serviços ali existentes. A consolidação da memória de nosso personagem garantiria, segundo a concepção dos entrevistados, a possibilidade de guinada econômica da cidade, traria empregos, colocaria Porto Calvo no lugar que julgam ser o ‘seu’ de ‘cidade polo’. Notamos assim os interesses do presente sobre a

⁷⁵Conforme entrevista na matéria, “**Surgem os defensores de Calabar**”. Jornal do Commercio de Pernambuco, Recife, 20 de abril de 1998. Disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/_1998/2004/el2004e.htm>, acesso em 20/02/2018.

memória. De fato, a preocupação é o que, hoje, pode ser conseguido com a reabilitação histórica de Calabar. Mais do que a identificação com o passado colonial, é a aproximação do personagem ao presente. Retrato do regime de historicidade presentista⁷⁶, no qual a relação com a temporalidade não se trata de uma preocupação com o passado, um sentimento de dívida histórica com o passado, mas é o interesse do presente. O passado, a memória e a história a serviço do presente, moldada pelo presente.

Entre os entrevistados se afirma o interesse do povo pela mudança da concepção histórica sobre a figura e a não preocupação do poder público. Segundo informações obtidas com a secretaria de cultura, a população ainda está sendo aguçada a respeito do conhecimento de sua história e de Calabar, mas como ainda não percebeu bem a importância de investir na cidade como histórica, não entenderam completamente os benefícios que pode trazer a eles mesmos, também a gestão pública ainda não compreendeu o mesmo. Também observaremos as ações propostas pela gestão estadual e municipal, entre as quais enquadraremos as ações da secretaria de cultura do município. Diante desses três grupos, notamos que, como veremos adiante, a memória que se pretende construir está vinculada ao interesse turístico, em muitos momentos parece ser uma memória elaborada para fora de Porto Calvo ou na perspectiva de fazê-lo conhecido para fora.

Segundo Pollack (1989), o trabalho de enquadramento da memória demanda a seleção do material produzido pela história que deve compor a memória social, dessa forma, procuraremos apresentar as obras, monumentos e atividades escolares desenvolvidas em Porto Calvo que transmitem os acontecimentos, as interpretações e os valores escolhidos para representar Calabar e, por conseguinte, analisar como todo esse contexto contribuiu para a discussão sobre turismo cultural. Na orientação sobre esse trabalho de enquadramento, Pollack (1989, p. 10) aponta que deve estar consonante com a identidade do grupo social, embora a direção do trabalho de enquadramento possa ser restrita a um pequeno grupo dirigente, normalmente mais autorizado a falar pelos demais. Até onde conseguimos desenvolver nossa pesquisa, o trabalho de enquadramento da memória sobre Calabar em Porto Calvo se apresenta como um esforço privado, muito

⁷⁶“Regime de historicidade’, [...], podia ser compreendido de dois modos. Em uma acepção restrita, como uma sociedade trata seu passado e de seu passado. Em uma acepção mais ampla, regime de historicidade serviria para designar ‘a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana’” (HARTOG, 2015, p. 28). O ‘regime de historicidade presentista’ seria essa compreensão de si de uma sociedade a partir de sua relação com o tempo centrada no presente. Dessa maneira, até o ‘passado’ estaria em função do presente, nas maneiras como ele é tratado, compreendido e narrado.

recentemente tornado público, mais ainda distante de um esforço da população ou de um movimento social local.

2.2. Lugares de memória: livros, atividades escolares e monumentos

Compreendemos até agora como a elaboração da memória pode estar vinculada ao presente. Nora (1993) procura, diante das mudanças resultantes da aceleração do tempo e de sua própria experiência no contexto francês, demonstrar que a memória tradicional das sociedades não mais existe, assim necessita-se a criação de um ‘lugar de memória’, que não seria, necessariamente, um lugar físico⁷⁷. Trata-se de um lugar simbólico de onde é possível se acessar uma história crítica da memória, que seria a história da memória, abordagem que estamos aqui propondo (NORA, 1998: 33). Como as sociedades não têm mais uma memória que a fundamenta, ela se sente na necessidade de criar e manter essas memórias que permitiriam que a sociedade acessasse o seu passado. Assim, surgem os ‘lugares de memória’ por operações não-naturais, em que se faz preciso criar e manter a memória. "Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organiza celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais" (NORA, 1993, p. 13). Todo esse material se constitui em simbólico quando é investido de uma aura simbólica, por meio de um ritual (NORA, 1993, p. 21). As comemorações, por exemplo, são um meio de ritualizar a história (SÁ, 2006, p. 106).

Esses ‘lugares de memória’ podem aparecer em diversas formas, contanto que, numa explicação bem geral, estejam investidos dessa aura simbólica, tenham sido construídos e nos permitam acessar a história da memória do grupo social. Como forma de tornar presente a memória de um passado que não existe mais, é necessária que haja identificação do grupo social com as memórias que estão sendo construídas. O principal modo de tornar acessível à população é por meio dos rituais (comemorações, feriados, monumentos...). A identidade é uma construção que se narra através, inclusive, das

⁷⁷ Compreende-se a leitura de Nora a partir de seu lugar social e a estrutura que propõe, por vezes, é apontada como conservadora por não está aberta a modernização que afeta a identidade cultural. A compreensão, entretanto, de aceitar as mudanças na cultura contemporânea não as observando como perda e de marcar, a partir da teoria da história, a posição que o (a) historiador (a) deveria ter no mundo globalizado tem sido feita pela didática de Jörn Rüsen e as discussões da história pública (SANTIAGO JR.). Nesse estudo não adentraremos a essa discussão, pois esse trabalho ainda é inicial a respeito dessas discussões em Alagoas. E nos tem servido fundamentalmente as proposições críticas de Nora sobre história e memória.

memórias que conectam o presente ao passado estabelecendo acontecimentos fundadores. E muitos são os mecanismos de formulação: livros didáticos, ritos cívicos... (SÁ, 2006, p. 95 – 96). Os monumentos, placas, painéis também são meios pelos quais se procura materializar a memória. Alguns grupos sociais tentam, às vezes, apagar ou retirar um monumento como se o fazendo estivessem atingindo a própria memória (JELIN, 2015, p. 235 – 236).

Diante dessas compreensões, apresentaremos três tipos de fontes: obras literárias, atividades desenvolvidas para as escolas e monumentos, no sentido de apresentar o que poderíamos chamar de ‘lugares de memória’ existentes em Porto Calvo. São todas produções do presente que procuram produzir uma identificação com o acontecimento, ou a memória dele, com o qual a população não tem um contato, tal como a ‘memória tradicional’, mas são fatos retomados atualmente, a sabor dos interesses contemporâneos, e que procura consolidar uma abordagem da memória quase como oficial.

2.2.1. Livros

São duas as obras que serão exploradas nesse tópico: *Calabar – O herói desconhecido* (1998), de Audemário Lins e *Porto Calvo e sua história* (2011), de Valdomiro Rodrigues. A escolha por apresentar essas duas obras se dá pelo fato de serem as únicas obras produzidas a partir de Porto Calvo que tratam de sua história, e, especificamente, da história de Calabar. Em 2007, Lins lança ainda outra publicação em que fala sobre nosso personagem e mais um capitão holandês, intitulado *Barra Grande – O berço da guerra holandesa em Alagoas*, entretanto, foi escrito em Maragogi, cidade vizinha de Porto Calvo, fugindo do recorte que fizemos. Entretanto, vale a referência, pois, como referido em entrevista por Adelmo Monteiro⁷⁸, o fato de Audemário Lins não ter apoio público em Porto Calvo, levou-o a mudar-se para a cidade vizinha e dedicar-se aos trabalhos de escrita ali. Esse processo refletiu na sua pesquisa, nessa última obra Lins coloca que fora no povoado de Barra Grande, parte de Maragogi, onde teria nascido Calabar (LINS, 2007, s/p.).

Audemário Lins ficou conhecido em Porto Calvo como “Calabar” por ser o primeiro a dar o pontapé na busca da história do militar porto-calvense. Em seu livro, *Calabar, o herói desconhecido* (1998), homenageia Calabar e apresenta o motivo de seu

⁷⁸Entrevista concedida por Adelmo Monteiro [fev. 2018]. Entrevistadora: Marília Teles Cavalcante. Porto Calvo, 2018. 1 arquivo .M4A (Total 24:36 min.).

trabalho como buscar conhecer a ‘verdadeira’ história desse personagem. Seu interesse de confirmar e certificar as afirmações sobre Calabar o impeliu a escrita, a qual desejava que fosse uma versão aceita “por todas as classes sociais de nosso imenso país” (LINS, 1998, s/p.). Nos agradecimentos, faz referência ao nome de Valdomiro Rodrigues, continuador desse processo de reabilitação de Calabar em Porto Calvo. A obra contém várias seções de agradecimento e dois prefácios, em seguida o texto corrido, sem divisão em tópicos, ao fim, duas imagens: uma da Igreja Nova, que é a Igreja Matriz, outra da Casa de Cultura, que teria sido o antigo local da residência de Calabar⁷⁹.

No final do século XX, a produção historiográfica estava prioritariamente concentrada na universidade e em centros/grupos de pesquisa. Tão pouca é a vinculação com a universidade na obra de Lins, que não há nenhuma referência à mesma ou a produções nela existentes, o que exclui a obra dos círculos acadêmicos. Há, todavia, algumas referências a produções que encontramos no Instituto Histórico Alagoano. A narrativa reflete toda uma certeza sobre a personalidade de Calabar, reafirmando categoricamente os seus atos como heroísmo e confirmando ao leitor a importância dessa história e do município de Porto Calvo. Inicia sua narrativa falando que a importância de Porto Calvo está em nela ter nascido “o primeiro herói em defesa de nossa pátria, conhecido, simplesmente, por Calabar, a figura humana mais discutida, atualmente no nosso país” (LINS, 1998, p. 17). Relembrando que, dez anos depois, emigrado para Maragogi, Lins transferiu para ali o local de nascimento do herói em seu livro *Barra Grande* (2007), cada vez confirmando a elaboração da memória feita vinculada aos mais diversos interesses do presente.

Em seu livro sobre o ‘herói desconhecido’ de 1998, Audemário Lins questiona como nas escolas é ensinado, desde cedo, ao alunado que Calabar havia sido o primeiro traidor da história da pátria. Todo o ensino na escola havia sido influenciado por uma perspectiva da história que Lins considerava errônea (LINS, 1998, p. 20). A preocupação com o que se ensina nas escolas sobre Calabar deixa muito perceptível que os empreendedores da memória entendem a educação como um lugar onde se firmam

⁷⁹Um fato interessante é que no livro de Rodrigues (2011), esse mesmo prédio aparece como ponto turístico, entretanto, na descrição diz: “A 10ª CRE – este prédio pertencia à família do Professor Antônio Guedes de Miranda, filho ilustre, que morava na fazenda Ilha. Guedes de Miranda era porto-calvensense, foi prefeito e na sua projeção política chegou a ser interventor do Estado de Alagoas, sendo eleito, na época, o maior orador do país, ao ponto de ser chamado pelos políticos e admiradores de Demóstenes Alagoano” (RODRIGUES, 2011, p. 41).

‘verdades históricas’ ou onde se afirmam ‘mentiras históricas’, entretanto é ali que, também, é reproduzida a memória. Seria essa a preocupação, que tanto atingia a Lins (1998), como também movia a Rodrigues (2011). O interesse que os motivava a apresentarem essa outra face da história era o *dever*, como brasileiro, de apresentar a *verdadeira história* sobre o personagem. A proposta do movimento em favor da reabilitação seria, então, pedagógica. Eles estariam preocupados com o que se ensina na escola, com as produções escritas sobre a história, com espaços de cultura e monumentos, mas com que interesse?

Sobressai na obra de Lins o caráter mítico de Calabar, sendo que a narrativa dos fatos estaria sujeita à condição simbólica do Calabar – herói. Não havendo limites para as elaborações a respeito desse personagem ao falar sobre Calabar, Lins argumenta: “Seu espírito de sacrifício, o seu sentimento patriótico, aliando ao sentimento de justiça, a decisão e a coragem de um verdadeiro herói o transformaram num grande condutor de homens” (LINS, 1998, p. 22). Apropriando-se da narrativa ‘oficial’ que denota vasta importância a Calabar, retoma sua figura como a de grande importância, dentre todos os seus contemporâneos: “[...], Calabar só aparece como traidor da Pátria porque era o mais importante de todos os nativos da época” (LINS, 1998: 26), confirmando a leitura de Girardet (1987, p. 17), para o qual herói e traidor contêm os mesmos elementos, só que justapostos. Sabemos que a formação do mito pode dar-se contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica (CARVALHO, 1990, p. 58). O que não os coloca como ‘mentira’, mas nos permite compreender que fazem parte de um processo de construção e de interesses em disputa.

A argumentação trazida por Lins (1998) apresenta sua veracidade a partir de que fontes? Cita Assis Cintra, utilizam as mesmas cartas de comandantes holandeses, trechos de outras possíveis correspondências e trechos da carta de Calabar. Cita também Craveiro Costa e documentos do Museu de Lisboa e Haia (LINS, 1998, p. 32), que pesquisou em 1989 (LINS, 1998 p. 73). Entretanto, poucas são as informações que traz sobre as fontes e sua narrativa permanece reforçando com muito fervor a intenção de comprovar a heroicidade de Calabar.

A perspectiva trazida por Audemário Lins sobre a cidade de Porto Calvo também envereda pela mesma inflação histórica procedida a respeito de Calabar: é uma cidade “pequena, pobre e atrasada” (LINS, 1998, p. 17), mas numa perspectiva histórica, ganha

uma nova dimensão, quando Lins aponta “uma cidade progressista”, “bastante procurada por pessoas de todas as regiões da colônia” – a sua escrita dá a entender que era uma procura ligada às artes e cultivo intelectual –, “possuía excelentes escolas e teatros” (LINS, 1998, p. 34). Sua contribuição para a elaboração da memória sobre Calabar permite que aquela pequena Porto Calvo se identifique com aquele ‘herói’ da história, ganhando uma nova dimensão de seu lugar e de si enquanto grupo social. Não é à toa que se escreva uma história ou que se estabeleçam com o nome de Calabar vários prédios corporativos ou comerciais.

Em 2011 foi publicado o livro *Porto Calvo e sua história*, de autoria de Valdomiro Rodrigues, constando também como colaborador Adelmo Monteiro. O livro foi feito com financiamento da Secretaria Municipal de Educação de Porto Calvo e está em processo de revisão para publicação de uma nova edição com algumas correções⁸⁰. Segundo o próprio autor, não se trata de um livro de história e sim de uma cartilha escolar. Na obra aparece o nome de todos os envolvidos na redação e pesquisa, na revisão, na correção ortográfica, na digitação e fotografia. E, ao fim, a quantidade de exemplares que foram publicados, um total de 2.000. Cabe comentar a importância do revisor, Pe. Expedito Barbosa de Macedo, figura importantíssima em Porto Calvo, foi responsável por fundar naquela cidade um colégio nos idos da década de 1950.

⁸⁰Segundo diálogo com o autor em 25 de abril de 2016. Todas as falas do autor apresentadas a partir daqui são resultantes desse diálogo, quando não, elas serão identificadas. Esse diálogo não chegou a ser registrado.



Imagem 3 - Capa do livro 'Porto Calvo e sua história' do professor Valdomiro Rodrigues, com uma pintura de Frans Post de fundo, em destaque a imagem representativa de Calabar. Foto de Acervo Pessoal, em 06 de abril de 2017.

O livro é destinado aos moradores de Porto Calvo, com o objetivo de contribuir para que o leitor tome conhecimento da história de seu local. O autor propõe que a cartilha procura sanar algumas controvérsias presentes na história do Brasil e na história local, ou seja, provocar a rediscussão da figura de Calabar. Entendemos esse processo sob a perspectiva da relação entre a memória e a identidade social, assim a cartilha configura-se como investimentos que são feitos pelo grupo para que se forme um “sentimento de unidade, continuidade e coerência”, à medida que é construída memória e identidade desse grupo (POLLACK, 1992, p. 7). Rodrigues, ao colocar Calabar como porto-calvense, identificando-o com qualquer cidadão daquela localidade, investe nesse sentimento de unidade dos locais e continuidade com um passado histórico grandioso.

Dividido em nove partes, o livro de Valdomiro Rodrigues (2011) é uma cartilha curta, com 71 páginas, mas que procura apresentar de forma geral muitos aspectos da cidade de Porto Calvo e de sua história. Apresenta as questões geográficas: localização, área, população, densidade demográfica, relevo, hidrografia, clima e vegetação. Em seguida apresenta as características históricas, desde o princípio da colonização do território atual de Alagoas, que fazia parte da capitania de Pernambuco. Assim como Lins (1998), procura colocar Porto Calvo como importante ponto na região, de comércio e defesa. Reforça a importância da atual cidade e sua influência histórica. O que

observamos, entretanto, é que a história de Porto Calvo versa apenas sobre o período colonial. Mesmo a história de sua elevação política de fidalguia até cidade, é um tópico à parte dos dois aqui trabalhados. Acreditamos que o interesse de repetir fatos sobre um único período, notadamente o colonial, é reforçar sua condição enquanto cidade histórica – quanto mais antiga sua história, mais histórica!

Rodrigues fala sobre muitos personagens considerados importantes do período holandês, ao referir-se a Calabar o relaciona a cidade de Porto Calvo e a condição em que ela foi colocada devido sua condenação. Observemos sua afirmação:

Após a morte de Calabar, a Vila de Porto Calvo, que era muito próspera, passou por uma grande decadência, passando vários anos no anonimato, vindo a ressurgir quando a cidade assumiu a categoria de Paróquia, no final do século XVIII, pois até então era uma *simples freguesia* (RODRIGUES, 2011, p. 27 – grifo nosso).

Entretanto, outros autores vão informar que o motivo da decadência da região foi por conta da expulsão dos holandeses, que teve como um dos resultados a execução de Calabar. Seria assim, resultado do estado de guerra, mais do que da morte de Calabar.

Ao discutir as características econômicas de Porto Calvo, Valdomiro Rodrigues trata da agricultura, pecuária, indústria, comunicação, comércio e turismo. Sobre este último, afirma sua importância na geração de empregos e na possibilidade do desenvolvimento, criticando que em Alagoas muito ainda precisa ser incentivado nesse sentido. Sobre Porto Calvo, evoca sua qualidade de ‘cidade histórica’ para questionar que ela deveria ser “um grande polo de atrativos turísticos, assim como Olinda, em Pernambuco; Ouro Preto, em Minas Gerais e outras cidades históricas do Nordeste brasileiro” (RODRIGUES, 2011, p. 40). E aqui aparece mais uma vez a figura de Calabar, pois o principal atrativo de Porto Calvo seria seu potencial histórico vinculado às invasões holandesas e aos personagens deste período como Zumbi dos Palmares e Clara Camarão. Todas essas personalidades vinculadas ao período holandês aparecem na descrição sobre a história de Porto Calvo, no livro de Valdomiro Rodrigues, exceto Calabar. Seria ele mais um ícone turístico do que histórico? Questionamos isso por observar os esforços empreendidos sobre a construção da memória a respeito de Calabar, ligando-o mais ao presente, do que a uma história passada e distante. Compreendemos que o turismo cultural é um traço de nossa globalização, porém, ainda temos em dúvida os interesses que promovem essas ações em Porto Calvo, especificamente.

Apresenta a seguir, com imagens, vários locais que podem ser visitados pelos turistas na cidade. Apresenta as danças e atividades folclóricas daquela região e as festas populares, as quais mistura com as datas cívicas como o 12 de abril, em que se comemora a elevação política de Porto Calvo, e, o 22 de julho, data da morte de Domingos Fernandes Calabar.

Calabar é tratado na sessão “Filhos Ilustres”, abrindo a galeria. Rodrigues o denomina como um militar brasileiro.

Calabar era mulato e foi educado por padres jesuítas, nas escolas da cidade de Olinda, capital da Capitania, onde aprendeu Português, Latim, Matemática e estratégias de combate, por esse motivo ao regressar a Porto Calvo, prosperou muito, chegando a possuir três engenhos de açúcar (RODRIGUES, 2011, p. 55).

Falamos sobre todos esses aspectos no primeiro capítulo. O argumento que Rodrigues utiliza sobre a deserção de Calabar é o mesmo apresentado por Cintra (1933) e Costa (1928): Calabar não teve o seu valor reconhecido. Ele teria sido importante no lado holandês por mudar o rumo da guerra. Chegou a ocupar o posto de major e lutou ao lado de comandantes holandeses. Percebe-se aqui, diferente do início do século XX, que a preocupação é confirmar a memória sobre Calabar, como figura mítica, sem trazer à questão possíveis discussões históricas em torno de sua figura. Ele fora importante por sua contribuição na guerra e não há mais discussões no livro sobre esse personagem. A fala se estabelece a partir da consciência da importância de Calabar, não mais em comprovações sobre a ‘verdade histórica’ em torno dele.



Imagem 4 - Bandeira de Porto Calvo, sobre ela Valdomiro Rodrigues afirma que o vermelho significa “[...] o sangue derramado pelos heróis porto-calvenses, em especial por Domingos Fernandes Calabar durante a invasão holandesa” (RODRIGUES, 2011: 64).

A incorporação de Calabar aos símbolos cívicos de Porto Calvo pode ser percebida também no Hino da cidade, escrito por Padre Expedito Barbosa de Macedo, composto em 1976 e ganhador de um concurso promovido pelo prefeito Alcebíades Buarque Cavalcante. O Hino havia ficado arquivado por um bom tempo, só vindo a ser divulgado em 2001, por Valdomiro Rodrigues na obra *Porto Calvo e sua história*, e difundido nas escolas com a iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de gravá-lo em um CD e distribuí-lo nas unidades municipais e estaduais do município. A letra original só compunha as três primeiras estrofes e o refrão. Em 2004, foi organizado o arranjo e acrescentada mais duas estrofes ao hino.

Porto Calvo altaneiro
Canta e vibra varonil
Tua voz eleva forte
Pela honra e glória do Brasil.

Nas colinas ondulantes,
Nas Campinas verdejantes
Vive um povo, bravo e forte
Que nas lutas foi sempre vencedor,
Viva, viva Porto Calvo!
Sempre terás meu amor!

Entre os filhos mais ilustres
Temos Guedes de Miranda
– Grão Tribuno, sábio mestre

– E o bravo e famoso Calabar,
Que lutou até a morte
Para o Brasil libertar!

Enfrentando mares, ventos,
 Numa frágil caravela
 Tu chegaste – decidido
 A dar vida a uma grande sesmaria
 Salve, salve, oh! Cristóvão Lins
 És nosso herói fundador!

Branco, negros, índios e cristãos
Se uniram na defesa
Deste solo – bem amado –
Combatendo o grande invasor
 Porto Calvo, Hoje e sempre
 Vencerás, és vencedor

Entre os verdes arrozais
 E no meio dos canaviais
 Corre um rio, o Manguaba,
 Serpeando tranquilo para o mar,
 Alimentador dos pobres
 Queremos nós, te saudar! (RODRIGUES, 2011, p.
 65, grifo nosso)

Observando os grifos no texto, é possível perceber uma contradição: Calabar lutando para o Brasil libertar, na terceira estrofe, e o povo lutando contra o invasor, na quinta. As duas últimas estrofes foram escritas também pelo padre Expedito Barbosa, porém cerca de 28 anos depois da primeira versão, em 2004, a pedido da secretária da Escola Estadual Nossa Senhora da Apresentação, Marline Montenegro (RODRIGUES, 2011, p. 66).

As obras de Audemário Lins e Valdomiro Rodrigues constituem um mesmo discurso em prol da reabilitação de Calabar. Ambos buscam incutir ao leitor que compre a percepção sobre Calabar e a importância histórica de Porto Calvo. No caso do leitor porto-calvense, que se sinta identificado com essa história; e, para os leitores gerais, que busquem conhecê-la melhor. Por fim, como bem sabemos, o livro está ainda investido de ‘verdade’, fazendo com que uma obra narre a história de Porto Calvo e Calabar nas escolas e para a população no geral, dificilmente terá suas fontes ou informações questionadas pelo público. A conclusão da importância dos livros na consolidação da memória surge quando conhecemos que o de Rodrigues (2011) é uma fonte importantíssima nas escolas municipais de Porto Calvo.

2.2.2. Atividades Escolares

O processo de produção da memória sobre Calabar em Porto Calvo, também tem sido um trabalho de investimento na educação. As iniciativas particulares, como a de Valdomiro Rodrigues, em aplicar conteúdos históricos em suas aulas, como as iniciativas públicas, de contribuir na elaboração da cartilha didática de Rodrigues (2011), ou de montar um plano pedagógico para as escolas do município que deem possibilidades aos professores para o ensino de história da cidade e de Calabar, fazem parte do processo de construção e divulgação dessa memória. Como mostra Jelin, “uma vez estabelecidas estas narrativas canônicas oficiais, ligadas historicamente ao processo de centralização política na etapa de confirmação dos Estados Nacionais, se expressam e cristalizam nos textos de história que se transmite na educação formal” (2015, p. 224 – 225). Em nosso caso, essas narrativas estão vinculadas à tentativa de tornar uma perspectiva sobre nosso personagem como ‘oficial’, no sentido de que toda a população se identifique com essa história e não seja mais comum o lugar de Calabar entre os traidores da pátria. O motivo dessas atividades vinculadas à história serem incentivadas pela secretaria de educação tem parcela da contribuição individual da coordenadora pedagógica das escolas municipais, Cláudia Cunha. Ela nos apresentou⁸¹ as propostas que têm sido articuladas há algum tempo, tanto no sentido de dar aos professores direção em como tratar os assuntos históricos, como no de realizar ações com os estudantes.

Entre as atividades elaboradas no sentido de consolidar a memória sobre Calabar, foi feita uma gincana em 2014⁸² sobre os temas históricos de Porto Calvo com os alunos do ensino fundamental – o município é responsável pelo ensino fundamental. Nessa gincana foram fixados os assuntos estudados e uma das atividades foi uma cruzada feita com os alunos. Foram 23 questões, com informações que podem ser facilmente encontradas no material produzido por Rodrigues (2011). Dentre elas, três fazem menção ao nosso personagem: filho ilustre de nossa terra que foi enforcado; visão de alguns historiadores sobre Calabar; povo que conquistou a confiança de Calabar fazendo com que ele mudasse de opinião.

⁸¹Em conversa na secretaria de educação do município no dia 05 de fevereiro de 2018.

⁸²SILVA, Maurício. ‘Gincana cultural’ leva estudantes a se debruçarem sobre a história de Porto Calvo. Alagoas Boreal, 22 de março de 2014. Disponível em <<http://alagoasboreal.com.br/noticia/592/municipios/-gincana-cultural-leva-estudantes-a-se-debruçarem-sobre-a-historia-de-porto-calvo>>, acesso em 20/02/2018.

Além da gincana, tem sido produzido um guia pedagógico, para contribuir nesse trabalho de fazer, entre os estudantes, conhecida a história de Calabar. O material está em fase de atualização para ser apresentado, em 2018, ao prefeito, com a proposta de tornar obrigatório o ensino de história de Porto Calvo nas escolas municipais. Produzido sob a proposta interdisciplinar que reúne as áreas de história, geografia, artes e português, apresenta conteúdos, habilidades (objetivos), material para pesquisa e metodologia. Os assuntos propostos a serem tratados em sala pelos professores são: localização geográfica de Porto Calvo e Alagoas (mapas), história da cidade de Porto Calvo, ‘povos nativos do Brasil’, história de Calabar, Zumbi dos Palmares e Clara Camarão, hidrografia de Porto Calvo, lendas da cidade, patrimônio cultural, bandeira, hino e festas culturais da cidade, economia e atualidade política. A base desses conteúdos, como dito, é o livro *Porto Calvo e sua história* (2011) de Valdomiro Rodrigues. Também propõe no guia, uma atividade de dramatização para ser executada com os alunos.

Essas são as atividades desenvolvidas junto as escolas, ações também recentes que estão procurando tornar cada vez mais comum entre a população a figura de Calabar. Entretanto, como vimos, antes dessas produções não havia, em Porto Calvo, diferença no ensino de história sobre o período da narrativa consolidada como ‘oficial’ que colocava Calabar como traidor.

Há mais um material didático de ensino fundamental para nós disponibilizado que é trabalhado nas escolas, também de outros municípios: *Alagoas – geografia e história* (2000), de Celme Farias Medeiros⁸³, que traz uma unidade sobre a ‘invasão holandesa’, dentro dela, um capítulo sobre Calabar – “Conhecendo Calabar”. Traz ainda um box com uma pequena biografia de nosso personagem, a transcrição da ‘Carta de Calabar’, divulgada por Assis Cintra, e a constatação de que Calabar não era traidor e sim herói. Supomos que a autora tenha consultado a cópia da carta existente no Instituto Histórico Alagoano, visto que também insere o trecho final do documento, acrescentado pela pessoa que datilografou a cópia, em que se lê “assim, não podemos aceitar, sem análise e ponderação, o ponto de vista dos antigos historiadores que se fixaram na deserção de Calabar [...]” (MEDEIROS, 2000, p. 44).

Todas essas atividades e produções escolares nos permitem perceber como está sendo consolidada a memória sobre Calabar naquela cidade. As atividades escolares, as

⁸³ Autora de uma série de livros infantis, não obtivemos maiores informações.

aulas, os materiais didáticos são importantes meios de formação da cultura e da memória de um grupo social. Assim, foi importante a apresentação dessas ações para cada vez mais tornar-se compreensível a narrativa que tem sido divulgada e, através do poder público, oficializada em Porto Calvo. Os processos de seleção e enquadramento da memória, como vemos, se dão pelo conteúdo histórico que apreendem e pela identificação que proporciona uma memória capaz de ser acessada pelos ‘lugares de memória’.

2.2.3. Monumentos

Os monumentos são também ‘bens culturais’ e não têm apenas o valor histórico, mas sua importância é voltada para o presente. Em nosso caso, os monumentos dedicados à Calabar foram criados desde os anos 2000. Santiago Jr (2015) nos leva a acompanhar o histórico da mudança semântica de monumento à patrimônio cultural, termo que está atualmente em uso e acolhe em si uma gama de bens culturais de ordem material ou não. A noção de patrimônio cresceu tanto ao fim do século XX, que “[...] superou, [...], seu aspecto memorial e passaria a apresentar um princípio material, simbólico e funcional de rememoração e preservação, envolvendo desde manifestações culturais [...] aos artefatos materiais” (SANTIAGO JR, 2015, p. 261 – 262).

Porém, os bens que iremos apresentar aqui ainda não se constituem como patrimônio segundo a legislação federal brasileira. Em seu Artigo 216, a Constituição de 1988, conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”⁸⁴. Como não passaram por processo de registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro, pois foram criados há pouco tempo no sentido de contribuir no processo de

⁸⁴ **Patrimônio Cultural.** IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>, acesso em 06/03/2018.

identificação da população com a história de Calabar, o Memorial Calabar e a esculturas na entrada da cidade de Porto Calvo não gozam do *status* de bens patrimoniais protegidos.



Imagem 5 - Arquivo Pessoal. Memorial Calabar. Porto Calvo, Alagoas, abril/2016.

A primeira imagem é o cartão de visita do *Memorial Calabar*, estabelecido no Alto da Força, em frente ao Hospital Municipal. Uma mulher indígena esculpida, símbolo dos primeiros habitantes da terra pela qual Calabar havia derramado o seu sangue. Segundo podemos interpretar ao ler na parte de trás da pedra o seguinte:



Imagem 6 - Arquivo Pessoal. Memorial Calabar – Onde se lê: “Como homem tenho direito de derramar meu sangue pelo ideal que quiser escolher, como soldado tenho direito de quebrar o juramento que prestei enganado. Domingos Fernandes Calabar”. Porto Calvo, Alagoas.

Este que é um trecho da *Carta de Calabar*, a mesma que apresentamos no capítulo anterior. Por mais que não seja explícito qual o ideal que fez Calabar reaver o voto que fez enganado, compreendemos, pelo conhecimento da narrativa da carta que trata-se de um ideal de ‘liberdade’ e ‘patriotismo’. Todavia, não tenha ficado o ideal de tal forma explícito, fica a justificativa da traição de Calabar, o direito que possuía em quebrar o juramento que havia prestado enganado. Percebemos que a narrativa proposta a partir do memorial apresenta sua execução tal como a narrativa histórica tradicional, porém com a compreensão de sua atitude baseada na fonte sobre a qual discutimos anteriormente que apresenta ideias e termos anacrônicos ao momento que vivenciara Calabar.

Diante do caráter didático dos monumentos, podemos observar que no momento de caminho para execução e execução de Calabar, o que constitui dois cenários diferentes, é possível perceber as diferentes etnias que encaminhavam Calabar ao lugar de seu garroteamento. Supomos que sejam tanto representantes luso-espanhóis, os que estão à esquerda (Imagem 8), quanto representantes étnicos do que configuram, nas narrativas oficiais e tradicionais, como elementos fundamentais da nacionalidade brasileira, o elemento branco, indígena e negro.



Imagem 7 - Arquivo Pessoal. Memorial Calabar. Porto Calvo, Alagoas, abril/2016.



Imagem 8 - Arquivo Pessoal. Memorial Calabar. Porto Calvo, Alagoas, abril/2016.

A cena anterior é a do garroteamento de Calabar. Em seguida, as imagens da varanda que fica de frente a última cena, com uma escadaria de acesso e a vista da cidade.



Imagem 9 - Arquivo Pessoal. Memorial Calabar. Porto Calvo, Alagoas, abril/2016.



Imagem 10 - Arquivo Pessoal. Memorial Calabar. Porto Calvo, Alagoas, abril/2016.

O Memorial Calabar, construído no local que se compreende ter ocorrido a execução do militar, foi criado em 2011. As esculturas expostas foram assinadas pelo

artista plástico Manoel Claudino da Silva, pernambucano, da cidade de Pesqueira⁸⁵. O memorial retrata os últimos momentos da execução do personagem. Numa perspectiva mais otimista, transcreve um trecho da ‘Carta de Calabar’ (imagem 7), que denotaria a consciência de nosso personagem sobre sua decisão, de passar às fileiras dos holandeses. Em seu conjunto, a cenografia do monumento, representando a execução e resgatando o trecho da Carta, aponta o sofrimento diante do ideal de liberdade. Ideal que pode ser questionado se observamos que os “elementos fundantes da nacionalidade”, segundo nossa interpretação, que o encaminham para a execução.

Outro monumento que se refere à memória de nosso personagem é o da entrada da cidade: a escultura de um homem, aparentemente guerreiro ou combatente do período colonial. Anterior a esse monumento, existia uma placa da cidade com o título de ‘Terra de Calabar’, é possível ver nela imagens que remetem ao período colonial.



Imagem 11 - Foto retirada da placa que existia na entrada da cidade de Porto Calvo, encontrada em <http://escritadoporto.zip.net/>, acesso em 14 de julho de 2017.

O investimento na criação dos monumentos é que se tenha algo para mostrar, tanto aos visitantes, quanto à população. É a permissão de acessar essa história por vias diferentes de leitura, torná-la visível, acessível a qualquer pessoa. Huyssen (2014, p. 140 e 141) nos traz algumas provocações a respeito disso, afirma que não há nada mais invisível no meio urbano que um monumento, questionando como muitos monumentos servirão apenas como pontos turísticos, e questiona como seria garantida sua duração na mente do povo. Em Porto Calvo, muitos dos monumentos que foram criados na última

⁸⁵CARVALHO, Severino. “Na rota dos 200 anos” em Porto Calvo resgata as origens de Alagoas. **Diário Oficial**. Maceió, 05 de outubro de 2017, nº 190, ano 105.

década estão sendo cotados para passar por uma restauração. Sabemos que o tempo colabora com a degradação desse bem material, mas também o ‘vandalismo’. Alguns dos monumentos da cidade estão quase completamente destruídos, ou pichados, como é o caso do Memorial Calabar (Imagem 10 e 11). Entretanto, nesse trabalho de conservação da memória, essas passam também a ser preocupações públicas. Supomos que a maior intenção de manutenção dessa memória pelas instâncias privadas ou públicas, buscam a promoção de uma identificação geral da população com essa história valendo-se da narrativa trazida por meio da linguagem dos monumentos. Como também a possibilidade de assumida a condição de ‘cidade histórica’, interesse não unicamente de Porto Calvo, e usufruírem dos benefícios que seriam trazidos pelo turismo cultural.

2.3. Considerações acerca dos interesses da memória

No ano de 2017 foi comemorado o bicentenário da emancipação política de Alagoas. O governador Renan Filho e uma equipe formada para pensar as comemorações em torno dessa data decidiram que seriam feitos cinco atos de resgate da história de Alagoas. Um deles, que é o que nos importa aqui, foi ‘uma visita às origens do Estado, em Porto Calvo’, realizada no dia 4 de outubro daquele ano. Foi feita uma visita ao Memorial Calabar e, em seguida, o superintendente substituto do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional, foi recebido pelo governador. O superintendente apresentou o projeto ‘Parque Histórico da Batalha de Porto Calvo’⁸⁶, com intenção de desenvolver o turismo naquela região. O fortim da ilha do Guedes, sempre comentado por Adelmo Monteiro, encontra-se entre os lugares beneficiados⁸⁷. Considerado um forte holandês do

⁸⁶ Não tivemos acesso ao projeto.

⁸⁷ Segundo notícias veiculadas pelos sites da prefeitura de Porto Calvo, *Prefeitura e IPHAN planejam transformar forte em parque*; da agência de notícias da Universidade Federal de Pernambuco, *Alagoas conta com mais de 500 sítios arqueológicos espalhados de norte e sul* (república do jornal Gazeta Web); e Alagoas Boreal, *Porto Calvo finalmente se rende a uma vocação histórica (e turística) secular*, entendemos que a proposta do “Parque Histórico da Batalha de Porto Calvo”, possivelmente será feito no Alto da Força, local onde se encontram hoje o Memorial Calabar e o Hospital. Nas propostas que vem sendo estudadas pelo IPHAN, cresce a possibilidade da construção de outro parque arqueológico na Ilha do Guedes, região onde foi encontrado o Forte Bass, que desde 2015 tem sido alvo de estudos, mais intensivamente entre 2017 e 2018, de escavações e projetos. Os três textos publicados apontam a importância do Forte para a consolidação de uma Porto Calvo “histórica e turística”. Assim, vem sendo feito todo um esforço para mapeamento e estudos sobre os sítios arqueológicos encontrados e projetos no sentido da patrimonialização.

século XVII, tem sido acompanhado pelo arqueólogo Marcos Albuquerque⁸⁸, contratado pelo IPHAN⁸⁹.

Habermans (2001, p. 40) nos adverte a não sermos inocentes diante das tradições, mediante a pressuposição de que "cada geração está ligada – no modo do seu pensamento e de sentir, no gestual da expressão e no modo da sua percepção –, por meio de um tecido de fios culturais, à forma de vida e ao modo de pensar das gerações passadas". Para além disso, Ferretti (2004, p. 7) afirma, “as sociedades se apropriam do passado, o comemoram e o recriam em função de suas necessidades”. Uma motivação para essa prática turística é o desenvolvimento da região e a promoção do envolvimento da comunidade com sua história. Outra motivação, são as crises econômicas, buscando nessas atividades meios de dinamizar a situação (MENEZES, S/A, p. 1 – 2). Apesar dessas motivações e benefícios, há críticas à infraestrutura para o turismo que apontam como se investisse no estímulo de atividades exógenas (KASPARY, 2012, p. 44). Outra importante constatação, acerca desse contexto de incentivo a atividades turísticas, segundo Tamaso (2012, p. 21), é que “os investimentos nas ações de preservação se devem, em grande medida, à necessidade de se reagir localmente às transformações das estruturas da economia mundial, caracterizada tanto pela crise das sociedades industriais, quanto pelo crescente consumo e pela expansão dos lugares de lazer”. Também se insere dentro de um processo de ‘patrimonialização’, muito presente no fim do século XX até o início do XXI. Os bens culturais que fazem parte do patrimônio cultural são capazes de acionar o sentimento patriota, contribuir no desenvolvimento do turismo cultural e aumentar a autoestima da população (TAMASO, 2012, p. 23).

No Brasil, desde o início da década de 1990, tem-se feito investimentos na infraestrutura da zona costeira nordestina a fim de aumentar a demanda turística. "O governo justifica as políticas oficiais de turismo como necessárias para o desenvolvimento de regiões litorâneas socioeconomicamente frágeis, alegando que o turismo possibilita a criação de empregos, aumento da renda e melhoria da 'qualidade vida' da população residente" (KASPARY, 2012, p. 14). O contraponto é a análise de

⁸⁸Pernambucano, vinculado a empresa Arqueolog Pesquisas. Informação no site da prefeitura de Porto Calvo, acesso em 20 de fevereiro de 2018: <http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/forte-do-periodo-holandes-comeca-a-ser-restaurado>.

⁸⁹Informações retiradas do Diário Oficial, Maceió, 05 de outubro de 2017, ano 105, nº 190.

Menezes⁹⁰ sobre a dificuldade em manter o turismo em Ilhéus, Bahia, aponta uma série de fatores que se resumem na falta de estrutura da cidade para sustentar essas atividades.

Em Porto Calvo, fiados na condição de ‘cidade histórica’, os promotores da memória apontam o turismo cultural como capaz de trazer um ‘boom’ econômico, com a reabilitação ‘oficial’ de Calabar. A secretária de cultura, Maria Terezinha da Silva Oliveira afirma, em entrevista, que se a gestão da prefeitura compreendesse a importância histórica da cidade e de Calabar empreenderia maiores esforços nisso. O governo do estado parece ter compreendido. Como vimos, não é apenas o caso da população de Porto Calvo ter acesso à memória de Calabar e se identificar com ela por meio dessas ações de rememoração, há também interesses materiais sobre a recuperação dessa memória.

O início do interesse surgiu da observação dos avanços da cidade vizinha, Maragogi, com o turismo. Desde a construção da BR-101, em 1979, começou um processo de urbanização e crescimento demográfico que mudou a relação de Maragogi com o seu litoral, antes só habitado por comunidades tradicionais de pescadores (KASPARY, 2012, p. 12). A atividade turística em Maragogi iniciou-se na década de 1980 e acelerou-se a partir de 1989 (KASPARY, 2015, p. 85 – 86), no mesmo período que começam a se articular os ‘empreendedores da memória’ em Porto Calvo. Kaspary (2015, p. 54) ainda afirma que no Brasil a especialização turística tem-se dado por meio das parcerias público-privadas. Em Porto Calvo, a secretaria de cultura tem funcionado no prédio do Espaço Cultural Guedes de Miranda, desde 2017, também a biblioteca municipal está sendo transferida para o mesmo prédio, em 2018⁹¹. Sempre que há atividades para escolas, o professor Valdomiro Rodrigues é convocado para palestrar a respeito da história da cidade. Tem existido articulações entre os ‘empreendedores da memória’ e a gestão pública. Todos os esforços se unindo no sentido de consolidar essa memória sobre Calabar.

Porto Calvo, ao longo dos anos, percebeu as ‘melhorias’ trazidas pelo turismo à cidade de Maragogi e entendeu que, apesar de não ter mais litoral, poderia apegar-se a sua vasta história, apresentando-a como atrativo turístico. Compreendemos isso a partir das constantes falas dos entrevistados sobre os turistas que passam pela BR, porém não sabem sobre o que há em Porto Calvo de atrativo. E a quantidade de turistas que segue

⁹⁰Artigo em: <http://www.uesc.br/icer/artigos/oturismocultural.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

⁹¹Conforme notícia, acesso em 05 de março de 2018: <http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/biblioteca-publica-de-porto-calvo-muda-de-endereco>.

para Maragogi é grande, em 2012 a localidade ocupava o posto de segundo maior receptor de turistas do estado de Alagoas. Assim, observando o fluxo de turistas para aquela cidade litorânea e que passam pela entrada de Porto Calvo, os empreendedores de memória local julgam que ali também há opções de usufruto turístico, que só precisam ser tornadas públicas para motivar os visitantes a conhecer a cidade. O esforço público, por sua vez, se sente motivado pela possibilidade de promoção de emprego, como também pelos investimentos no turismo pelo governo estadual, acima citados. Esses interesses são cobertos pela ideia de que é a intenção do povo a reabilitação histórica de Calabar e a compreensão do potencial de cidade histórica de Porto Calvo. A necessidade de mobilizar a população para que procure compreender sua própria história seria pré-condição para os benefícios que a eles serão trazidos, por meio do turismo. Visto que a cidade é simples, a maior riqueza estaria na sua importância histórica que precisa ser conhecida pela própria população.

Assim, as fontes aqui apresentadas nos apontam que a memória é parte de um processo de construção, não algo dado. Toda a elaboração da memória se dá por processos de seleção, identificação, construção (POLLACK, 1989) e conta com lugares onde se faz preciso ‘criar e manter a memória’ (NORA, 1993, p. 13). Se as lembranças fossem realmente vividas não se necessitaria de ‘lugares de memória’. "E se, em compensação, a história não se apoderasse delas para deformá-los, transformá-los, sová-los, e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhes são devolvidos" (NORA, 1993, p. 13). Assim também, o turismo é um poderoso instrumento da relação que a sociedade contemporânea mantém com o tempo, em que o presente resume tudo em si (HARTOG, 2015, p. 148). Acrescentamos a isso, a compreensão do processo de ‘patrimonialização’, pois que os bens patrimoniais não são referências naturais da identidade de um povo (TAMASO, 2012, p. 28), sendo construídos⁹² no e para o presente. A identidade resultante da memória, história e patrimônio permite a constituição de comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008). E, nesse caso, notadamente, se imaginam para se apresentarem enquanto atrativos turísticos.

⁹²Indicamos a referência de Santiago Jr (2015) para um panorama mais geral da discussão.

2.4. Conclusão

Nora (1998, p. 33) afirma que os ‘lugares de memória’ nos permitem, como indicadores e pistas, investigar a relação da sociedade com o passado e de que maneira o presente se utiliza dele e o reconstrói. Por meio dos livros, atividades escolares e monumentos, analisados como esses ‘lugares de memória’, percebemos todo um esforço recente de produção e consolidação da memória de Calabar, em Porto Calvo. Esse esforço particular, iniciado com os ‘empreendedores da memória’, e público, pelas ações da secretaria de educação, até onde vimos, nos levaram ao questionamento de quais interesses o permeiam. Nas entrevistas feitas ao longo da pesquisa, a intenção que, repetidamente, aparece é a de por meio da sua história, Porto Calvo se abrir ao turismo cultural, resultaria em muitos benefícios econômicos, culturais... Diante desse cenário apresentado, compreendemos, em parte, o processo contemporâneo de consolidação da memória de Calabar em Porto Calvo. Algumas informações terminam por ser faltosas porque este é o primeiro estudo sobre o tema. Não conseguimos acessar informações exatas sobre os monumentos (licitação, por exemplo), nem conseguimos fazer uma pesquisa geral com a população para saber o quanto essa elaboração tem sido aceita ou recebida pela população.

Percebemos a distinção entre a produção da história entre os fins do século XIX e início do XX e da produção da memória. Enquanto a preocupação da produção historiográfica, até o início do século XX, era apresentar provas que comprovassem que Calabar não foi traidor, com a memória o discurso se coloca afirmativamente, como quem possui a verdade, e vai se elaborando na cidade, no sentido de fazer com que cada vez mais as pessoas tenham consciência dessa memória, seja por meio das produções, dos monumentos, do currículo.

Com efeito, a memória pretende ser a depositária (que se pretende fiel) do passado [...]. A historiografia pretende ser a produtora da apropriação correta (adequada) do passado com base nos indícios e dados de que disponha, mediante procedimentos metódicos controláveis intersubjetivamente. [...]. A lembrança do passado não é apenas uma forma personalizada e valorada de conhecimento inseguro (pois metodicamente não controlado e, por conseguinte, não científico no sentido moderno), [...]. Nesse sentido, não se tem como dizer que o passado, enquanto tal, seja epistemologicamente ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ (ou nossa lembrança dele), pois esses predicados são atribuíveis ao que *dizemos* sobre ele ou ao que *escrevemos* sobre ele” (MARTINS, 2011, p. 20).

Assim, não nos colocamos no sentido de analisar ser verdadeira ou falsa a memória construída a respeito de Calabar em Porto Calvo, porém nos propomos

apresentar os esforços que estão sendo empreendidos para construí-la, enquadrá-la e divulgá-la. Compreendemos, com auxílio de Jelin (2015, p. 234), que as datas comemorativas, as memórias e os mitos vão sendo mudados ao longo do tempo. Revisitados por novas gerações, os novos atores, fornecem novos sentidos a eles. Quer seja na história, quer seja nas ações de memória, vemos as representações de Calabar sendo modificadas ao longo do tempo nos diversos contextos e interesses. Sempre permanece a querela sobre qual de fato tenha sido sua real intenção, o que nos permite supor essa própria disputa como constituinte do mito Calabar. Ele permanece por tanto tempo no imaginário e na produção histórica alagoana por conta do esforço sempre demandado em tentar esquecê-lo ou reabilitá-lo.

A seguir, adentraremos mais profundamente a discussão de Calabar como mito e analisaremos a comemoração da *Semana Calabar*, como procuraremos compreender o lugar que assume hoje a fala sobre nosso personagem, em Alagoas, apontando, enfim, o que esses processos nos permitem compreender sobre nosso personagem e quais as leituras ainda atualmente acessadas.

CAPÍTULO III

O MITO CALABAR E AS COMEMORAÇÕES DO BICENTENÁRIO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA EM ALAGOAS (2017)

Até agora, vimos como Calabar foi evocado pela escrita do Instituto Histórico Alagoano e pela rememoração em Porto Calvo. No ano de 2017, muitas comemorações aconteceram em Alagoas, devido ao bicentenário de sua emancipação política. O governo financiou um ano inteiro de atividades culturais, dentre elas a *Semana Calabar*, em Porto Calvo; as apresentações do documentário *Calabar* (FIGUEIREDO, 2007, 50 min), leitura dramática do poema de Lêdo Ivo (1985), entre outras. Logo no início das atividades, foi noticiado, no Diário Oficial⁹³, que seriam feitos cinco atos de resgate da história de Alagoas pelo governo do Estado. Um deles em Porto Calvo, a ida até ali simbolizaria uma visita às origens do estado. O governador Renan Filho junto com o prefeito do município, David Pedrosa, foram ao Memorial Calabar, onde o projeto do ‘Parque Histórico da Batalha de Porto Calvo’⁹⁴ foi recebido pelo governador das mãos do superintendente substituto do IPHAN. A proposta para desenvolvimento do turismo local e da região norte, inclui o fortim, mencionado pelos entrevistados no capítulo anterior, como também outras quatro fortificações que o Instituto do Patrimônio Histórico afirma ter encontrado em dois anos de trabalho na cidade⁹⁵. Além destes, conforme notícia veiculada pelo site *Alagoas Boreal*, pretende-se transformar o Alto da Forca, local onde está o Memorial Calabar e o Hospital Municipal, em museu arqueológico. Tais ações de reconhecimento arqueológico dos sítios em Porto Calvo permitiram ao IPHAN concluir que “a cidade da região Norte ‘é a maior referência do período holandês no Brasil’”, “rendendo-se” a sua “vocação histórica (e turística) secular”⁹⁶.

Observamos que os meios e formas de rememoração, como também as abordagens históricas do passado pelo presente, são vinculados às disputas de interesses entre os que desejam lembrar sobre a forma e conteúdo dessas lembranças (JELIN, 2015, p. 240).

⁹³Maceió, 05 de outubro de 2017, ano 105, nº 190. Acesso em 3 de março de 2018: http://www.imprensaoficialal.com.br/wp-content/uploads/2017/10/DOEAL-05_10_2017-EXEC.pdf.

⁹⁴Projeto apresentado no capítulo anterior.

⁹⁵Informações obtidas no Diário Oficial, Maceió, 05 de outubro de 2017, ano 105, nº 190. Acesso em 26 de fevereiro de 2018: http://www.imprensaoficialal.com.br/wp-content/uploads/2017/10/DOEAL-05_10_2017-EXEC.pdf.

⁹⁶ **Porto Calvo finalmente se rende a uma vocação histórica (e turística) secular.** *Alagoas Boreal*, 04 de abril 2018. Disponível em <[http://alagoasboreal.com.br/editoria/3806/patrimonios/porto-calvo-finalmente-se-rende-a-uma-vocacao-historica-\(e-turistica\)-secular](http://alagoasboreal.com.br/editoria/3806/patrimonios/porto-calvo-finalmente-se-rende-a-uma-vocacao-historica-(e-turistica)-secular)>, acesso em 04/05/2018.

Assim, as comemorações e os mitos contribuem para ritualizar a memória e para o processo de estabelecimento do que deve ser ou não lembrado e comemorado. Jelin (2015, p. 240) aponta que uma questão essencial para o pesquisador desse processo é descobrir quem tem o poder simbólico para decidir qual deve ser o conteúdo da memória. No caso de Porto Calvo, veremos a influência do governo estadual e municipal nas comemorações, como também, ainda que com dificuldades por conta da proximidade com os acontecimentos, observaremos as disputas em torno da rememoração e do que deve ser comemorado. Arriscamos apontar o governo também sob o termo ‘empreendedor da memória’ (JELIN, 2015, p. 242), visto que compreendeu o êxito na abertura de novos espaços e projetos, sob a mesma intenção que vimos no capítulo anterior, de investir no turismo cultural. Tal como apontou Renan Calheiros⁹⁷, em discurso no Senado Federal, sobre as comemorações do bicentenário da emancipação alagoana:

O bicentenário transforma Alagoas em palco de diversos eventos, principalmente nas áreas da educação, da cultura, das artes, o que atrai o interesse de muitas pessoas em conhecer melhor a história da nossa terra e a história do nosso povo. Isso proporciona, entre outras oportunidades, o incremento do turismo, que se transformou em uma forte vertente do desenvolvimento para o Estado. Em 2016, por exemplo, Senador Lindbergh, Alagoas foi o único Estado do Nordeste do Brasil que superou o número de turistas recebidos em 2015⁹⁸.

Observamos que o turismo tem servido para estabilizar uma situação de crise econômica (MENEZES, p. 1 e 2), na tentativa de permitir um avanço econômico. Apontamos que os mitos também surgem em momentos de crise, no sentido de ser uma reestruturação mental da sociedade (GIRARDET, p. 181 – 182). O ano de 2017 foi um

⁹⁷ Importante figura política que foi afamada durante o processo de crise política no Brasil (2015 – 2018) pela acusação que recebeu por lavagem de dinheiro e corrupção, por diferentes operações, dentre elas a ‘Lava Jato’. Atuante na política partidária desde 1978, e no cargo de Senador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Alagoas, atua desde 1995, foi três vezes escolhido como Presidente do Senado. Informações disponíveis em: BENITES, Afonso. *O Camaleão Renan Calheiros, a nova pedra no sapato de Temer*. **El País**, 05 de abril de 2017, disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/06/politica/1491432425_092006.html>, acesso em 05/05/2018. ALESSI, Gil. *Renan é denunciado na Lava Jato e fica novamente nas mãos do STF*. **El País**, 12 de dezembro de 2016, disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/12/politica/1481558603_302165.html>, acesso em 05/05/2018. *Perfil Biográfico. Senador Renan Calheiros*. Disponível em < <http://www.renancalheiros.com.br/perfil-biografico>>, acesso em 05/05/2018. MILITÃO, Eduardo. *Juiz de 1ª instância condena Renan Calheiros a perder o mandato e direitos políticos*. **Uol Notícias**. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/11/17/senador-renan-calheiros-e-condenado-a-perder-mandato-e-ter-direitos-politicos-suspenso.htm>>, acesso em 05/05/2018.

⁹⁸ CALHEIROS, Renan. *A história de Alagoas. Senador Renan Calheiros*, 08 de junho de 2017. Disponível em <<http://www.renancalheiros.com.br/discursos/historia-de-alagoas.html>>, acesso em 05/05/2018.

ano de muita crise para o Estado Brasileiro, política-social-econômica, a comemoração tão simbólica dos 200 anos talvez possa contribuir no esquecimento da situação real ou a evocação dos grandes feitos históricos das Alagoas pode ter camuflado o contexto político nacional. Para além dessa suposição, “o mito político [também] é instrumento de reconquista de uma identidade comprometida. Mas ele aparece como elemento construtivo de uma certa forma de realidade social” (GIRARDET, p. 183). Sendo assim, importante elemento para a constituição da identidade de grupos sociais. E, se Barthes procura na imprensa os mitos fabricados, focaremos nosso olhar nas comemorações que relembram Calabar, como espaço de sua reafirmação como mito, por meio das notícias divulgadas pela imprensa oficial.

Para pensarmos essas comemorações em um passado tão recente, observamos a categoria de regime de historicidade presentista formulado por Hartog (2015). O regime de historicidade trata-se da maneira como a sociedade trata seu passado e de seu passado, constituindo, de um modo geral, a consciência de si de uma sociedade (HARTOG, 2015, p. 28). E a abordagem presentista considera o passado tendo em vista o presente (HARTOG, 2015, p. 27). Assim, analisaremos como a partir do presente é tratada a história sobre Calabar, percebendo os interesses envolvidos a partir das atividades de comemoração que resgatam a história de Alagoas no presente. François Hartog, ao discutir o regime de historicidade heroico, mostra que ‘anais heroicos’ conjugam mito e história ou organizam a história de modo explícito como metáfora das realidades míticas (HARTOG, 2015, p. 54). A partir da compreensão de regime de historicidade presentista e do regime de historicidade heroico, consideramos que as comemorações assumem o espaço de conjugação entre mito e história, pois servem para ritualizar a memória (SÁ, 2006, p. 106).

O regime presentista para Hartog ainda se apresenta quando fatos do presente carregam uma carga de histórico ou de acontecimentos antes mesmo de se concluírem. O episódio do 11 de setembro “leva ao extremo a lógica do acontecimento contemporâneo que, se deixando ver enquanto se constitui, se historiciza imediatamente e já é em si mesmo sua própria comemoração sob o olho da câmera. Nesse sentido, ele é totalmente presentista” (HARTOG, 2015, p. 136). Assim, as comemorações são históricas antes mesmo de acontecerem, por isso tanto esforço e divulgação, no sentido de ritualizar a comemoração do bicentenário de emancipação política, deixando-a marcado na história. Veremos as comemorações sobre esse prisma: “uma maneira de traduzir e de ordenar

experiências do tempo – modos de articular passado, presente e futuro – e de dar-lhes sentido [...]” (HARTOG, 2015, p. 139), um sentido construído para a contemporaneidade. Observar esse processo, por meio também da leitura de Nora (1993), nos ajuda a entender porque tamanho apelo ao passado, pois se busca uma memória e um passado que não existem mais. Nesse processo, finca-se ainda mais no presente, sob os termos: memória, patrimônio e comemoração, que apontando um para outro, são englobados por um quarto termo: identidade. Todos esses termos falam sobre elaborações do presente. Essa análise nos mostra um presente preocupado com a identidade, tendo, para isso que criar memórias, escrever histórias, promover comemorações. Silva afirma, que ao contrário do esperado a globalização permitiu o fortalecimento das identidades locais e que as identidades regionais surgiram devido o insucesso da identidade nacional forjada desde o século XIX (2012, p. 27). Entretanto, no caso de Pernambuco, que é o que Silva investiga, mesmo com o esfacelamento das ‘velhas identidades’, calcadas na herança iluminista, o ressurgimento da identidade pernambucana, ao fim do século XX, se dará sob esses ‘velhos moldes’, assim, se apresentará a partir de um mito fundador, a ‘Batalha dos Guararapes (SILVA, 2012, p. 28, 37).

Em nosso caso, a investigação sobre Calabar enquanto mito, dentro dessas comemorações, nos permite formular conclusões sobre os interesses dessas formulações no presente e para o presente, e o que isso nos permite refletir a respeito da construção da identidade alagoana.

3.1. Semana Calabar em Porto Calvo

Martins afirma que há três categorias fundamentais em relação à memória: lembrar, esquecer e comemorar (2011, p. 15). O fato de tal pessoa ou evento ser comemorado é significativo para as sociedades, que podem tirar desses ‘episódios elementos fundantes de sua identidade’. Dessa feita, o que determina o caráter memorável de algo é o tempo presente, que seleciona e ritualiza determinada memória (MARTINS, 2011, p. 16). Para Hartog (2015, p. 156), “As grandes comemorações definiram um calendário novo da vida pública, impondo-lhe seus ritmos e seus prazos. Ela se submete e se serve disso, tentando conciliar memória, pedagogia e mensagens políticas do dia”. Sendo mais que uma reescrita da história, é a sua interpretação com caráter didático (SÁ, 2006, p. 105). Por isso também as instituições procuram controlar as comemorações, elas são importantes para definir as recordações do passado e demarcar na memória coletiva o que deve ser lembrado (SÁ, 2006, p. 105 – 106). Tal como podemos perceber em nosso

caso, as comemorações e ações adiante abordadas são todas ações políticas de caráter didático, são pensadas dentro do governo, de prefeitura e das secretárias, como vimos também em Porto Calvo, no intuito de atrair os olhares ‘de fora’ (turismo) para conhecer e os ‘de dentro’ (identidade) para se reconhecer. Porém dependendo do ângulo há coisas que permanecem invisíveis, ficando as escolhas sob o poder dos que promovem essas ações.

Em 2015 aconteceu em Porto Calvo um Encontro Alagoano de Gestores de Cultura da Região Norte⁹⁹, com apoio da Secretaria de Cultura estadual e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Alagoas (SEBRAE/AL), buscando discutir e contribuir para a criação de iniciativas culturais locais. Nesse encontro, a secretária municipal, Cléa Mascarenhas, conforme notícia, apontou as potencialidades de Porto Calvo, devido seu patrimônio histórico e artístico, além de monumentos, que seriam apropriados para a elaboração de um plano de desenvolvimento do turismo na região. Esforços que vem de antes, como vimos no segundo capítulo, das ações dos ‘empreendedores da memória’, começaram a ter vez dentro da gestão pública municipal, e, também, apoio do governo estadual. Em 2017, foi criada a Secretaria de Cultura municipal. No mesmo ano, foi elaborada uma semana de comemorações dos 200 anos de emancipação política de Alagoas, em Porto Calvo. Atividades todas noticiadas no site da prefeitura do município¹⁰⁰. Entre os dias 17 a 22 de julho¹⁰¹, com o título *Semana Calabar*, podemos perceber num relance que a maior parte das atividades se deu em torno da nossa figura.

⁹⁹Notícia pode ser conferida em: UCHÔA, Paula. Porto Calvo sedia Encontro Alagoano dos Gestores de Cultura da Região Norte. Prefeitura de Porto Calvo, 12 de maio de 2015. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/porto-calvo-sedia-encontro-alagoano-dos-gestores-de-cultura-da-regiao-norte>>, acesso em 06/03/2018.

¹⁰⁰SILVA, Maurício. **Porto Calvo anuncia programação de Semana Calabar**. Prefeitura de Porto Calvo, 13 de julho de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/porto-calvo-anuncia-programacao-da-semana-calabar>>, acesso em 06/03/2018. SILVA, Maurício. **Ênio Lins faz palestra em Porto Calvo na Semana Calabar**. Prefeitura de Porto Calvo, 18 de julho de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/enio-lins-faz-palestra-em-porto-calvo-na-semana-calabar>>, acesso em 06/03/2018. SILVA, Maurício. **Porto Calvo encerra Semana Calabar com musical**. Prefeitura de Porto Calvo, 23 de julho de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/semana-calabar-encerra-com-concerto-musical>>, acesso em 06/03/2018. Notícia sobre o musical baseado nas músicas da peça de Chico Buarque e Ruy Guerra (1973), <http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/concerto-calabar-heroi-em-busca-do-brasil-e-dia-22>.

Concerto ‘Calabar, herói em busca do Brasil’ é dia 22. Urupema Comunicação e Jornalismo, Prefeitura de Porto Calvo, 21 de julho de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/concerto-calabar-heroi-em-busca-do-brasil-e-dia-22>>, acesso em 06/03/2018.

¹⁰¹Data da morte de Calabar e feriado municipal conforme consta na Lei nº 707/99, de 22 de dezembro de 1999.

Conforme informações obtidas com a secretária de cultura municipal¹⁰², a importância dessa comemoração estava em contribuir para que a população se visse no interesse de pesquisar sobre a história de Calabar e ter sua própria opinião a respeito da polêmica em torno dele. As atividades desenvolvidas foram: celebrações a Calabar por meio de diversas atividades, tais como a palestra “Quem foi Calabar?”, com o jornalista e secretário de Estado da Comunicação, Ênio Lins; o concurso de redação das escolas municipais sobre o tema: “Quem foi Calabar?”; a apresentação do documentário *Calabar*, de Hermano Figueiredo; a leitura dramática da poesia *Calabar*, de Lêdo Ivo, com o ator Chico de Assis e Paulo Poeta; e o concerto musical “Calabar, herói em busca do Brasil”, com músicas do musical de Chico Buarque e Ruy Guerra (1973)¹⁰³. A partir desse conjunto de manifestações, podemos observar sobre quais narrativas a memória de Calabar vem sendo estabelecida em Porto Calvo.

As atividades de comemoração foram desenvolvidas pela gestão municipal com apoio do governo do estado, assim podemos demarca-las como uma fala oficial, que procura apontar através do mito Calabar, a importância histórica e as potencialidades turísticas de Porto Calvo. Oficialmente os interesses dessas atividades são apresentados como, inicialmente, para despertar a população a pesquisar e conhecer sua própria história. Porém, podemos perceber também através do discurso do senador Renan Calheiros que também tinham o sentido de incrementar o turismo.

Sá (2006, p. 106) afirma que, em certa medida, comemora-se o próprio presente, tendo o passado reduzido a sua validação pelo presente. A Secretaria de Cultura municipal de Porto Calvo, ao procurar alguma pessoa de referência para falar sobre Calabar, contou com Ênio Lins¹⁰⁴, jornalista, ex-dirigente do PCdoB de Alagoas e secretário de Comunicação do Estado, embora, comumente fosse convidado o professor Valdomiro Rodrigues para dar essas falas, a prioridade do evento foi trazer alguém de Maceió.

¹⁰²Maria Terezinha da Silva Oliveira, ocupa o cargo de secretária municipal de cultura, formada em História pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul, Palmares, Pernambuco. Idealizadora da Semana Calabar.

¹⁰³Conforme informação obtida do site da prefeitura. SILVA, Maurício. **Porto Calvo anuncia programação de Semana Calabar**. Prefeitura de Porto Calvo, 13 de julho de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/porto-calvo-anuncia-programacao-da-semana-calabar>>, acesso em 06/03/2018.

¹⁰⁴Jornalista, ex-vereador e ex-dirigente do PCdoB em Alagoas, foi convidado para ser secretário de comunicação do Estado, desde 2014, no governo de Renan Filho. Informações obtidas em: BARBOSA, Luciano. Ênio Lins é confirmado primeiro secretário da gestão Renan Filho. Alagoas 24 horas, Maceió, 24 de novembro de 2014. Disponível em <<http://www.alagoas24horas.com.br/379799/enio-lins-e-confirmado-1o-secretario-da-gestao-renan-filho/>>, acesso em 01/03/2018.

Ênio Lins aponta, na palestra, que com Calabar ‘começou a alagoanidade’, que ele mudou a face da guerra durante os poucos anos que militou ao lado dos holandeses. Aponta sua importância para os brasileiros durante a gestão de Maurício de Nassau¹⁰⁵ e sua grande figura para a história nacional. Ênio Lins, durante o Seminário de Emancipação Política e Evolução de Alagoas, acontecido no Instituto Histórico Alagoano, noticiou a importância que o governador Renan Filho desejava dar a essas atividades, a fim de que a população alagoana se debruçasse sobre “o acervo histórico, em busca de raízes mais profundas e [de] reavivar, fortalecer o amor próprio”¹⁰⁶. Destacamos aqui, a retomada do passado e sua validação no presente feita pelo Governo do Estado, nos questionando sobre quais os interesses em relação à memória e à história.

Nesse mesmo dia algumas escolas fizeram apresentações sobre a temática. No dia seguinte, houve a premiação da melhor redação sobre Calabar, feita por alunos do ensino fundamental das escolas do município¹⁰⁷. Houve apresentação de três obras de importância para a construção do imaginário a respeito de nosso personagem: o filme documentário de Hermano Figueiredo (2007, 50 min), a leitura do poema dramático de Lêdo Ivo (1985), pelo ator Francisco de Assis, Superintendente de Cultura do Estado, e Paulo Poeta, Superintendente de Produção Cultural, além do concerto com as músicas de Chico Buarque e Ruy Guerra elaboradas para a peça *Calabar, o elogio da traição* (1973). Embora tragam elementos críticos, respectivamente, à mitificação do personagem, ao turismo exploratório e à fidelidade passiva à autoridade, as obras tiveram uma leitura local seletiva pelo prisma dos interesses em celebrar o personagem Calabar.

O documentário *Calabar – um homem sem rosto para a posteridade mas que projetou seu nome numa controvérsia histórica para séculos depois de sua morte*¹⁰⁸, sob a direção de Hermano de Figueiredo, foi lançado em 2007¹⁰⁹ e vencedor do prêmio DOCTV III, na edição de 2006. Nele, o cineasta pernambucano procura apresentar as

¹⁰⁵Calabar morre em 1632, o governo de Maurício de Nassau no Brasil data de 1637 a 1644, conforme Mello (2010).

¹⁰⁶Conforme notícia: ARRUDA, Renata. Secretário Ênio Lins resgata processo histórico de Alagoas durante Seminário. Agência Alagoas, 28 de setembro de 2017. Disponível em <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/20031-secretario-enio-lins-resgata-processo-historico-de-alagoas-durante-seminario>>, acesso em 06/03/2018.

¹⁰⁷Não conseguimos o acesso as redações, elas não se encontram em posse da Secretaria.

¹⁰⁸**Calabar – ficha técnica.** Disponível em <http://ideario.org.br/wp/?page_id=1483>, acesso em 06/03/2018.

¹⁰⁹O filme pode ser encontrado online pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=w8pfJUG0MXA>, acesso em 23 de fevereiro de 2018. Foi divulgado pelo canal da prefeitura da cidade de Teotônio Vilela, Alagoas.

diversas opiniões sobre Calabar, assim, entrevista historiadores alagoanos e pernambucanos, faz menção à querela sobre sua ‘raça’ e leituras do poema dramático de Lêdo Ivo (1985). Sem oferecer um julgamento assertivo sobre Calabar, apresenta as distintas opiniões de acadêmicos e estudiosos contemporâneos sobre o assunto. Seu objetivo era mostrar o processo, servindo de mote para novas questões¹¹⁰. A primeira apresentação, em 29 de março de 2007, lotou o Teatro Gustavo Leite, em Maceió, e foi noticiada como uma importante contribuição ao cinema e a cultura alagoana em diversos jornais¹¹¹. O documentário foi exibido pela Secretaria de Cultura sob semelhante intenção de despertar a população para conhecer mais a história de Calabar.

Entre as obras utilizadas como referência para as atividades culturais, é importante destacar o filme documentário de Hermano Figueiredo, pois sua narrativa propõe apresentar as diversas versões de acadêmicos e estudiosos sobre o tema, apontando para a conclusão de que não há um fechamento sobre a figura de Calabar, deixando nas entrelinhas que se trata mais de um embate sob os diversos interesses que, de fato, uma ‘atitude patriótica’. As últimas falas do documentário questionam a construção de Calabar como mito, ao longo dos séculos por uma intelectualidade alagoana, como também a própria busca por definir se ele é traidor ou herói. O documentário que ocupa lugar tão importante entre a produção alagoana, apresenta a querela, porém é assistido sempre a partir do prisma da comemoração em relação a figura de Calabar, com vemos as intenções que regem a escolha de apresentar essa produção.

A obra de Lêdo Ivo foi representada nas comemorações dos 200 anos de emancipação política de Alagoas, tanto em Porto Calvo quanto em Maceió. Datada de 1985, com personagens contemporâneos ao período, em formato de epopeia, Ivo vai discutindo questões contemporâneas colocando em diálogo O Turista, O Escrevente, O Alagoano e A Voz, fazendo denúncias sobre os abusos do governo autoritário, sobre as atividades turísticas incentivadas e a permanência das situações de pobreza e risco. Em meio às falas, vai sendo narrada a história de Calabar para O Turista. Trazido sob a égide de mito, Calabar ocupa todo o espaço simbólico “Calabar está// onde não está// [...]// Calabar é todo este ar// da pátria que respiramos.// É a voz que fala escondida// em nosso

¹¹⁰Conforme conversa com o diretor depois da apresentação do filme na pré-abertura da VIII Mostra Sururu de Cinema. Gravação do dia 14 de dezembro de 2017.

¹¹¹Informações obtidas na plataforma online pessoal do diretor. BARBOSA, Regina. **Calabar**. Hermano Figueiredo, 10 de setembro de 2012. Disponível em <<https://hermanofigueiredo.wordpress.com/2012/09/10/calabar/>>, acesso em 06/03/2018.

tempo de mudos.// É o grito que escutamos// em nosso tempo de surdos// Calabar está em tudo” (Uma Voz. IVO, 1985, p. 29 e 30) e o imaginário do Alagoano “Major Calabar// não é do alto sangue// não foi nenhum nobre.// Foi como eu sou hoje.// Foi um bunda-suja,// um homem do povo” (O Alagoano. IVO, 1985, p. 28). Ele está em todos os lugares, está na resistência ao tempo e as suas imposições quer por meio do regime autoritário que vivenciara o autor, quer por meio das interpretações históricas que reforçavam o silenciamento¹¹². Também o assemelha ao alagoano, ao “homem do povo”, aquele que não é parte do espetáculo do turismo, mas que é o único defeito do Nordeste, “como um lugar tão formoso// que parece um paraíso// pode dar gente tão feia// tanta cara esfomeada,// pessoal tão maltrapilho? (O Turista. IVO, 1985, p. 20 e 21).

A obra *Calabar*, de Lêdo Ivo, também configura importante fonte para a construção dessa memória, apontando o personagem, que está fisicamente presente no poema, como um herói mítico, como podemos perceber no trecho em que Uma Voz afirma,

Entre os rios que cortam// Porto Calvo// passa Calabar montado// em seu cavalo branco// que nunca houve outro igual.// Entre Cristos flagelados// da matriz de Porto Calvo// e a pólvora armazenada// nos engenhos fortificados// passa o Major Calabar// vindo de grandes batalhas (IVO, 1985, p. 38 e 39).

Reforçamos assim a compreensão sobre a condição simbólica de nosso personagem no poema de Ivo. O que observamos diante da obra é que ainda que ela se proponha crítica a seu tempo e a venda do nordeste ao turismo, enquanto permanece a mesma estrutura de pobreza e desigualdade, quando lutas históricas perdem seu valor ideal, o seu caráter crítico não é trazido à tona. “O ódio dos homens // termina em turismo // [...]. // Por mais que um homem lute // no eterno combate // entre o bem e o mal // tudo, neste mundo, // termina virando // um cartão-postal” (IVO, 2017, p. 61). A crítica do poeta se monumentalizou em nossa época que, para nossa análise, reflete uma incoerência entre as promoções culturais do Estado e o discurso desses autores, fazendo reinterpretações dessas produções. O que demarca os usos públicos da memória e da história, nos quais se promove uma indústria da memória e das comemorações, percebemos um declínio da

¹¹² “Calabar não mora// na história escrita// de qualquer cartilha// que ensina o menino// a ser mentiroso// desde pequenino.// Que ensina o garoto// a crescer com medo// de abrir a boca. // Que ensina o silêncio// em lugar do grito,// aconselha o recuo// em lugar do avanço,// garante que o covarde// é melhor que o bravo,// [...].// Que, em vez de luta,// ensina a rendição [...]” (IVO, 1985, p. 31).

memória em si (SÁ, 2006, p. 107), em que os interesses políticos, econômicos, turísticos, ou melhor, os diversos interesses do presente é que determinam quais interpretações do passado devem constituir a identidade do povo. O que nos leva também a questionar que tipo de identidade procura ser fundamentada, nesse caso específico de atuação do Governo do Estado, que tipo de ‘alagoanidade’.

Por último, de autoria de Chico Buarque e Ruy Guerra, o musical *Calabar, o elogio da traição* satiriza a noção da perfídia, colocando todos os personagens como passíveis à traição e apresentando Calabar como um tipo de traidor que poderia trazer liberdade.

Um dia este país há de ser independente. Dos holandeses, dos espanhóis, portugueses... Um dia todos os países poderão ser independentes, seja lá do que for. Mas isso requer muito traidor. Muito Calabar. E não basta enforcar, retalhar, picar... Calabar é cobra de vidro. E o povo jura que o cobra de vidro é uma espécie de lagarto que quando se corta em dois, três, mil pedaços, facilmente de refaz (Fala da personagem Bárbara. BUARQUE & GUERRA, 1973, p. 90).

Esta obra foi feita para comunicar aos espectadores do período da década de 1970, em que o Estado agia de forma autoritária e impunha uma noção de ser brasileiro que se conformava diante da situação político-social. Os autores encontraram na história de Calabar a possibilidade de incitar as pessoas a traírem a lógica do Estado autoritário e lutarem pela liberdade. A peça não foi aprovada pelos órgãos de censura, mas, mesmo assim, foi dividida e publicada em formato de livro em 1973, pela editora Civilização Brasileira; e lançado o disco com as músicas que compunham a peça com o título ‘Chico Canta’, em 1974, com produção da PHILIPS. A peça só pode ser representada em 1980, no período de reabertura política¹¹³.

¹¹³Informações retiradas do meu Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal da Paraíba, em 2015. *Uma análise da cultura política e histórica na década de 1970 a partir da peça Calabar, o elogio da traição, de Chico Buarque e Ruy Guerra*. Como também MOREIRA, 2016, p. 107.

Em Porto Calvo, o trabalho com a peça se deu através de organização do artista Sebage¹¹⁴, com a participação da Orquestra Sete de Setembro¹¹⁵. A apresentação aconteceu no dia 22 de julho de 2017, dia de comemoração da morte de Calabar. Com interpretação de algumas músicas e declamação de alguns trechos da peça, puderam alcançar o objetivo de demonstrar a ‘força e a importância de sua própria história’. Intitulada como “Calabar, herói em busca do Brasil”, os envolvidos deixam incontestável sua posição a respeito de nosso personagem. Afirmam, segundo notícia publicada no site da prefeitura do município¹¹⁶, que pretendem seguir em turnê, sob o mesmo título por outros municípios do norte de Alagoas, principalmente. O objetivo de heroicizar a figura de Calabar e elevá-lo a mito definidor da identidade alagoana fica patente nessa tentativa de difusão. Como mostra Fernando Sá:

História, memória e mito são acionados para se definir o quê e quem faz parte de um todo chamado nação. A produção das comemorações serve, assim, para reforçar os mitos e escolher os que melhor funcionam no momento presente, visando a produzir a solidariedade social e viabilizar projetos coletivos futuros (SÁ, 2006: 106).

O trabalho com a memória de Calabar não ficaria apenas nas comemorações em 2017. Segundo a secretária de cultura municipal, os sucessos obtidos com a ‘primeira’ *Semana Calabar* encaminham que, no ano de 2018, será feita mais uma edição do evento. A intenção é que se torne uma atividade anual e a secretária informa a possibilidade de ser feito um julgamento de Calabar, dentro das atividades pensadas para a segunda edição do evento. Entretanto, se a intenção inicial da comemoração era apenas contribuir para despertar o interesse da população em buscar a história de Calabar, com o julgamento, a proposta ganha outra proporção, sendo a de definir essa polêmica secular sobre nosso personagem. O que nos leva a questionar a mudança nas intenções: em 2017 era despertar o conhecimento, em 2018, a proposta é definir e pôr fim à querela sobre sua conduta. A

¹¹⁴Seu nome de nascimento é Jorge Barboza, nascido em Maceió, foi a vida inteira criado em Porto Calvo. Integra o cenário artístico alagoano desde sua juventude, morou um tempo em São Paulo, e tem recommçado algumas atividades na área cultural, nos últimos anos. Mais informações em: HOFFMANN, Bruno. “David Bowie das Alagoas” tira músicas e poesias da gravata para recuperar tempo perdido. Brasil – Almanaque de Cultura Popular, 24 de novembro de 2017. Disponível em <<https://almanaquebrasil.com.br/2017/11/24/david-bowie-de-alagoas-tira-musicas-e-poesias-da-gaveta-para-recuperar-tempo-perdido/>>, acesso em 01/03/2018. E: MARQUES, Dimas. Jorge Barboza – Sebage. Entrevista, Alagoas Musical, 20 de junho de 2017. Disponível em <<https://alagoasmusical.wordpress.com/2017/06/20/jorge-barboza-sebage/>>, acesso em 06/03/2018.

¹¹⁵Orquestra tradicional que sempre toca nos eventos em Porto Calvo, não encontramos mais referências.

¹¹⁶Concerto ‘Calabar, herói em busca do Brasil’ é dia 22, Urupema Comunicação e Jornalismo, Prefeitura de Porto Calvo, 21 de julho de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/concerto-calabar-heroi-em-busca-do-brasil-e-dia-22>>, acesso em 06/03/2018.

justificativa para mudança está na percepção de como a reabilitação de Calabar permitiria o crescimento econômico por meio do turismo cultural para Porto Calvo.

Voltamos aqui às mesmas questões do segundo capítulo. O que antes era atividade privada de um grupo de homens que se empenhavam em tornar a memória e a figura de Calabar conhecida, tornou-se agenda da Secretaria Municipal de Cultura que visa os mesmos interesses. Entretanto, perguntada sobre como a gestão municipal se envolve e busca por isso, a secretária nos informou que, na verdade, ainda não se compreendeu a importância de Porto Calvo como cidade histórica e de Calabar como capazes de trazer desenvolvimento econômico e turismo cultural, o que reforça a compreensão do turismo enquanto capaz de “possibilita[r] a criação de empregos, aumento da renda e melhoria da 'qualidade vida' da população residente” (KASPARY, 2012, p. 14). É importante observar que na construção da memória há também interesses empresariais que se movem por uma mescla de critérios, em que o lucrativo e a moral podem se combinar de maneiras diversas (JELIN, 2015, p. 231 e 232).

Diante dos argumentos trazidos anteriormente, é interessante também notar nessas atividades desenvolvidas durante as celebrações de Calabar, que primeiro, o discurso sobre a história de Calabar, em Porto Calvo, continua sendo feito por pessoas de fora do círculo da produção historiográfica, demarcando uma forte influência da história na sociedade civil e como está a serviço do presente, por essa tentativa em estabelecer uma memória comum sobre uma interpretação do passado que não mantém vínculo natural com o presente. Assim, é maior a preocupação em consolidar o mito, do que em apontar comprovação histórica profissional. Configura-se como um reflexo de nosso tempo, quando o investimento está na comemoração, na manutenção da memória, em guardar tudo, pois tudo é caracterizado sob o título de ‘histórico’. Antes mesmo de ser concluído, como o caso do 11 de setembro apresentado por Hartog (2015) ou do julgamento do mensalão, discutido por Ramalho (2014), os acontecimentos recebem a alcunha de histórico mesmo sem ainda terem sido concretizados.

Em segundo lugar é destacável a presença do prefeito de Maragogi na abertura da semana, que seria relevante para os munícipes de Porto Calvo pois uma de suas antigas demandas é que o fluxo turístico endereçado à cidade litorânea pudesse ser aproveitado pela “terra de Calabar”. Por outro lado, o prefeito de Maragogi poderia durante o evento receber o carisma das autoridades do Estado, inclusive do governador. De qualquer forma,

Maragogi e Porto Calvo podem integrar um mesmo ambiente de turismo histórico e natural.

Em terceiro lugar, a escolha da obra de Chico Buarque e Ruy Guerra, renomados artistas, aponta para a importância da figura de Calabar. O fato de ser sempre questionada sua atitude e de ser tão conhecido na história nacional, é capaz de aguçar o interesse dos ouvintes atenciosos e mostrá-los como participantes, por pertencimento à mesma terra de Calabar, de fatos marcantes do Brasil. Assim, teria sido dado o primeiro passo na busca da reabilitação de Calabar, conforme informações coletadas com a secretária de cultura municipal. O objetivo final seria provar historicamente que Calabar não foi traidor, o que significaria ganhar em turismo cultural. Assim, concluímos que a comemoração, a partir do interesse em consolidar uma versão oficial do mito de Calabar como herói, contribui na construção de uma identidade ou permite que os moradores se identifiquem com essa história e, também, com que ganhem com ela turismo cultural, conforme necessidade do município em encontrar outro meio de subsistência.

Aparentemente não há tantas disputas em torno dos interesses com a memória de Calabar. As associações que são feitas, os benefícios alcançados são vários e os interesses individuais também o são. Muitas nuances, porém, do processo são difíceis de serem apresentadas, pois se trata de um processo que está acontecendo, muitas informações obtidas são apenas verbais. Entretanto, não perdem seu valor histórico, são interpretações possíveis, a partir das fontes que estão disponíveis e das quais tomamos conhecimento.

3.2. Calabar como símbolo da identidade alagoana

Benedict Anderson (2008) mostra que a identidade nacional se configura como uma identidade imaginada. Eric Hobsbawm (2011, p. 233), por sua vez, aponta a formação das nações como constructos do Estado no século XIX, com isso, nos advertindo que são invenções. Pensando a cultura brasileira e a identidade nacional, em 1985, Ortiz (1985, p. 8) nos diz que “toda identidade é uma construção simbólica, o que elimina, portanto, as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido”. Assim, “não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos”. Uma identidade única é resultado de uma definição baseada no poder, na capacidade de submergir identidades concorrentes. Além disso, as identidades não são permanentes, elas estão sendo sempre reformuladas. Por isso as comemorações são importantes, pois

contribuem no processo didático de interpretação da história e contribui nas reformulações da identidade (SÁ, 2006, p. 104 – 105).

No ano de 2017, foi comemorado em Alagoas os 200 anos de sua emancipação política de Pernambuco, sendo a capital Maceió palco de atividades o ano inteiro. Como diz Hartog (2015, p. 156), as grandes comemorações definem um calendário novo a vida pública. Tanto o foi que as atividades aconteceram ao longo do ano e foi feito um site¹¹⁷ para acompanhamento de todas elas. As que trouxeram Calabar como temática foram a *Semana Calabar*, em Porto Calvo, que foi promovida dentro das comemorações do bicentenário; a palestra de Douglas Apratto Tenório¹¹⁸ sobre nosso personagem e sua presença em Alagoas e o lançamento de uma nova edição do livro *Calabar*, de Lêdo Ivo (2017). Ao longo das atividades o termo ‘alagoanidade’ foi sempre afirmado. Diante da enormidade das atividades do ‘bicentenário’, a presença de Calabar, na capital, não foi tão importante quanto em Porto Calvo, onde teve uma semana de evento direcionado a ele. Entretanto, podemos discutir quais as perspectivas sobre ele são trazidas e comemoradas oficialmente na capital e qual a relação disso com o conceito de ‘alagoanidade’ tão presente no discurso comemorativo.

Entramos em contato com o órgão que recebeu a palestra de Douglas Apratto Tenório, programação intitulada ‘Chá de Memória’, porém eles não tinham nenhum arquivo com as discussões ocorridas ali. Todavia, encontramos no Instituto Histórico Alagoano um livro escrito pelo palestrante (TENÓRIO, 2013). O livro, *A presença holandesa – a história da guerra do açúcar vista por Alagoas*, como diz o título, procura apresentar a perspectiva alagoana sobre os fatos conhecidos desse período que marcaram Alagoas, sobre os quais “muitas das informações foram repassadas por meio da tradição oral” (TENÓRIO, 2013, p.17). Além de apresentar os fatos sob esse ponto de vista, os objetivos também versam sobre o incentivo a estudos regionais sobre o tema.

O livro foi financiado pelo SEBRAE/AL e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), que procuram contribuir, assim, no desenvolvimento da pesquisa histórica e estimular o fortalecimento da identidade cultural alagoana (TENÓRIO, 2013, p. 20). É uma produção voltada para Alagoas, no sentido de contribuir

¹¹⁷200 anos Alagoas, 2017. Disponível em <<https://alagoas200.com.br/>>, acesso em 06/03/2018.

¹¹⁸Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, professor licenciado da Universidade Federal de Alagoas, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Alagoano, Paraibano e Baiano. Segundo informações do site do IHGB: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/DATenorio.html>. Acesso em 01 de março de 2018.

para o fortalecimento de sua identidade, como também é uma produção para fora, na pretensão de ser vendida para turistas, feita em um design atrativo, com a reprodução de muitas obras artísticas e roteiros possíveis para conhecer a presença holandesa em Alagoas. No tópico em que apresenta tal presença, o autor afirma a identidade local como “condição *sine qua non* para o progresso das pessoas, de grupos e nações. É a força que mobiliza recursos internos e faz a mudança necessária a uma adaptação criadora. Ela [a identidade local] é a base do desenvolvimento” (TENÓRIO, 2013, p. 60). Observamos quais as expectativas lançadas sobre a identidade, a ponto de torna-la crucial para o desenvolvimento local. Seria uma forma de ‘patrimonialização’ da história ou da identidade¹¹⁹? De toda forma compreendemos como a identidade pode ser arquitetada a partir de mais diversos interesses, nesse caso, uma identidade que promova o desenvolvimento, arraigada na compreensão da própria história, remetida ao passado colonial. Nos questionamos sobre como essa identidade poderia trazer tal condição.

Percebemos que a resposta a essa questão é similar aos interesses em torno dessa história colonial e de Calabar em Porto Calvo, principalmente quando afirma,

o caso da presença flamenga em Alagoas é um caso típico. Atrair pessoas interessadas em conhecer os locais onde se travou a Guerra do Açúcar e, em consequência, os indícios e os restos do período holandês, pode provocar um novo enfoque turístico e a abertura de novas oportunidades, com repercussão na economia. Sabe-se que o turismo constrói um sistema de significados para casos que dão prazer e estimulam a curiosidade do viajante (TENÓRIO, 2013, p. 60).

Assim, compreendidos os interesses com a obra e com essa identidade alagoana é também uma busca em vendê-la. O desenvolvimento vem com a abertura das novas oportunidades e com o enfoque turístico, atraídos pelo interesse em conhecer os vestígios da história alagoana. Como se fixa no cenário colonial (LINDOSO, 2015; CAETANO, 2009), esse empreendimento não consegue simplesmente esquecer o caso de Calabar, a sua querela é fixada na história nacional. Ainda mais, porque a discussão da emancipação política de Alagoas, perpassa a figura, visto que a separação de Pernambuco no período da Insurreição de 1817 levou alguns escritores a julgarem os alagoanos como traidores assim como Calabar teria sido (BUYERS, 2010), também porque, a partir da década de

¹¹⁹ Nosso estudo não propõe a responder esta questão, porém compreendemos como uma interrogação que nos permite pensar mais a respeito dessas atividades e propor novas interpretações sobre elas.

1980 constrói-se, sob o mito fundador da ‘Batalha dos Guararapes’, a ‘pernambucanidade’ (SILVA, 2012).

No livro, Tenório traz um tópico sobre ‘Calabar e Nassau: mitos’, o primeiro, “execrado e exaltado, dividindo opiniões” (TENÓRIO, 2013, p. 143); o segundo, retratado como príncipe exemplar. O questionamento do autor recai sobre a aceitação da continuidade entre a colônia e pátria, o que permite negar as origens e exaltar o colonizador. Assim, Tenório reforça positivamente encontrar na ‘campanha dos Guararapes’ o princípio da nacionalidade, porém questiona, porque ainda se mantém a demonização de Calabar, o mito local. Acredita que não devem transformá-lo em herói por mero ufanismo e com parcialidade, “mas é uma reação natural de quem sente a terra injustiçada, vê sua identidade regional desdenhada, reduzida a nada, como um símbolo do mal a diminuir o valor de sua gente e da sua história” (TENÓRIO, 2013, p. 149). Por fim, coloca em reserva o caso de Calabar, afirmando que há quem defenda e há quem o considere patriota, citando ao fim uma série de autores que questionaram a versão oficial, muitos dos quais comentamos aqui. Assim, percebemos a importância de Calabar enquanto parte da identidade alagoana, visto que sua condição como traidor é capaz de trazer um impacto negativo ao grupo social. Ao mesmo tempo, corrobora com a perspectiva de Calabar como mito local, um símbolo da região, que é parte do sentimento de injustiça e de diminuição do valor do povo. Tal como Calabar não recebe seu devido valor, representa também o povo injustiçado.

Outra presença de nosso personagem na comemoração dos 200 anos de emancipação política de Alagoas foi por meio da edição especial do livro de Lêdo Ivo, *Calabar* (2017), lançado pela Imprensa Oficial Graciliano Ramos. O poema dramático esteve presente na publicação do autor em 1985, pela editora Record, no Rio de Janeiro, junto com mais dois conjuntos de poesias intitulados ‘Lugar de Nascimento’ e ‘Oceano Roubado’. Segundo notícia da Imprensa Oficial, o livro voltou a ser publicado depois de 32 anos fora de catálogo. Consta na obra três artigos, além do texto do poema na íntegra, escritos por Márcio Ferreira da Silva¹²⁰, Leila Miccolis¹²¹ e Alberto Vivar Flores¹²². Nos deteremos nas percepções que esses textos nos trazem sobre Calabar, que serão

¹²⁰Doutor em Literatura, professor da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão.

¹²¹Escritora e pós-doutora em Teoria Literária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autora do livro *Passagem de Calabar – análise do poema dramático de Lêdo Ivo* (2009).

¹²²Professor da Universidade Federal de Alagoas, doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

importantes para compreendermos o imaginário que se reafirma e se comemora ao seu respeito.

Silva, sob o título ‘O Deus-guerrilheiro’, trata a obra de Lêdo Ivo como um encontro de ‘nossas’ vozes, ‘ecos indefinidos de *uma história mal contada*’ (IVO, 2017, p. 13). Silva o caracteriza como ‘um canto de dor, de (in)compreensão e, ao mesmo tempo, da representação histórica alagoana agora contada ficcionalmente’ (IVO, 2017, p. 17). A história de Calabar seria essa representação histórica remetida como símbolo de Alagoas. Miccolis preocupa-se em apresentar a obra em sua estrutura literária; para ela, Ivo apresenta outra leitura sobre Calabar: nem herói, nem traidor, mas sob a condição de mito. Dessa forma, aponta para o imaginário popular: “Calabar é um herói, independente da História considera-lo ou não” (IVO, 2017, p. 97 – 98).

Leila Miccolis reproduz depoimento de Lêdo Ivo no qual destacamos a sua posição em relação à obra e ao personagem que investigamos.

Há na minha poesia uma grande carga de ancestralidade. Sou um poeta geograficamente situado. [...]. Calabar, herói dos alagoanos, é um personagem familiar desde a infância – daí a origem do poema. [...]. O meu poema é ao mesmo tempo poema do passado e um poema do presente. É uma metáfora. Sem a ditadura militar, ele não teria existido. É um poema de perseguição, de morte e de perda. E ao mesmo tempo um poema que busca a imemorialidade” (IVO, 2017, p. 122).

Ressaltamos a importância que é dada ao nosso personagem Calabar, denominado ‘herói dos alagoanos’; além da metáfora para o período da ditadura militar, em que é possível encontrar em sua história a resistência num tempo de ‘surdos-mudos’, sob o prisma de mito, Calabar serve a identificação com *O Alagoano*¹²³. Pensando ainda nas categorias simbólicas, supomos que se o poema encontrasse a alcunha da imemorialidade, possivelmente junto a ele encontraria, também, o nosso personagem nessa condição ‘imemorial’. Assim, percebe-se a ligação de Calabar com a história e o povo de Alagoas a tal ponto de se identificarem com ele e com sua história, como que espelho da própria história alagoana.

Por fim, a contribuição do artigo de Alberto Vivar Flores, está em apresentar ‘Domingos Fernandes Calabar (1600 – 1635) – nem herói nem traidor, mas fundador de povos’, pois que Calabar, por conta da sua condição de mestiço, “representa o processo

¹²³“Pelo que apurei// escutando os doutos// Major Calabar// não é de alto sangue// não foi nenhum nobre.// Foi como eu sou hoje.// Foi um bunda-suja, um homem do povo” (Fala do personagem O Alagoano, IVO, 1985, p. 28)

físico, material e corporal do povo brasileiro” (IVO, 2017, p. 142). Embasado pela afirmação de João Cruz da Costa¹²⁴ (1945, p. 39) que alega a existência do Brasil enquanto uma expressão histórica e social, desde os tempos de Frei Vicente do Salvador. Suas argumentações giram em torno desta compreensão a respeito de Calabar, de que havendo Brasil, sendo Calabar um mestiço, na compreensão da história oficial de que a nação é formada por três raças fundadoras (branca, indígena e negra), diante, possivelmente, da compreensão de que Calabar traía interessado na liberdade ou em oposição ao governo colonial. E, ainda mais, fazendo menção ao caso de Aguirre, também considerado traidor do reino espanhol, no século XVI, informa que “por todas as partes do continente americano começam a haver dissidências entre os mesmos invasores, conquistadores e colonizadores, os quais exigem soberania e liberdade” (IVO, 2017, p. 145). Compreendemos que acentua a proposição de que Calabar fora ‘fundador de povos’. Colocando-o entre os que ‘exigem soberania e liberdade’. Estas proposições permitem que Flores conclua sua formulação de Calabar como um fundador de povos.

As atividades desenvolvidas durante a comemoração dos 200 anos de emancipação de Alagoas nos remetem à obra de Sá (2006) por escrever sobre a relação entre história, memória e mito. Se as comemorações servem para ritualizar a história, as categorias história, memória e mito acionados contribuem na definição do quê e de quem faz parte de um grupo social, em nosso caso, Alagoas. “A produção das comemorações serve, assim, para reforçar os mitos e escolher os que melhor funcionam no momento presente, visando a produzir a solidariedade social e viabilizar projetos coletivos futuros” (SÁ, 2006, p. 106). Assim, o passado é validado no presente e a figura de Calabar continua sendo retomada sob os vieses que procuram estabelecê-lo como mito heroico e símbolo da identidade alagoana. Podemos afirmar isso conforme a notícia de abertura das atividades do ‘bicentenário’ de que as comemorações tratam de ‘algo mais profundo que uma data comemorativa’. Tal como a *Semana Calabar*, em Porto Calvo, destaca-se entre os objetivos da comemoração, do ‘bicentenário’, em Maceió, “estimular o autoconhecimento e o amor próprio da população alagoana. Valorizar a cidadania do ponto de vista cultural, social e histórico. Nosso objetivo é investir na pesquisa, na

¹²⁴Professor de filosofia e história, formado e profissional da Universidade de São Paulo. Mais informações em: Oliveira, Francini Venâncio de. **A trajetória de João Cruz Costa e a formação da filosofia uspiana: algumas considerações sobre o campo intelectual brasileiro nas décadas de 1940 e 1950.** Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, V. 16, n. 2, 2009. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/74595/78199>>, acesso em 06/03/2018.

divulgação e no debate sobre Alagoas”¹²⁵, conforme entrevista dada pelo secretário chefe do gabinete civil Fábio Farias.

Enfim, observamos que a busca por uma identidade alagoana se depara com a figura de Calabar, em muitos momentos comunica através de sua história ou propõe uma identificação entre o alagoano e nosso personagem, tal como vimos. Da mesma forma, encontramos a concepção de ‘alagoanidade’, que procura encontrar esse sentido de ser alagoano desde a colônia. Também nos deparamos com a história sobre o processo de emancipação política do Estado, pois há interpretações pernambucanas que apontam a emancipação de Alagoas como resultante da traição ao movimento da Insurreição Pernambucana (BUYERS, 2010), comparando-a ao nosso personagem. Ao longo de anos, procura-se consolidar a versão alagoana da história, em que a emancipação fez parte de um processo que diferenciava os territórios ao sul de Pernambuco, o qual conformava, desde antes daquele processo, o início de uma cultura alagoana. Sendo assim, a emancipação política possibilitou a criação de um espaço cultural alagoano, “constituindo a materialização da imagem diferencial que se vinha formando numa antecendência de mais de dois séculos” (LINDOSO, 2015: 31 – 33). Na apresentação do site da comemoração, se diz que Alagoas, politicamente, começa em 1817, mas que sua história data de antes, de 1580, quando surgem as primeiras informações sobre o quilombo dos Palmares. Também citam o caso de Calabar como fator diferenciador, pois demonstra a presença de uma percepção e ação diferente da ‘pernambucana’. A concepção trazida sob a noção de ‘alagoanidade’ coloca o surgimento de Alagoas ainda no período colonial, o que nos permite observar a querela sobre Calabar como a representação da própria disputa em torno do discurso sobre a identidade alagoana atual, no sentido de que da mesma forma que não se consolidou uma definição sobre a atitude de Calabar, a identidade alagoana demonstra ainda não ter se consolidado dentro do conceito de ‘alagoanidade’.

Ao mesmo tempo, para Caetano (2009, p. 2801 – 2802) o período de dominação holandesa foi ‘formador’ da identidade alagoana, pois mais uma faceta seria adicionada, a da traição. A mesma também reaparece como marca diante do contexto de 1817, colocando à disposição política desse território alinhada aos interesses portugueses, o que reforçaria a identidade alagoana, a distanciando dos ‘pernambucanos’, à época.

¹²⁵**Governo abre Seminário Alagoanidade, com ênfase nos 200 anos de emancipação.** 01 de fevereiro de 2017. Disponível em <<https://alagoas200.com.br/noticias/historia/2017/2/143-governo-abre-seminario-alagoanidade-com-enfase-nos-200-anos-de-emancipacao>>, acesso em 06/03/2018.

Entretanto, os desafios estavam em estabelecer uma história local e fortalecer uma identidade distanciada de Pernambuco, visto que os laços políticos, econômicos e matrimoniais permaneciam os mesmos (CAETANO, 2009, p. 2804). O que percebemos é que não foi simplesmente a criação de um Instituto Histórico que popularizou essa identidade, mas que tem sido um esforço de séculos até hoje. Acentuamos que essa identidade ainda se encontra em disputa e em formação como demonstra o debate estampado no *Caderno B*, do jornal *Gazeta de Alagoas*, em janeiro de 2017, durante as atividades de comemoração do ‘bicentenário’. Foram publicados uma série de artigos que se contrapunham discutindo o que seria e se existiria essa ‘alagoanidade’¹²⁶. Apresentamos esses pontos para reafirmar como a querela sobre Calabar e o próprio personagem nos aponta a identidade local, e o quanto ela ainda se encontra em disputa. Tomando a figura de Calabar a partir de diferentes visões, dependendo de onde se faz a interpretação a respeito de sua história, entretanto a questão permanece a mesma, o nosso personagem é, em todos os casos, tomado como um símbolo da identidade alagoana.

3.3. Calabar como mito

Visitamos os sites oficiais do Governo do Estado de Alagoas e da Prefeitura Municipal de Porto Calvo para sabermos qual seria a narrativa oficial sobre nosso personagem. No site da Secretaria de Cultura do Governo do Estado, na sessão ‘Políticas e Ações’, há um mapeamento cultural. Nele se insere um conteúdo sobre os alagoanos ilustres, dentre os quais Domingos Fernandes Calabar, com uma biografia que tem como fonte o hiperlink Wikipédia¹²⁷. Nesta biografia são apresentadas as principais questões em relação a Calabar: nascido na capitania de Pernambuco, era alagoano (reafirmando a questão da identidade alagoana desde a colônia); era mulato ou mameluco; era traidor ou patriota, revelando a permanência da querela. São citadas duas obras de referência: Chico

¹²⁶Não nos deteremos nas publicações dos artigos, apenas pontuamos para demonstrar que mesmo aparentando ser uma comemoração e uma memória comum, ela se encontra em disputa e em construção. Seria necessário um trabalho voltado exatamente para a construção da ‘alagoanidade’ que conseguiria se deter melhor nessas questões. Para interesse de leitura, os links são os seguintes: **Alagoanidade?** De 7 de janeiro de 2017: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=299937>; **Alagoanidade: Por que não?**, de 7 de janeiro de 2017: http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas_old/acervo.php?c=299936; **Ainda em busca da identidade**, 14 de janeiro de 2017: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=300312>; **Manifesto da Pós-Alagoanidade**, de 14 de janeiro de 2017: http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas_old/acervo.php?c=300310; **‘Nosso suíngue está no caldo do Sururu’**, 14 de janeiro de 2017: http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas_old/acervo.php?c=300311.

¹²⁷CAMPOS, Júlio. **Calabar**. Secretaria de Estado da Cultura. Disponível em <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/mapeamento-cultural/alagoanos-ilustres/calabar>>, acesso em 23/02/2018.

Buarque e Ruy Guerra (1973), sobre a qual discorremos anteriormente, e Romeu de Avelar (1ª ed. 1938; 2º ed. 1973).

Essas duas obras são importantes pela repercussão que têm. A segunda obra, de Romeu de Avelar, não teve a mesma repercussão que a de Buarque e Guerra (1973). Teve sua primeira edição publicada ainda dentro daquele contexto das discussões sob novas fontes a respeito de Calabar, na década de 1930, no Rio de Janeiro, e apresenta uma perspectiva positiva sobre o nosso personagem. Foi reeditada em 1973, pelo Departamento de Ciência e Cultura, da Secretaria de Educação de Alagoas, quando o autor reafirmou sua tese central, mostrando a importância do tempo para dar consistência e ‘realidade objetiva’ ao trabalho. A tese é a de que “Calabar não foi um traidor, mas sim um brasileiro altivo e consciencioso que não se deixou avassalar” (AVELAR, 1973, s/p.). Em 2005, a obra foi transformada em história em quadrinhos pelos desenhos de Ruben Wanderley Filho, o que permite que se torne atrativa a maior número de leitores.

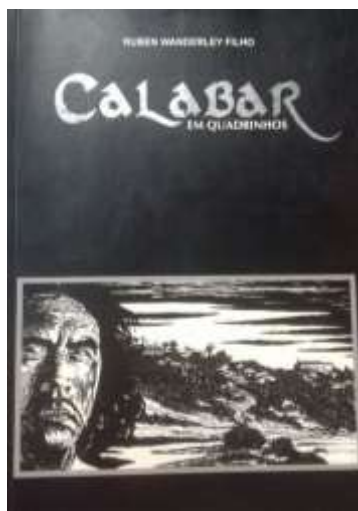


Imagem 12 - Capa do livro 'Calabar em quadrinhos', de Ruben Wanderley Filho, 2005. Acervo pessoal, 08 de fevereiro de 2018.

A produção de Romeu de Avelar, a qual o autor qualifica de ‘interpretação romanceada’¹²⁸, assinala a leitura dos cronistas portugueses sobre o período e fundamenta sua escrita nas fontes correntes da década de 1930 – discutidas no primeiro capítulo. É um reforço no sentido do discurso pró reabilitação de Calabar estabelecido naquele período, apesar de Avelar afirmar que é um apaixonado pela história, literatura e gente lusitana. Junto com *Calabar, o elogio da traição*, a obra de Avelar é parte da narrativa

¹²⁸É uma autodenominação do autor que afirma que se trata de um trabalho ‘rigorosamente histórico’ e que o texto sofrera apenas alguns reparos (AVELAR, 1973, s/p.).

constituidora da memória sobre nosso personagem em Alagoas. Observemos que ambas são mencionadas, como obras de referência, no âmbito oficial sobre os alagoanos ilustres no site da Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas.

Dentro do mapeamento cultural há mais uma referência ao nosso personagem: o documentário de Hermano Figueiredo (2007, 50 min.), também anteriormente apresentado. Atestamos a importância do documentário, pois durante a comemoração foi apresentado duas vezes. A primeira em outubro, durante as atividades da 8ª Bienal do Livro de Alagoas, através do Fórum *Reinventando Alagoas Mostra Sururu – Uma retrospectiva nos 200 anos de Alagoas*¹²⁹, em que foi apresentado junto a mais dois filmes que teriam uma temática alagoana¹³⁰. A segunda apresentação foi no cinema Arte Pajuçara, durante a VIII Mostra Sururu de Cinema, de 14 a 17 de dezembro de 2017, em comemoração aos 10 anos de lançamento do filme documentário, tendo também um momento de diálogo com o diretor na pré-abertura do evento¹³¹. A imagem abaixo é o primeiro cartaz de divulgação do filme-documentário, em 2007, onde fica notório o apoio de Instituições que produzem e consolidam memórias, afirmando a importância dessa obra para o cenário áudio visual alagoano.

¹²⁹Informação obtida em: **Fórum ‘Reinventando Alagoas, reinventando cidades’ traz programação de cinema para Bienal**. 8ª Bienal do Livro de Alagoas, 05 de outubro de 2017. Disponível em <<http://bienaldolivroal.com.br/forum-reinventando-alagoas-reinventando-cidades-traz-programacao-de-cinema-para-bienal/>>, acesso em 06/03/2018.

¹³⁰Os filmes são: *História narrada: entre céus* (2014, 12 min), Alice Jardim e *História Brasileira da Infância* (2005, 55 min.), Werner Salles. O primeiro, “um curta-metragem do grupo de pesquisa Estudos da Paisagem, com direção e fotografia de Alice Jardim. Uma realização do grupo de pesquisa Estudos da Paisagem, Laboratório de Criação Tabaê e Filmes Atroá, com apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos, FAPAL/CNPq e Capes” (Disponível em: <<https://www.alicejardim.com/entreceus>>, acesso em 23/02/2018). A narrativa é de pinturas do período holandês dialogando com os mesmos espaços na atualidade e leituras de relatos holandeses do século XVII sobre o território e trechos do livro *O olhar holandês e o Novo Mundo* (2011). O segundo, filme premiado pelo DOCTV II (2005), narra sobre a história do Frei Sardinha. No mesmo ano, outro filme *Cadê, Calabar?* (2005, 12 min 41 s), direção de Joaquim Alves de Oliveira Neto, foi selecionado pelo projeto Revelando Brasis, conforme **Tag ‘Werner Salles’**. Disponível em <<https://doctval.wordpress.com/tag/werner-salles/>>, acesso em 06/03/2018.

¹³¹Notícia sobre o evento: **BASTOS, Larissa. Época de Sururu**. Caderno B, Gazeta de Alagoas, Maceió, 12 de dezembro de 2017. Disponível em <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=316525>>, acesso em 23/02/2018. Também é possível conferir no site do evento **VIII Mostra Sururu de Cinema Alagoano**. Disponível em <<http://mostrasururu.com.br/>>, acesso em 23/02/2018.



Imagem 13 - Cartaz de divulgação do documentário, em 2007. Acervo do blog do diretor, acesso em: <https://hermanofigueiredo.wordpress.com/2012/09/10/calabar/>, em 23 de fevereiro de 2018.

Em seguida, fomos ao site da Prefeitura do Município de Porto Calvo, a fim de notar qual a fala ‘oficial’ sobre Calabar. Ali afirmam, no histórico sobre a cidade, haver ‘pelo menos uma figura de destaque’, Calabar, consideram-no traidor da pátria, mas afirmam que alguns historiadores o qualificam como um herói, sob a justificativa que ele entendia “os holandeses [como] os mais indicados para desenvolverem o Brasil que vivia miseravelmente sob o jugo de espanhóis e portugueses”¹³². Aqui também aparecem questões tratadas anteriormente, pois a justificativa da deserção se encontra sob a fala desses ‘alguns historiadores’, conclusão que norteia a produção da memória sobre Calabar na cidade.

A querela sobre nosso personagem em Alagoas revela bastante da sua condição simbólica. A pergunta refeita tantas e tantas vezes: a quem traiu Calabar? Obtém as mais diversas respostas, através de fontes, de discursos infundados ou não, sob os mais diversos interesses que só fundamentaram o seu lugar como mito. Não diferente de como se consolidou a memória de sua traição na ‘história oficial’ (RIBEIRO, 2014). Entretanto, permanece a discussão sobre sua atitude sem resposta ou sem definição dentro do senso

¹³² **Conheça Porto Calvo.** Prefeitura de Porto Calvo. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/conheca-porto-calvo>>, acesso em 06/03/2018.

comum, campo aberto para as memórias; Calabar não fica no esquecimento, por todos os fatores antes apresentados. Falar sobre Calabar é falar sobre uma categoria simbólica, é falar sobre mito e, como vimos, tem sido símbolo ligado a Alagoas e todas as derivações dela advindas (alagoano, alagoanidade).

As observações sobre Calabar enquanto mito nos remetem a Tiradentes, um mito produzido para a República que acabava de ser proclamada. Carvalho (1990) analisa a construção do imaginário republicano e os mitos que são ali estabelecidos. Através de sua análise conseguimos também observar questões análogas entre os mitos de Tiradentes e Calabar. Segundo Carvalho, na construção do imaginário social não é preciso, necessariamente, mostrar a verdade, mas é fazer com que o povo se identifique (1990, p. 11). As comemorações contribuem nesse processo, pois rememoram uma série de acontecimentos tornando-os presentes, interpretando-os a partir do presente. Carvalho fala sobre a criação de um ‘mito de origem’ que dará sentido e legitimidade à situação vencedora, estabelecido através de uma versão dos fatos, real ou imaginada (CARVALHO, 1990, p. 13 – 14). O que podemos verificar sobre Calabar é parte da história inicial de Porto Calvo, também parte das origens ou característica do início da identidade do estado. Está presente como acontecimento na história de Alagoas e permanece como símbolo dentro dos embates na produção da narrativa e identidade alagoana. Todo esse processo é intencional (FINLEY, 1989, p. 21), pois nenhum mito se estabelece naturalmente, conforme de Barthes (1972).

É certo que Tiradentes é um mito consolidado e que foi criado para contribuir no estabelecimento de um regime político na mentalidade do povo. Nesse sentido, difere de Calabar, que é um mito em sua controvérsia, visto que as categorias de herói e traidor contém os mesmos elementos (GIRARDET, 1987, p. 17). Assim, por exemplo, uma condição análoga entre ambos está na produção de uma imagem, nenhum dos dois possuía retrato. No caso de Tiradentes, as pinturas feitas faziam referência a Jesus em seu martírio (CARVALHO, 1990, p. 65). No caso de Calabar, as imagens são principalmente de sua execução (José Wasth Rodrigues¹³³), como as produzidas por conta do documentário Calabar (Hermano Figueiredo). A imagem do martírio foi produzida para um livro geral de História do Brasil, traz apenas a representação da acusação de nosso personagem. Por

¹³³J. Wasth Rodrigues foi um pintor paulista que viveu entre os fins do século XIX e início do XX, autor de inúmeros quadros cívicos e religiosos. A pintura de Calabar por ele feita pode ser encontrada no livro *História do Brasil* (1963, p. 598), elaborado por Pedro Calmon.

sua vez as imagens reproduzidas em um cartaz do documentário *Calabar* (2007), procura trazer a reflexão do enredo, que é o de diversas versões a respeito de Calabar, sendo também diversos os rostos de nosso personagem. Ninguém sabe ao certo qual a sua imagem real, apenas podendo ser especulado a respeito, o que Hermano Figueiredo propõe a fazer.



Imagem 14 - Pintura de J. Wasth Rodrigues, reproduzida no livro História do Brasil (1963, p. 598), de Pedro Calmon.

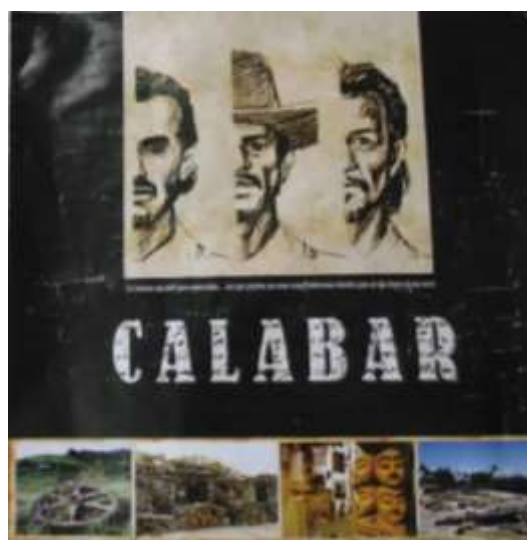


Imagem 15 - Cartaz de divulgação do documentário, exposto no Espaço Cultural Guedes de Miranda. Acervo Pessoal. Fotografia.

Um dos marcos importantes quanto a construção do mito de Tiradentes foi a obra publicada por Joaquim Noberto de Souza Silva (1873), onde apresenta uma série de documentos desconhecidos sobre o acontecimento. Foi uma obra que se tornou

obrigatória. Sobre o nosso caso, também vimos surgir em um contexto específico, uma série de documentos que comprovariam a condição de herói de Calabar, e dentre esses, aquele que se tornou parte do discurso para sua reabilitação que foi a ‘Carta de Calabar’. Por fim, como conclui Carvalho (1990, p. 67) um dos principais motivos para a vitória de Tiradentes em se tornar mito da República foi a sua localização geográfica e não ter participado de nenhuma batalha.

Tiradentes era o herói de uma área que, a partir da metade do século XIX, já podia ser considerada o centro político do país – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, as três capitânicas que ele buscou, num primeiro momento, tornar independentes. [...]. Se é verdade que a Inconfidência tinha em vista a libertação de apenas três capitânicas, isso não se devia a qualquer ideia separatista, mas a um cálculo tático. Libertadas as três, as outras seguiriam com maior facilidade. [...]. Talvez esteja aí um dos principais segredos do êxito de Tiradentes. O fato de não ter a conjuração passado à ação concreta poupou-lhe ter derramado sangue, ter exercido violência contra outras pessoas, ter criado inimigos. [...]. Ele foi a vítima de um sonho, de um ideal [...] (CARVALHO, 1990, p. 67 – 68)

Contexto completamente distinto do nosso personagem, que nasce envolto em uma batalha e na capitania, à época, das mais importantes, mas que nos séculos seguintes perde essa condição. Entretanto, o processo de consolidação de sua história se dá, como vimos anteriormente, na produção de uma história de continuidade. E apresenta distintas interpretações, ao passo do tempo, na intenção de consolidá-lo como mito de uma ‘nacionalidade brasileira’ e, mais atualmente, de uma ‘alagoanidade’. Diante desses aspectos, nos propomos a investigar mais profundamente a condição de Calabar enquanto mito.

Girardet (1987: 14) apresenta três dimensões do mito político: “a fabulação ou deformação do real; a explicativa, fornecendo chaves para compreender o presente; e a de dinamismo profético, ser capaz de mobilizar”. Conseguimos perceber em Calabar as três dimensões. A primeira, por meio da narrativa de sua memória capaz de apresentar informações e acontecimentos sob uma interpretação ou fontes sobre as quais não podem ser confirmadas a veracidade, como a ‘Carta de Calabar’, e a sabor dos mais diversos interesses, também por meio das obras literárias que vão sendo feitas sobre ele. A segunda, complementa a primeira, pois entendemos que a retomada da história de Calabar, nos mais diversos contextos, é sempre feita do presente e para o presente. As comemorações são também um reflexo disso, a busca pelo turismo cultural. Porém, mais que isso, nos permitindo olhar criticamente para as elaborações a respeito de Calabar e analisando os interesses que permeiam essas interpretações ou compreensões do presente.

Por fim, seu dinamismo profético é possível observar a tentativa em, por meio das obras literárias, instigar os leitores a se inspirarem em Calabar, entretanto, essa identificação do personagem como afamado, heroico e patriótico é mais uma elaboração, uma fabulação do real, do que uma figura que mobilize grupos sociais. Entretanto, Girardet nos adverte que é difícil enquadrar o mito em categorias objetivas. Advertência parecida com a de Barthes (1972, p. 131), quando nos diz que “o mito tem limites formais, mas não substanciais”. Como, então, definimos Calabar como mito?

Sabemos que o mito não surge da ‘natureza das coisas’ (BARTHES, 1972, p. 132), que toda a lembrança é selecionada pelos interesses (FINLEY, 1989, p. 21) e que se constitui como uma fala, comunica por meio de algum objeto, porém se apresenta por meio de novas formas (BARTHES, 1972, P. 131 – 132). A conclusão que obtivemos é que nesse contexto histórico, Calabar é um mito, é fala que reflete a própria identidade alagoana. Não há como falar sobre ele, sem se referir indiretamente a concepção de Alagoas e a identificação com ela. O que significa é a figura ausente, e não o homem Calabar, por isso se torna muito assertiva a poesia de Ivo (1985, p. 29) ao dizer que ‘Calabar está onde não está’. Todas as narrativas que analisamos aqui que se remetem ao nosso personagem, tanto histórica quanto literária, estão baseadas na sua condição simbólica: ou traidor ou herói, atemporal. Calabar é assim uma ‘presença ausente’ sobre a qual se narra.

A relação entre história e mito é pensada por Finley (1989, p. 7), que coloca como diferença fundamental entre ambos o tempo. Ambos trazem narrativa e fatos históricos, mas enquanto a história está completamente arraigada no tempo e no contexto, o mito é atemporal. A figura e a memória de Calabar consegue ser retomada nos mais diversos contextos, a serviço do presente, mas sempre investida dessa condição atemporal, Calabar está sempre vivo na memória. Matos (1995, p. 84) afirma que “a figura do herói tece uma tradição”, se pensarmos que as tradições também são invenções, nos perguntaríamos sobre o que se tece essa tradição. O que se propõe com essas retomadas, na contemporaneidade, sobre a figura de Calabar, diante do que vimos? O que essa figura nos permite perceber sobre o que está sendo proposto hoje? Na poesia de Ivo (1985: 28), *O Alagoano* pode se identificar com Calabar, por ser ele também um ‘bunda-suja’. Em Buarque e Guerra (1973), a identificação sugere que para libertar o Brasil é preciso “muito Calabar”, ou seja, imitar suas ações. E em 2017, qual a identificação possível?

Verificamos que neste ano, período pós Golpe de 2016¹³⁴, foi elaborado um artigo¹³⁵ pelo Deputado Federal Carlos Zarattini¹³⁶, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, divulgado no site do partido que compara Michel Temer, atual presidente da República, a Calabar. Questiona, assim, qual dos dois haveria sido o maior traidor do Brasil. Em movimento contrário ao que aconteceu na ditadura militar, quando as esquerdas se utilizaram de Calabar como figura simbólica na luta contra o regime autoritário. Ao passo que notamos na celebração dos 200 anos de emancipação de Alagoas a retomada de nosso personagem sem ser pelo viés crítico, apresentando-o em conformidade com os interesses do governo, que é quem propõe e articula as comemorações.

Supomos que a discussão sobre a traição ou não, é parte imanente do mito Calabar, talvez revelando uma série de disputas sobre a identidade alagoana, mas não só. A figura de Calabar é sempre retomada em momentos de crise de nossa história (início do período republicano, década de 1930, período da ditadura militar, crise política recente), o que permite pensar que a eterna discussão sobre ser ou não traidor revela muito mais as disputas de poder internas aos lugares em que Calabar é rememorado, como as disputas sobre a herança colonial nos Institutos Históricos, a herança historiográfica historicista no modernismo, a identidade brasileira nos anos 1930... Propomos Calabar como mito, nesse sentido, pois nos permite compreender muito mais sobre os contextos e crises em que é retomado, do que sobre si mesmo, enquanto ser humano.

Mais uma característica sobre a condição mítica de Calabar está na ‘leitura imaginária’ que o mito permite. “Graças a ela [a leitura imaginária], o obscuro caos dos acontecimentos reencontra-se submetido à visão de uma ordem imanente. O desconhecido ameaçador de um universo social fendido pode ser novamente subjugado e dominado. Sobre o resto das crenças mortas, novas certezas se edificam” (GIRARDET, 1987, p. 182 – 183). Assim, a atitude de Calabar, que antes habitava na escuridão, pode ser lida por meio de uma visão de ‘ordem imanente’, que seria capaz de naturalizar a sua

¹³⁴ Pelo acompanhamento de todo processo, a partir da análise histórica, é possível compreender o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff como resultado de uma série de pressões e interesses políticos conjugados a um ‘anti-petismo’ que caracterizam um golpe de Estado, sob a figuração de atitudes constitucionais, mesmo que não houvesse real comprovação das motivações do impeachment (BATISTA; BERNADON, 2016; JINKINGS, 2016).

¹³⁵ ZARATTINI, Carlos. **Qual o maior traidor do Brasil: Temer ou Calabar?** Partido dos Trabalhadores, 14 de novembro de 2017. Disponível em <<http://www.pt.org.br/zarattini-qual-o-maior-traidor-do-brasil-temer-ou-calabar/>>, acesso em 01/03/2018.

¹³⁶ Economista formado pela Universidade de São Paulo, está filiado ao PT desde 1987 e, em dezembro de 2016, foi eleito líder do mesmo partido na Câmara dos Vereadores, conforme **Carlos Zarattini**. Partido dos Trabalhadores, disponível em <<http://www.pt.org.br/carlos-zarattini>>, acesso em 28/04/2018.

atitude e as leituras que se fazem dela, podendo perpetuar a sua imagem como traidor ou transformá-la em heroica. A preocupação em fazê-lo não dialoga com a proposta historiográfica atual, a nosso ver, mas com os interesses em torno da memória, do patrimônio, das comemorações, da identidade que se pretende consolidar. O nosso trabalho histórico foi o de analisar e apresentar interpretações sobre o passado, esse que não conseguimos acessar definitivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa que concluímos aqui acompanhou toda uma história da memória sobre Calabar em Alagoas. Começada no fim do século XIX, lá no Instituto Histórico Alagoano, percebemos os embates que se travavam sobre sua figura. Acompanhamos a polêmica diante do pedido da ‘colônia alagoana’ residente no Rio de Janeiro e seu desfecho narrado anos depois por Leite e Oiticica. Vimos desde então, o esforço em continuar trazendo a temática para os artigos da *Revista* do Instituto Histórico, na intenção de dar um fechamento a questão, até que Craveiro Costa (1928) colocou essa disputa diante do que chamou de história moderna. À luz dessa abordagem apresentou novas fontes, todas apontadas por Cintra (1924/1933), e foi consolidando um discurso que frutifica anos depois com o projeto de reabilitação de Calabar ao panteão de heróis nacionais.

O Calabar apresentado, pelos apoiadores de sua reabilitação, era ‘valente mameluco’, senhor de engenho e seguia em busca da liberdade. Era o tipo ideal, um mito que falaria diretamente aos grupos intelectuais da época. Possuía todos os critérios para

sair da condição de traidor e ocupar um cargo de herói nacional: um natural da terra, senhor de engenho e intelectualizado. Um símbolo interessante para a Alagoas que estava sendo construída, num momento em que as oligarquias ainda chefiavam sobre o Estado, e os grupos intelectuais estavam, quase, completamente envolvidos na política. Não era ao povo que serviria o mito Calabar.

A pergunta era sempre a mesma: a quem traiu Calabar, se não existia nação ainda? A resposta que abrandou muitos corações veio com a ‘Carta de Calabar’, que fundamentou os discursos, desde que foi trazida à tona. Embora essa fonte apresente um discurso muito difícil de ser encontrado no contexto do século XVII, ele passou a ser categoricamente afirmado por aqueles que buscavam a reabilitação de Calabar, traduzido pelas mãos de um certo homem, Dr. Wallitz, completamente desconhecido. Entretanto, a memória não necessita de comprovação histórica, ela se consolida à medida que é selecionada por diversos interesses em jogo (POLLACK, 1992) à medida que as pessoas vão se identificando com sua narrativa. Identificados os intelectuais – chamamos de intelectuais aqueles que escreviam essa história, o fizeram relatando e se apropriando dessa ‘fonte’: Cintra (1923; 1933), Craveiro Costa (1928; 1983), Jayme de Altavilla (1933), Romeu de Avelar (1973) ...

Sáímos de um momento de crise e mudança, na década de 1930, e chegamos a outro, na década de 1970: comemoração do sesquicentenário da independência, Atos Institucionais, governo autoritário, ‘Milagre Brasileiro’, ‘Brasil: ame-o ou deixe-o’, comemoração do centenário do Instituto Histórico Alagoano e da sua *Revista*. É reaberta a questão sobre Calabar: Moacyr Sant’Anna, em edição comemorativa *Revista* do Instituto Histórico Alagoano, revisa o que fora escrito sobre Calabar, retoma a polêmica. A partir de 1972 vão surgindo mais publicações, agora no campo literário, sobre nosso personagem (BUARQUE & GUERRA, 1973; IVO, 1985). E fora do campo histórico, o mito não aparenta ser um problema. Buarque e Guerra (1973) se apropriam da história e comunicam o que desejam. Ivo (1985), por sua vez, através de um gênero poético que narra histórias, questiona a própria história. Na literatura, Calabar seria a fala contra o sistema, o símbolo daquele que não se deixa submeter. Diante de um contexto de repressão, o mito Calabar é inspirador daqueles que lutam contra um governo autoritário.

Chegamos a Porto Calvo, que se auto intitula ‘terra de Calabar’. Mas o que era essa terra onde nascera esse mito? Era quase toda a região norte de Alagoas, aquilo que Lindoso (2000) chamou de ‘Alagoas boreal’, parte da capitania de Pernambuco. Assim,

poderia tomar partido de seu nome qualquer dos municípios que antes fizeram parte de Porto Calvo. A força da identificação como ‘berço’ de Calabar parece estar, todavia, no município que permanece com o nome mais antigo, desde que vai sendo destituído do seu território inicial. Ali, uma série de ações vêm sendo desenvolvidas, desde a década de 1990, em torno da memória de Calabar, envolvendo, atualmente a Secretaria de Cultura e Educação, a partir das ações iniciais dos ‘empreendedores da memória’.

O que tanto nos aguçou as ideias foi qual o interesse em acessar uma história tão distante no presente. Percebemos que era um interesse histórico, era também um interesse econômico, estabelecer na cidade a identificação com essa história, atrair visitantes interessados em conhecer a história do lugar. Para tanto, o mito de Calabar enquadrado na categoria da fabulação ou deformação do real de Girardet (1987, p. 182), ainda que não apresentando fatos comprovados, permite aos de dentro, a identificação, por meio de ações educativas, de estabelecimentos com o nome de ‘Calabar’, ações que conscientizem a população a valorizar e compreender sua história e, aos de fora, os atrativos históricos e culturais. Porém, esta história diz mais sobre o período holandês do que sobre as reais necessidades do povo hoje. E todo trabalho de elaboração da memória: os monumentos, espaços de cultura, festividades, comemorações, são justificados pela compreensão de que a cidade muito ganharia com a figura de Calabar reabilitada, a partir da noção de que o turismo é capaz de trazer o desenvolvimento que Porto Calvo precisa. Entretanto, como vimos, turismo cultural nem sempre é sinônimo de crescimento econômico sustentável.

Para além do interesse turístico, na identidade local nosso personagem é um ‘porto-calvense’ digno de mérito, não foi traidor, foi um idealista, alguém que não se submetera ao jugo dos luso-espanhóis. Para o cidadão porto-calvense atual, em um município que vive ainda das usinas, da agricultura, tão próximo a Maragogi, um dos principais centros de turismo de Alagoas, se identificar com figura tão importante é capaz de trazer alguma espécie de valor simbólico. Mas este valor tem sido compreendido apenas pelas gerações mais recentes, que tem tido oportunidade de estudar sua história na escola e pelas medidas educacionais, de 2010 para cá.

Calabar comunica também ao turista, que passa pela BR-101 em direção a Maragogi, e pode se surpreender com a riqueza da história nacional, ali, em uma cidade no interior de Alagoas. A história de Calabar simboliza a possibilidade de enriquecimento, a condição de tornar Porto Calvo também uma ‘cidade polo’, como repetiram várias vezes os entrevistados. A maneira como falam sobre o turismo, entre

silêncios e olhares contemplativos, é de quem acredita que o mito Calabar trará muitos avanços a Porto Calvo, tal como acreditam que ele desejava para o Brasil. Assim, a narrativa histórica e a rememoração estão a serviço do presente.

Acompanhar a trajetória da história da memória sobre Calabar nos permitiu conclusões que são feitas dentro do mesmo tempo em que essa memória está sendo construída. As disputas por meio do mito Calabar permanecem no presente, e ele reaparece nas comemorações do bicentenário de emancipação de Alagoas, em diferentes formas. Assim, apontamos que falar sobre nosso personagem é falar sobre identidade alagoana. Há diferentes discursos sobre ele que permeiam o imaginário alagoano. Apontamos aqui mais uma definição do mito por Girardet (1982, p. 182), a de chave para compreensão do presente. Calabar aparece como mito dentro das disputas em torno da fundamentação dessa identidade, como símbolo, característica do ser alagoano, para uns, principalmente dentro do discurso da ‘alagoanidade’; como debate em aberto, para outros; ainda como traidor ou como um simples ser humano do seu tempo. A questão é que Calabar é um mito que vai descortinando para nós as pressões e ‘fraturas’ da identidade alagoana; ele nos aponta o presente, onde a identidade ainda está sendo forjada, onde ainda está tentando superar a necessidade sempiterna de comparar-se a Pernambuco, onde da mesma forma que ainda se busca reabilitar Calabar, ainda se busca de fato uma emancipação cultural, política... E como vimos, o mito aparece em momentos de crise da própria história nacional.

A história da memória de Calabar ainda está sendo vivenciada, construída e não há previsão de encerramento. O mito Calabar nos comunica sobre a identidade que ainda está em disputa, tanto quanto o juízo sobre sua atitude. Há um campo vasto de pesquisa sobre essa construção da identidade, o que não conseguiríamos mesmo fazer aqui. Não nos cabe julgar esse processo, apenas apresentá-lo, perceber suas nuances, apontá-lo. Por fim, ‘Calabar está onde não está’, nada mais simbólico, o personagem que acompanhamos é muito distinto do homem Domingos Fernandes Calabar, que ‘Deus o tenha’, acompanhamos o símbolo que foi capaz de nos comunicar sobre os diferentes contextos e embates na história de Alagoas e, também, sobre as mudanças no tempo. Visto que a história é a ciência que estuda os homens no tempo (BLOCH, 1997, p. 55).

REFERÊNCIAS

1. Fontes Primárias:

1.1. Documentos:

Cópia da Carta de Calabar. Documento nº 01275, caixa 17, pacote 02, documento 18. Sem data. IHGAL.

Recortes de jornais de 1897. Documento nº 02130, caixa 25, pacote 2, documento 15. IHGAL.

Carta de Moacir Medeiros de Sant'Ana ao presidente do Instituto Histórico. Documento nº 02538, caixa 33, pacote 01, documento 37.

1.2. Artigos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano:

BRANDÃO, Francisco Henrique Moreno. **Calabar.** Volume XVII, 1933/1934.

COSTA, João Craveiro. **Calabar perante a história moderna.** Volume XIII, 1928.

GALVÃO, Eusébio de Arroxelas. **Últimos Dias de Calabar.** Volume VI, nº 1, Jan/Mar, 1915.

OITICICA, Francisco de Paula Leite e. **Calabar.** Volume V, nº 1, dezembro de 1913, 1914.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Calabar.** Volume XXX, 1973.

1.2. Artigos de Jornal e Material Online:

200 anos Alagoas, 2017. Disponível em <<https://alagoas200.com.br/>>, acesso em 06/03/2018.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Batalha em seu contexto histórico**, Jornal do Commercio de Pernambuco, Recife: 1998. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/JC/1998/2004/el2004c.htm>>, acesso em 20/02/2018.

ARRUDA, Renata. **Secretário Ênio Lins resgata processo histórico de Alagoas durante Seminário.** Agência Alagoas, 28 de setembro de 2017. Disponível em <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/20031-secretario-enio-lins-resgata-processo-historico-de-alagoas-durante-seminario>>, acesso em 06/03/2018.

BARBOSA, Luciano. **Ênio Lins é confirmado primeiro secretário da gestão Renan Filho.** Alagoas 24 horas, Maceió, 24 de novembro de 2014. Disponível em <<http://www.alagoas24horas.com.br/379799/enio-lins-e-confirmado-1o-secretario-da-gestao-renan-filho/>>, acesso em 01/03/2018.

BARBOSA, Regina. **Calabar.** Hermano Figueiredo, 10 de setembro de 2012. Disponível em <<https://hermanofigueiredo.wordpress.com/2012/09/10/calabar/>>, acesso em 06/03/2018.

BASTOS, Larissa. **Ainda em busca da identidade.** Caderno B, Gazeta de Alagoas, Maceió, 14 de janeiro de 2017. Disponível em <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=300312>>, acesso em 01/03/2018.

_____. **Alagoanidade?** Caderno B, Gazeta das Alagoas, Maceió, 7 de janeiro de 2017. Disponível em <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=299937>>, acesso em 01/03/2018.

_____. **Alagoanidade: Por que não?** Caderno B, Gazeta das Alagoas, Maceió, 7 de janeiro de 2017. Disponível em <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas_old/acervo.php?c=299936>, acesso em 01/03/2018.

_____. **‘Nosso suingue está no caldo do Sururu’.** Caderno B, Gazeta de Alagoas, Maceió, 14 de janeiro de 2017. Disponível em <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas_old/acervo.php?c=300311>, acesso em 01/03/2018.

Batalha dos Guararapes – 350 anos. Jornal do Commercio de Pernambuco, Recife, 20 de abril de 1998. Especiais. Disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/_1998/2004/especial.htm>, acesso em 12/02/2018.

BRANDÃO, Tatianne. **Alagoas conta com mais de 500 sítios arqueológicos espalhados de Norte a Sul.** Gazeta Web, 04 de março de 2018, atualizada em 05 de março de 2018. Disponível em <<http://gazetaweb.globo.com/portal/especial.php?c=50214>>, acesso em 04/05/2018. Republicada em 04 de março de 2018, disponível em: <https://www3.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=33588%3Afortim-bass-em-porto-calvo-uma-das-descobertas-mais-recentes-no-estado-e-considerado-o-mais-intacto-do-pais&catid=301%3Agazetaweb&Itemid=1>, acesso em 04/05/2018.

Biografia – Douglas Apratto Tenório. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/DATenorio.html>>, acesso em 06/03/2018.

Biografia – Robert Southey. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/Rsouthey.html>>, acesso em 06/03/2018.

Biografia – Viriato Correa. Disponível em <<http://www.academia.org.br/academicos/viriato-correia/biografia>>, acesso em 06/03/2018.

Calabar – ficha técnica. Disponível em <http://ideario.org.br/wp/?page_id=1483>, acesso em 06/03/2018.

CAMPOS, Júlio. **Calabar.** Secretaria de Estado da Cultura. Disponível em <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoess/mapeamento-cultural/alagoanos-ilustres/calabar>>, acesso em 23/02/2018.

Carlos Zarattini. Partido dos Trabalhadores, disponível em <<http://www.pt.org.br/carlos-zarattini>>, acesso em 28/04/2018.

CARVALHO, Severino. **“Na Rota dos 200 anos” em Porto Calvo resgata as origens de Alagoas.** Diário Oficial, Maceió, 05 de outubro de 2017, ano 105, nº 190. Disponível em <http://www.imprensaoficialal.com.br/wp-content/uploads/2017/10/DOEAL-05_10_2017-EXEC.pdf>, acesso em 06/03/2018.

Concerto ‘Calabar, herói em busca do Brasil’ é dia 22, Urupema Comunicação e Jornalismo, Prefeitura de Porto Calvo, 21 de julho de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/concerto-calabar-heroi-em-busca-do-brasil-e-dia-22>>, acesso em 06/03/2018.

Conheça Porto Calvo. Prefeitura de Porto Calvo. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/conheca-porto-calvo>>, acesso em 06/03/2018.

DUARTE, Jodeval. **O nosso espião.** Jornal do Commercio de Pernambuco, Recife: 1998. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_1998/2004/el2004c.htm>, acesso em 20/02/2018.

Eleições Municipais 2004. Eleições & Política. Disponível em <<https://eleicoesepolitica.net/prefeito2004/prefeito/AL/28452/65>>, acesso em 06/03/2018.

Entre céus. Documentário, 12 min, Maceió-AL, 2014. Disponível em <<https://www.alicejardim.com/entreceus>>, acesso em 23/02/2018.

FIGUEIREDO, Hermano. **Calabar (2007) – História de Alagoas**, 52 min., 2007. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=w8pfJUG0MXA>>, acesso em 06/03/2018.

Fórum ‘Reinventando Alagoas, reinventando cidades’ traz programação de cinema para Bienal. 8ª Bienal do Livro de Alagoas, 05 de outubro de 2017. Disponível em <<http://bienaldolivroal.com.br/forum-reinventando-alagoas-reinventando-cidades-traz-programacao-de-cinema-para-bienal/>>, acesso em 06/03/2018.

Governo abre Seminário Alagoanidade, com ênfase nos 200 anos de emancipação, 01 de fevereiro de 2017. Disponível em <<https://alagoas200.com.br/noticias/historia/2017/2/143-governo-abre-seminario-alagoanidade-com-enfase-nos-200-anos-de-emancipacao>>, acesso em 06/03/2018.

História. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte. Disponível em <<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ichca/graduacao/historia>>, acesso em 02/03/2018.

HOFFMANN, Bruno. **“David Bowie das Alagoas” tira músicas e poesias da gravata para recuperar tempo perdido.** Brasil – Almanaque de Cultura Popular, 24 de novembro de 2017. Disponível em <<https://almanaquebrasil.com.br/2017/11/24/david-bowie-de-alagoas-tira-musicas-e-poesias-da-gaveta-para-recuperar-tempo-perdido/>>, acesso em 01/03/2018.

JAYME, Manoel Claudino de Arroxelas. **Ata da Fundação do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano.** Instituto Histórico e Geográfico Alagoano, 1869. Disponível em <http://www.ihgal.al.org.br/expediente/ata_fundacao.htm>, acesso em 20/04/2018.

JOSÉ, Valdemar. **A morte de Audemário Lins, o “Calabar”.** Maragogi News, 13 de outubro de 2014. Disponível em <<http://www.maragoginews.com.br/noticia/destaque/uma-grande-perda-para-a-regiao-norte-de-alagoas.html>>, acesso em 20/02/2018.

MARQUES, Dimas. **Jorge Barboza – Sebage**. Entrevista, Alagoas Musical, 20 de junho de 2017. Disponível em <<https://alagoasmusical.wordpress.com/2017/06/20/jorge-barboza-sebage/>>, acesso em 06/03/2018.

MENEZES, Juliana Santos. **O Turismo Cultural como fator de desenvolvimento na cidade de Ilhéus**. Disponível em <<http://www.uesc.br/icer/artigos/oturismocultural.pdf>>, acesso em 20/02/2018.

OLIVEIRA, Francini Venâncio de. **A trajetória de João Cruz Costa e a formação da filosofia uspiana**: algumas considerações sobre o campo intelectual brasileiro nas décadas de 1940 e 1950. Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, V. 16, n. 2, 2009. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/74595/78199>>, acesso em 06/03/2018.

Patrimônio Cultural. IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>, acesso em 06/03/2018.

Porto Calvo finalmente se rende a uma vocação histórica (e turística) secular. Alagoas Boreal, 04 de abril 2018. Disponível em <[http://alagoasboreal.com.br/editoria/3806/patrimonios/porto-calvo-finalmente-se-rende-a-uma-vocacao-historica-\(e-turistica\)-secular](http://alagoasboreal.com.br/editoria/3806/patrimonios/porto-calvo-finalmente-se-rende-a-uma-vocacao-historica-(e-turistica)-secular)>, acesso em 04/05/2018.

REBELO, Aldo. **Mensagem do Ministro da Defesa, Aldo Rebelo, por ocasião do aniversário da Primeira Batalha dos Guararapes e do Dia do Exército Brasileiro**. Ministério da Defesa, Brasília, 19 de abril de 2016. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/artigos-e-entrevistas-do-ministro/171-menu-superior/area-de-imprensa/artigos-e-entrevistas-do-ministro/19957-batalha-dos-guararapes-e-dia-do-exercito-brasileiro>>, acesso em 05/03/2018.

SILVA, Maurício. **Biblioteca Pública de Porto Calvo muda de endereço**. Prefeitura de Porto Calvo, 28 de fevereiro de 2018. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/biblioteca-publica-de-porto-calvo-muda-de-endereco>>, acesso em 06/03/2018.

_____. **Ênio Lins faz palestra em Porto Calvo na Semana Calabar**, Prefeitura de Porto Calvo, 18 de julho de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/enio-lins-faz-palestra-em-porto-calvo-na-semana-calabar>>, acesso em 06/03/2018.

_____. **‘Gincana cultural’ leva estudantes a se debruçarem sobre a história de Porto Calvo**. Alagoas Boreal, 22 de março de 2014. Disponível em <<http://alagoasboreal.com.br/noticia/592/municipios/-gincana-cultural-leva-estudantes-a-se-debrucarem-sobre-a-historia-de-porto-calvo>>, acesso em 20/02/2018.

_____. **Porto Calvo anuncia programação de Semana Calabar**. Prefeitura de Porto Calvo, 13 de julho de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/porto-calvo-anuncia-programacao-da-semana-calabar>>, acesso em 06/03/2018.

_____. **Porto Calvo encerra Semana Calabar com musical**. Prefeitura de Porto Calvo, 23 de julho de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/semana-calabar-encerra-com-concerto-musical>>, acesso em 06/03/2018.

_____. **Forte do período holandês começa a ser restaurado.** Prefeitura de Porto Calvo, 27 de novembro de 2017. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/forte-do-periodo-holandes-comeca-a-ser-restaurado>>, acesso em 06/03/2018.

_____. **Prefeitura e IPHAN planejam transformar forte em parque.** Prefeitura de Porto Calvo, 28 de março de 2015. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/prefeitura-e-iphan-planejam-transformar-forte-em-parque-de-visitacao>>, acesso em 04/05/2018.

“Surgem os defensores de Calabar”. Jornal do Commercio de Pernambuco, Recife, 20 de abril de 1998. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/JC/1998/2004/el2004e.htm>>, acesso em 20/02/2018.

UCHÔA, Paula. **Porto Calvo sedia Encontro Alagoano dos Gestores de Cultura da Região Norte.** Prefeitura de Porto Calvo, 12 de maio de 2015. Disponível em <<http://www.portocalvo.al.gov.br/index.php/porto-calvo-sedia-encontro-alagoano-dos-gestores-de-cultura-da-regiao-norte>>, acesso em 06/03/2018.

Tag ‘Werner Salles’. Disponível em <<https://doctval.wordpress.com/tag/werner-salles/>>, acesso em 06/03/2018.

VIII Mostra Sururu de Cinema Alagoano. Disponível em <<http://mostrasururu.com.br/>>, acesso em 23/02/2018.

WANDERLEY, Sidney. **Manifesto da Pós-Alagoanidade.** Caderno B, Gazeta de Alagoas, Maceió, 14 de janeiro de 2017. Disponível em <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas_old/acervo.php?c=300310>, acesso em 01/03/2018.

ZARATTINI, Carlos. **Qual o maior traidor do Brasil: Temer ou Calabar?** Artigo, Partido dos Trabalhadores, 14 de novembro de 2017. Disponível em <<http://www.pt.org.br/zarattini-qual-o-maior-traidor-do-brasil-temer-ou-calabar/>>, acesso em 01/03/2018.

1.3. Fontes orais:

Entrevista concedida por Ferreira, Adelmo Petrucio de Oliveira. Entrevista I. [jul. 2016]. Entrevistadora: Marília Teles Cavalcante. Porto Calvo, 2016. 2 arquivos .mp4 (Total 29 min.).

Entrevista concedida por Rodrigues, Valdomiro & Monteiro, Adelmo. Entrevista II. [jul. 2016]. Entrevistadora: Marília Teles Cavalcante. Porto Calvo, 2016. 3 arquivos .mp4 (Total 68 min.).

Entrevista concedida por Adelmo Monteiro [fev. 2018]. Entrevistadora: Marília Teles Cavalcante. Porto Calvo, 2018. 1 arquivo .M4A (Total 24:36 min.).

2. Fontes secundárias:

2.1. Livros:

AVELAR, Romeu de. **CALABAR** (Interpretação Romanceada do Tempo da Invasão Holandesa). 2ª ed. Maceió, 1973.

BUARQUE, Chico e GUERRA, Ruy. **Calabar, o elogio da traição**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 8ª ed., 1975.

CINTRA, Assis. **A Reabilitação Histórica de Calabar**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1933.

GUERRA, Flávio da Motta. **Calabar** (Traidor, Vilão ou Idealista?). Recife: Editora Asa Pernambuco, 1985.

IVO, Lêdo. **Calabar**: um poema dramático. Rio de Janeiro: Record, 1985.

_____. **Calabar**: um poema dramático. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

LINS, Alberto Rego. **O Julgamento de Calabar** – Conferência editada pelo Club dos Advogados. Rio de Janeiro: Typ. Jornal O Commercio – Rodrigues & O., 1935.

LINS, Audemário. **Calabar** – o Herói desconhecido. Maceió: 1998.

RODRIGUES, Valdomiro. **Porto Calvo e sua história**. Gráfica Nogueira Ltda. 2011.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. “**Por que, Calabar?**” O motivo da traição. São Paulo: Fides Reformata 5/1, 2000.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Presença Holandesa** – A história da guerra do açúcar vista por Alagoas. SEBRAE, 2013.

3. Bibliográficas:

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Dois textos alagoanos exemplares**. Maceió: FUNESA, 2004.

ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento. A geração 70 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Tese (doutorado) Departamento de Ciências Políticas. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Históricas. Universidade de São Paulo, 2000.

ALTAVILLA, Jayme de. **História da Civilização das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 6ª ed. 1975, cop. 1ª ed. 1933.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n 1, 1988. 101

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas** – Dicionário Biobibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas, A – F. Brasília: Tomo I, Edições Senado Federal, Vol. 62-A, 2005.

_____. **ABC das Alagoas** – Dicionário Biobibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas, G – Z. Brasília: Tomo II, Edições Senado Federal, Vol. 62-B, 2005a.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

BATISTA, Ariel Xerxes. *O Golpe de 1964 em comparação com o Impeachment de 2016 e a afirmação de um passado que não passa*. In: **Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est**. Vitória, ES, 11 a 14 de setembro de 2017. Org. BRAGA, Lucas Onorato; CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia Maria da Silva. Vitória; LHPL, 2017.

BERNADON, de Oliveira Tiago. *O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo*. In: **Historiæ**, Rio Grande, 7 (2): 191-231, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUYERS, Ann Marie. Em defesa da honra: a emancipação de Alagoas no imaginário institucional. **Revista Crítica Histórica**, ano I, nº 2, dezembro/2010.

BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da Lingua Portuguesa** – Reformado e acrescentado por Antonio de Moraes e Silva, A – K. Lisboa: Tomo I, Officina de Simão Taddheo Ferreira, 1789.

_____. **Diccionario da Lingua Portuguesa** – Reformado e acrescentado por Antonio de Moraes e Silva, L – Z. Lisboa: Tomo II, Officina de Simão Taddheo Ferreira, 1789a.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *Pierre Nora, ou o historiador da memória*. **História Social**, Campinas – SP, nº 6, 1999.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. ‘**Alagoas Colonial**’: Identidade, Sociedade e Particularidades. *Anais do IV Congresso Internacional de História*. Maringá, 2009.

CALADO, Frei Manoel. **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**. 4ª edição. Coleção Pernambucana. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), 1985.

CALLARI, Cláudia Regina. *Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Volume II. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Trad. Maria de Lourdes Menezes, 1982.

CEZAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*. **TOPOI**, v. 8, n. 15, jul. – dez. 2007.

CINTRA, Assis. **No Limiar da História**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

_____. **A Reabilitação Histórica de Calabar**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1933.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil [1654]**. São Paulo: Beca, 2003.

CORDEIRO, Janaína Martins. *As comemorações do sesquicentenário da independência em 1972: uma festa esquecida?* **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas**. Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo. Reimpressão Sergasa, - Serviços Gráficos de Alagoas, 1983.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê das Alagoas**. Maceió: Edufal, 3ª ed., 2006.

FERRETTI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade**. Identidade, Historiografia e Política em São Paulo (1856 – 1930). 2004. 390 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FINLEY, Moses. *Mito, Memória e História*. In: **O uso e abuso da História**. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FREIRE, Francisco de Brito. **Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001

GIRADERT, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Portas fechadas para a História*. In: **Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: n. 1, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva e memória histórica*. In: **A memória coletiva**. São Paulo: Edição Revista dos Tribunais LTDA., 1990.

HARBEMAS, Jürgen. *Sobre o emprego público da história*. In: **A Constelação pós-nacional**. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Litera Mundi, 2001.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. 1. Ed. 2. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. *Bandeiras Desfraldadas: nação e nacionalismo*. In: **A Era dos Impérios (1875 – 1914)**. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

HUYSEN, Andreas. *A cultura da memória em um impasse: memoriais em Berlim e Nova York*. In: **Culturas do passado-presente – modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim e CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe? – Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

JELIN, Elisabeth. *Las luchas políticas por la memoria*. **Antología del Pensamiento Crítico Argentino Contemporáneo**. 1ª ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015

KASPARY, Manuela Grace de Almeida Rocha. **O desenvolvimento local e o desenvolvimento turístico de Maragogi, Alagoas**. 2012, 138 f. Dissertação (Mestrado

em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Trad. Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LINDOSO, Dirceu. **Formação da Alagoas Boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000.

_____. **Interpretação da província**: estudo da cultura alagoana. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

LINS, Audemário. **Barra Grande** – O Berço da Guerra Holandesa em Alagoas. Maceió: Grafmarques, 2007.

MACHADO, F. L. B. **Assis Cintra: uma outra história**: o limiar da história e outros lugares da historiografia brasileira. 2004. 175 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. 104

MARIANO, Fabiana. **Bibliografia Analítica da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas** (1872 – 2009). 2ª edição, Maceió, 2010.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. *Experiência vivida, experiência refletida*: a memória no tempo da história. In: Ramos, Francisco Régis Lopes e Silva Filho, Antônio Luiz Macêdo e. **Cultura e Memória** - os usos do passado na escrita da história. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural - UFC/ Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

MATOS, Olgária Chain Féres. *Construção e desaparecimento do herói*: uma questão de identidade nacional. **Tempo Social**; Rev. Social. USP, S. Paulo, 6 (1-2), p. 83 - 90, 1994 (editado em jun. de 1995).

MEDEIROS, Celme Farias. **Alagoas**: geografia e história. São Paulo: Editora do Brasil, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada**: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1975.

_____. **O Brasil Holandês** (1630 – 1654). São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MICCOLIS, Leila. **Passagem de Calabar** – uma análise do poema dramático de Lêdo Ivo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009.

MIRANDA, Antônio Guedes de. **Holandeses em Porto Calvo**. Série Estudos Alagoanos. Maceió, Alagoas: Divulgação do Departamento Estadual de Cultura, 1961.

Moreira, Sonia Virgínia. *As alternativas da Cultura (anos 60/70)*. In: **Vinte Anos de Resistência – alternativas da cultura no regime militar**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

MOTTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)**. 5ª ed. São Paulo: Editor Ática, 1985.

NORA, Pierre. *Entre memória e história*: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993.

_____. *La Aventura de les Lieux de Mémoire*. **Ayer**. N. 32, 1998.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PADILHA, Conrado Valle de Queiroz. **O Conceito de “mito” na obra de Roland Barthes: desdobramentos e atualidades**. 2014. 70 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2014.

Patriota, Rosangela. *Relembrar, Celebrar, Memorizar: Momentos do Teatro no Brasil no Século XX*. In: **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Volume 8, Ano VIII, Nº3, 2011.

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. **Gente sem sorte – A invenção dos mulatos no Brasil Colonial**. Editora UFG, 2013.

POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. *O presentismo e a realidade brasileira em perspectiva*. **História da historiografia**. Ouro Preto: n. 14, abril de 2014.

RIBEIRO, Regina de Carvalho. **Domingos Fernandes Calabar: a história do mito e o mito na História**. 2014. 155f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e Reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, Valdomiro. **Porto Calvo e sua história**. Gráfica Nogueira Ltda. 2011.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Filigranas da Memória: história e memória nas comemorações de Canudos (1993 – 1997)**. 2006. 498 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade de Brasília, 2006.

SANTIAGO JR., Francisco das Chagas F. *Dos Lugares de Memória ao Patrimônio: Emergência e transformação da problemática dos lugares*. **Projeto História**. São Paulo, nº 52, jan – abr, 2015.

SANTOS, Marcelo. *A Ditadura Militar no Brasil e o campo cultural: os espaços de consagração*. **IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE**. Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa, A – E**. Rio de Janeiro: Editora – Emprezo Litteraria Fluminense, Volume I, 8ª edição revista e melhorada, 1890.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**, recopilado por Antonio de Moraes Silva, F – Z. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813.

SILVA, Leandro Patrício da. **“De Guararapes veio tudo”**: representações da pernambucanidade no discurso dos políticos pernambucanos, 1979 – 1986. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado) – História Social da Cultura Regional, Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2012.

TAMASO, I. *Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade*. In: PAULA, Z. C. de (Org.). **Polifonia do Patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012. pp. 21-46.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das Oligarquias**. Curitiba: HD Livros Editora, 1997.

TENÓRIO, Maria Gorete Almeida. **Domingos Fernandes Calabar (1600-1635)**: uma controvérsia histórica. Maceió, AL, 2003. 81 f. TCC (graduação em História) - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2008.

TURIN, Rodrigo. *Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB*. **Revue Électronique du CRH**, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Traição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VALENTE, Aminadab. *Porto Calvo Histórico*. **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**. Volume XIX, anos 1936 – 1937.

VARNHAGEN, F. A. de. **História Geral do Brasil**: Antes da sua separação e Independência de Portugal. – 8º ed. Integral – São Paulo: Edição Melhoramentos, 1975.

_____. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

WANDERLEY FILHO, Ruben M. **Calabar em Quadrinhos**. Maceió, 2005.